



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Responsabilidade Social nas Empresas e as exigências de Relato de Sustentabilidade – O Caso dos Matadouros Portugueses

Carla Sofia Lopes Silva

Relatório de estágio apresentado ao *Instituto Politécnico de Bragança*

Para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

Orientação: **Prof. Doutora Ana Paula Carvalho Monte**

Supervisão: **Dra. Rosa Florinda Mamede Dias Assunção**

Bragança, outubro, 2023



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**Responsabilidade Social nas Empresas e as exigências de Relato
de Sustentabilidade – O Caso dos Matadouros Portugueses**

Carla Sofia Lopes Silva

Orientação e Supervisão:

Prof. Doutora Ana Paula Carvalho Monte

Dra. Rosa Florinda Mamede Dias Assunção

Bragança, outubro, 2023

Resumo

Ao longo das últimas décadas, a consciencialização e preocupação por parte dos *stakeholders* e das empresas no que concerne a um comportamento socialmente responsável, é cada vez mais valorizado, assim como a forma como as entidades procedem à sua divulgação e respetivo relato.

Inseridas no ramo da indústria alimentar, as empresas que efetuam abate de animais, mais vulgarmente designadas de matadouros, são entidades que têm sido pouco estudadas e referenciadas, em temas como a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e sobre as exigências de relato financeiro e não financeiro, nomeadamente para relatar as suas práticas de RSE.

Neste sentido, o presente estudo teve como principais objetivos compreender a realidade dos matadouros portugueses no que respeita às exigências de relato não financeiro, que modelos que empregam, o sistema normativo que utilizam como linha orientadora assim como quem elabora os relatórios. O segundo objetivo deste trabalho é compreender, no caso dos matadouros que não divulguem/apresentem relatórios de informação não financeira, os motivos da não apresentação dos mesmos.

De forma a dar resposta aos objetivos estabelecidos para este estudo, procedeu-se à construção e aplicação de um questionário a uma amostra constituída por 41 matadouros portugueses. Neste contexto, foi possível observar que na grande maioria das empresas, há uma valorização nítida atribuída à RSE e às exigências de relato de sustentabilidade, embora apenas em 11 das entidades inquiridas se verifique efetiva receção e acolhimento desta temática e a respetiva divulgação de relato não financeiro das mesmas.

Palavras - Chave: Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Matadouros Portugueses, Exigências de relato, Indicadores de Desempenho

Abstract

Over the last few decades, awareness and concern on the part of stakeholders and companies regarding socially responsible behaviour has been increasingly valued, as has the way in which entities disclose and report on it.

As part of the food industry, companies that slaughter animals, more commonly known as slaughterhouses, are entities that have been little studied and referenced on topics such as Corporate Social Responsibility (CSR) and financial and non-financial reporting requirements, namely to report their CSR practices.

In this sense, the main objectives of this study were to understand the reality of portuguese slaughterhouses in terms of non-financial reporting requirements, which models they use, the regulatory system they use as a guideline and who prepares the reports. The second objective of this work is to understand, in the case of slaughterhouses that do not disclose//submit non-financial information reports, the reasons for not submitting them.

In order to meet the objectives set for this study, a questionnaire was constructed and applied to a sample of 41 Portuguese slaughterhouses. In this context, it was possible to observe that in the vast majority of companies, there is a clear appreciation of CSR and sustainability reporting requirements, although only 11 of the organisations surveyed actually received and embraced this issue and disclosed their non-financial reports.

Keywords: Social Responsibility, Portuguese Slaughterhouses, Reporting Requirements, Performance Indicators

Resumen

En las últimas décadas, la concienciación y la preocupación de las partes interesadas y de las empresas por un comportamiento socialmente responsable ha sido cada vez más valorada, al igual que la forma en que las entidades divulgan e informan al respecto.

Como parte de la industria alimentaria, las empresas que sacrifican animales, más comúnmente conocidas como mataderos, son entidades poco estudiadas y referenciadas en temas como la Responsabilidad Social Corporativa (RSC) y los requisitos de información financiera y no financiera, es decir, informar sobre sus prácticas de RSC.

En este sentido, los principales objetivos de esta investigación fueron conocer la realidad de los mataderos portugueses en cuanto a los requisitos de información no financiera, qué modelos utilizan, el sistema normativo que utilizan como guía y quién elabora los informes. El segundo objetivo de este trabajo es comprender, en el caso de los mataderos que no divulgan/presentan informes de información no financiera, las razones para no presentarlos.

Para cumplir los objetivos fijados para este estudio, se elaboró un cuestionario que se aplicó a una muestra de 41 mataderos portugueses. En este contexto, fue posible observar que en la gran mayoría de las empresas existe una clara apreciación de los requisitos de presentación de informes de RSE y sostenibilidad, aunque sólo 11 de las organizaciones encuestadas realmente recibieron y adoptaron esta cuestión y divulgaron sus informes no financieros.

Palabras clave: Responsabilidad Social, Sostenibilidad, Mataderos portugueses, Requisitos de información, Indicadores de desempeño

Aos meus pais pelo modelo de resiliência e sacrifício que são e pelo apoio, força e amor incondicionais.
Sem eles nada disto seria possível!

“Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe.”

Clarice Lispector

Agradecimentos

Após dois anos a palmilhar este caminho, chega o momento de fazer uma retrospectiva destes dois anos. É inevitável não recordar e ter presente todos os altos e baixos que os mesmos englobaram, assim como o ânimo e o apoio incondicional de algumas pessoas, que de forma mais direta ou indireta, contribuíram para esta conquista e que merecem uma palavra de carinho e apreço por tudo o que fizeram e fazem por mim.

Em primeiro lugar, agradeço de uma forma muito especial à minha orientadora, Professora Doutora Ana Paula Monte, por ter aceite mais uma vez partilhar comigo esta jornada. Ambas sabemos que em determinado momento, o caminho não foi de todo fácil por motivos de força maior, no entanto conseguimos mais uma vez! Obrigada pelo apoio, paciência, empenho, ânimo, atenção e dedicação despendidos, mas acima de tudo, agradeço-lhe o grande exemplo de profissionalismo e resiliência que sempre manifestou durante toda a minha orientação. Muito obrigada por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar e por me ter sempre cativado de algum modo. - *“As coisas, por si só, não são interessantes, mas tornam-se interessantes apenas se nos interessarmos por elas”*.

Agradeço também à PEC Nordeste, S.A, por me ter acolhido novamente enquanto estagiária, à Doutora Rosa por me ter orientado, e às pessoas que tiveram a boa vontade e disponibilidade para me ensinar algo dentro do pouco tempo que dispunham ao longo dos cinco meses de estágio que tive, a essas pessoas, o meu mais sincero obrigada!

Às minhas amigas de longa data, Ana Sofia e Marisa, pela disponibilidade que sempre tiveram, pelas ajudas, mas acima de tudo pelo espírito de preocupação e ânimo que sempre demonstraram, comigo e com os meus objetivos. Agradeço também aos amigos que Bragança e a vida me presentearam: Fernanda, Mariana, Francisca, Beatriz e Olavo. Obrigada por terem sido a minha família académica, por nunca me terem deixado desistir ou de ter um sorriso no rosto mesmo nos momentos mais difíceis e ingratos que encarei, de acreditarem em mim e no meu potencial! – *“Agradecer é admitir que houve um momento em que se precisou de alguém; ninguém se faz sozinho: sempre é preciso um olhar de apoio, uma palavra de incentivo, um gesto de compreensão, uma atitude de amor.”*

Por último, mas não menos importante, quero agradecer às pessoas mais importantes que tenho comigo desde sempre e que nunca me falharam em que circunstância fosse: o meu pai, o meu irmão e a minha mãe! Muito obrigada por todo o sacrifício, esforço, carinho, apoio e paciência que me deram ao longo da minha vida e de todo o meu percurso académico de forma incondicional, sem vocês nada do que

conquistei até agora seria possível! Tenho ainda que enaltecer um agradecimento especial à minha mãe, à Mulher da minha vida, que por muitas “zangas” que tivéssemos, esteve e está sempre ao meu lado, fosse para o que fosse, disposta a ser sempre a primeira a ajudar-me, a ouvir, a dar uma palavra amiga, de apoio, de amor... se cheguei onde estou hoje, muito devo-te a ti. Como outrora me disseste no fim da licenciatura, repito agora novamente, “esta não é apenas mais uma conquista tua, é NOSSA!” *“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado”*. Obrigada por acreditarem comigo e em mim! A vós, o meu mais sincero e eterno obrigada!!

Abreviaturas e/ou Acrónimos

AA1000APS- *Accountability Principles Standards*
AA1000AS- *Assurance Standard*
AA1000SES- *Stakeholder Engagement Standard*
APCER- Associação Portuguesa de Certificação
APEE- Associação Portuguesa de Ética Empresarial
BEA - Bem Estar Animal
CAE- Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
CDE - Comité para o Desenvolvimento Económico
CE- Comissão Europeia
CEPAA- *Council on Economic Priorities Accreditation Agency*
DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DL- Decreto-Lei
DOP- Denominação de Origem Protegida
DS- Desenvolvimento Sustentável
GCO – Gestão da Contabilidade
H.A.- Habilitações Académicas
IAPI - Inquérito Anual à Produção Industrial
IIRC - *International Integrated Reporting Council*
IMGA - Inquérito Mensal Ao Gado Abatido e aprovado para consumo
INE - Instituto Nacional de Estatística
ISEA- *Institute of Social and Ethical Accountability*
ISO- *International Organization for Standardization*
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado
ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT- Organização Internacional do Trabalho
PME - Pequenas e Médias Empresas
RH – Recursos Humanos
RI- Relatório Integrado

RS- Responsabilidade Social

RSE- Responsabilidade Social Empresarial

SA8000 - *Social Accountability 8000*

SAAS- *Social Accountability Accreditation Services*

SAI - *Social Accountability International*

SGQSA - Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar

SIRCA- Sistema de Recolha de Cadáveres de Animais

SNIRA - Sistema Nacional de Informação e Registo Animal

TBL- *Triple Bottom Line*

Índice

Lista de Figuras	xi
Lista de Tabelas	xii
Introdução.....	1
Parte I – Relatório de estágio.....	3
1.1. Caracterização da empresa acolhedora do estágio.....	3
1.2. Descrição das atividades desenvolvidas no estágio	6
1.3. Apreciação crítica do trabalho desenvolvido	11
Parte II - A responsabilidade social corporativa e as exigências do relato da sustentabilidade nos matadouros portugueses.....	13
2.1. Revisão de Literatura	13
2.1.1. Conceito e evolução da Responsabilidade Social	13
2.1.2. Responsabilidade Social nas Empresas	16
2.1.3. Modelos, teorias e abordagens de Responsabilidade Social Empresarial	18
2.1.3.1. Modelos propostos por Carroll (1979; 1991).....	18
2.1.3.2. Modelo de Desempenho Social proposto por Wartick & Cochran (1985)	21
2.1.3.3. Modelo de Desempenho Social Empresarial de Wood (1991)	21
2.1.3.4. Modelo dos Três Domínios proposto por Schwartz e Carroll (2003)	23
2.1.3.5. Diferentes teorias e abordagens	24
2.1.4. Dimensões de atuação de Responsabilidade Social Empresarial.....	28
2.1.4.1. Dimensão Interna	28
2.1.4.2. Dimensão Externa.....	30
2.1.5. A Responsabilidade Social e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	32
2.1.6. Responsabilidade Social Empresarial na Indústria Alimentar	34
2.1.7. Relato de Informação de Responsabilidade Social	36
2.1.7.1. A necessidade do relato das políticas de Responsabilidade Social	36
2.1.7.2. O processo do relato de Responsabilidade Social	37
2.1.8. A normalização da Responsabilidade Social das Empresas.....	41
2.1.8.1. A Norma Social <i>Accountability</i> 8000 - SA8000	43
2.1.8.2. A Norma <i>Accountability Principles</i> - AA1000	44
2.1.8.3. A Norma ISO 26000 - <i>Social Responsibility</i>	48
2.1.8.4. As normas de relato da sustentabilidade e da responsabilidade social – as normas <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI).....	49
2.2. Metodologia de Investigação.....	53

2.2.1. Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação	53
2.2.2. Descrição do Instrumento de Recolha de Dados e dos Métodos de Tratamento dos Dados	55
2.2.3. População e Amostra	56
2.3. Apresentação e Análise dos Resultados	58
2.3.1. Caracterização da Amostra.....	58
2.3.2. Análise Descritiva	59
2.3.3. Análise Inferencial	65
2.3.3.1. Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da localização, dimensão e espécie animal abatida.....	67
2.3.3.2. Divulgação da informação não financeira por parte dos matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade no website da empresa, em função da localização, dimensão e espécie animal abatida	71
2.3.3.3. Atribuição de importância globalmente a todas as dimensões, em função da localização, dimensão e espécie animal abatida	75
2.3.3.4. Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da localização, dimensão e espécie animal abatida	78
Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras	81
Referências	83
Apêndices	90
Apêndice 1 – Indicadores GRI	90
Apêndice 2 - Questionário	96

Lista de Figuras

Figura 1 - Organigrama da PEC Nordeste S.A	5
Figura 2 - Modelo Piramidal de Carroll	19
Figura 3 - Quadro resumo do Modelo de Desempenho Social Empresarial	22
Figura 4 - Modelo dos três domínios da RSE (adaptado de Schwartz & Carrol, 2003)	24
Figura 5 - Principais <i>stakeholders</i> de uma empresa.....	25
Figura 6 - Teorias e abordagens da RSE do modelo de Garriga e Melé (2004)	27
Figura 7 - Dimensão Interna da RSE	29
Figura 8 - Dimensão Externa da RSE	30
Figura 9 - Contextualização das sete dimensões da RSE Alimentar com as três dimensões da RSE.	35
Figura 10 - Relação dos vários componentes do Relatório Integrado.....	40
Figura 11 - Evolução dos sistemas de normalização na gestão nas empresas	42
Figura 12 - Os Princípios da norma AA 1000	47
Figura 13 - Os sete temas fundamentais da RSE – ISSO 26000.....	49
Figura 14 - Visão genérica das Normas GRI	50

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Síntese das dimensões do modelo tridimensional	19
Tabela 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030	33
Tabela 3 - Hipóteses estatísticas a serem testadas	54
Tabela 4 - Distribuição geográfica e dimensão das empresas com o CAE 10 110.....	56
Tabela 5 - Distribuição geográfica e dimensão das empresas com o CAE 10 120.....	57
Tabela 6 - Caracterização da amostra	58
Tabela 7 - Confiabilidade das escalas	59
Tabela 8 - Estatísticas descritivas quanto à importância da Dimensão económica	60
Tabela 9 - Estatísticas descritivas quanto à importância da Dimensão ambiental.....	61
Tabela 10 - Estatísticas descritivas quanto à importância da Dimensão social	61
Tabela 11 - Estatísticas descritivas quanto à Importância global da Responsabilidade Social	62
Tabela 12 - Caracterização das informações de relato	63
Tabela 13 - Teste de hipóteses, validação global.....	65
Tabela 14 - Relato informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI em função localização	67
Tabela 15 - Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da espécie animal que abatem.....	68
Tabela 16 - Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função do número de colaboradores.....	70
Tabela 17 - Divulgação da informação não financeira no website da empresa em função da localização	71
Tabela 18 - Divulgação informação não financeira no website da empresa, em função da espécie animal que abatem	73
Tabela 19 - Divulgação da informação não financeira no website da empresa, por parte dos matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, em função da dimensão	74
Tabela 20 - Atribuição de importância a todas as dimensões em função da localização	75
Tabela 21 - Atribuição de importância a todas as dimensões em função da espécie animal que abatem	76
Tabela 22 - Atribuição de importância a todas as dimensões em função do número de colaboradores	77
Tabela 23 - Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da localização.....	78

Tabela 24 - Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da espécie animal que abatem	79
Tabela 25 - Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da dimensão.....	80

Introdução

A competitividade no mundo empresarial é uma realidade atual, que além de motivar as empresas a conseguirem obter pontos que lhes garantam destaque da concorrência, não deixa a sociedade indiferente. Cada vez mais a sociedade está consciente desta mudança e, de certa forma, obriga as organizações a tentar praticar ações responsáveis, coerentes e transparentes, que demonstrem que não é apenas a maximização dos lucros que é relevante.

Os anos 1980 foram fundamentais no fortalecimento do conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), uma vez que foi neste período que temáticas como a gestão dos *stakeholders*, o desempenho social das empresas e a ética empresarial, começaram a ganhar notoriedade numa sociedade onde o principal foco das empresas se cingia apenas à relação entre desempenho financeiro e a RSE (Carroll, 1999; Carroll & Shabana, 2010; Waddock, 2004).

O agrupamento destes temas na realidade empresarial apareceu de forma significativa em meados do século XX. À medida que se divulgam informações objetivas sobre a estratégia, governo das sociedades e perspetivas organizacionais, o tema do relato de informação não financeira cresce de dia para dia. Embora este relato seja uma prática relativamente recente em Portugal, demonstra ser uma temática de interesse crescente tanto a nível académico como empresarial.

Neste sentido, atendendo ao ramo da empresa (PEC Nordeste S.A) onde foi efetuado o estágio, e à significativa notoriedade atribuída às temáticas da RSE e as exigências de relato de sustentabilidade, a motivação para este trabalho nasce da vontade de querer destacar a indústria alimentar nas temáticas em questão, uma vez que foram poucos os estudos encontrados nesse sentido, e compreender a realidade intrínseca aos matadouros portugueses no que respeita à divulgação e exigências de relato não financeiro, nomeadamente o de Responsabilidade Social (RS) e sustentabilidade.

Assim, partindo das seguintes perguntas de investigação: 1- Os matadouros portugueses adotam e reportam as suas políticas e práticas de responsabilidade social e sustentabilidade? 2 - Qual o normativo que seguem como linha orientadora na elaboração dos relatórios? 3 - Mesmo não elaborando os relatórios não financeiros, que importância atribuem à responsabilidade social corporativa e às suas dimensões?

Deste modo, o objetivo geral do trabalho é fazer um estudo exploratório sobre a adoção e reporte das políticas e práticas de responsabilidade social corporativa e à importância atribuída a estas nas suas diferentes dimensões.

No que diz respeito à metodologia salienta-se que para a recolha de dados optou-se pela aplicação de um questionário, por ser considerado o método mais adequado para obter dados quando não temos acesso a dados publicados para responder a perguntas do modelo “como” e “porquê”, aliando metodologias qualitativas com quantitativas.

Tratando-se de um relatório de estágio, organizou-se este documento em duas partes: Parte I – Relatório propriamente dito; Parte II - O estudo empírico que visa dar resposta às perguntas de investigação acima referidas.

Na parte I faz-se a caracterização da empresa acolhedora do estágio, as atividades desenvolvidas no decorrer desse período e, por fim, uma apreciação crítica do trabalho desenvolvido.

A parte II deste trabalho foi dividida em cinco secções distintas: a primeira secção de carácter mais teórico faz uma contextualização da responsabilidade social onde foram apresentados o conceito e a sua evolução, modelos, dimensões, a relação com os objetivos do desenvolvimento sustentável e ainda, a RSE na indústria alimentar. Nesta secção são ainda abordados temas como o relato de informação em responsabilidade social, as exigências e o processo desse relato e a normalização da RSE. Na segunda secção é apresentada a metodologia de investigação utilizada, ou seja, os objetivos do estudo, a pergunta de investigação, a amostra, as técnicas utilizadas para a recolha de dados e a descrição dos métodos de tratamento dos mesmos. A terceira secção é dedicada à apresentação e interpretação dos resultados obtidos.

A finalizar o trabalho, tem-se a conclusão, onde se apresenta, através de uma síntese geral, as principais conclusões/resultados do estudo. Ainda nesta secção serão também referenciadas as limitações do estudo bem com algumas sugestões para investigações futuras.

Parte I – Relatório de estágio

A parte I deste estudo, a seguir apresentada, é constituída por três pontos principais: a caracterização da empresa acolhedora do estágio, as atividades desenvolvidas no decorrer do período de estágio e por fim, uma apreciação crítica do trabalho desenvolvido. Em cada um deles será realizada uma breve descrição elucidativa do que cada um englobou.

1.1. Caracterização da empresa acolhedora do estágio

A “PEC Nordeste, S.A. - Indústria de Produtos Pecuários do Norte”, é uma empresa constituída em 1992, sediada no distrito do Porto, concelho de Penafiel. Esta empresa é detentora de vários CAE (Classificação Portuguesa de Atividades Económicas), no entanto, o principal que caracteriza a sua atividade é o 10 110, que compreende atividades de abate de gado, preparação e venda de carne.

A PEC Nordeste S.A, integra o Grupo AGROS, que atua há mais de 20 anos no apoio à produção pecuária nacional, na criação, abate, desmancha e comercialização de animais das espécies bovina, suína, ovina / caprina. Dada a sua estreita relação quer com os produtores da AGROS, quer com os produtores em geral, tornou possível à empresa deter de uma ampla experiência e conhecimento no modo de criação pecuária e do nível de exigência e gosto dos consumidores mais modernos e exigentes. Simultaneamente, a PEC mantém parcerias de especial importância com Associações e Agrupamentos de Produtores das raças autóctones com Denominação de Origem Protegida (DOP), nomeadamente: Barrosã, Maronesa, Minhota, Cachena e Arouquesa, a quem presta serviços de abate, desmancha e embalagem, bem como todo o apoio logístico para disponibilizar estas especialidades ao consumidor em qualquer parte do país.

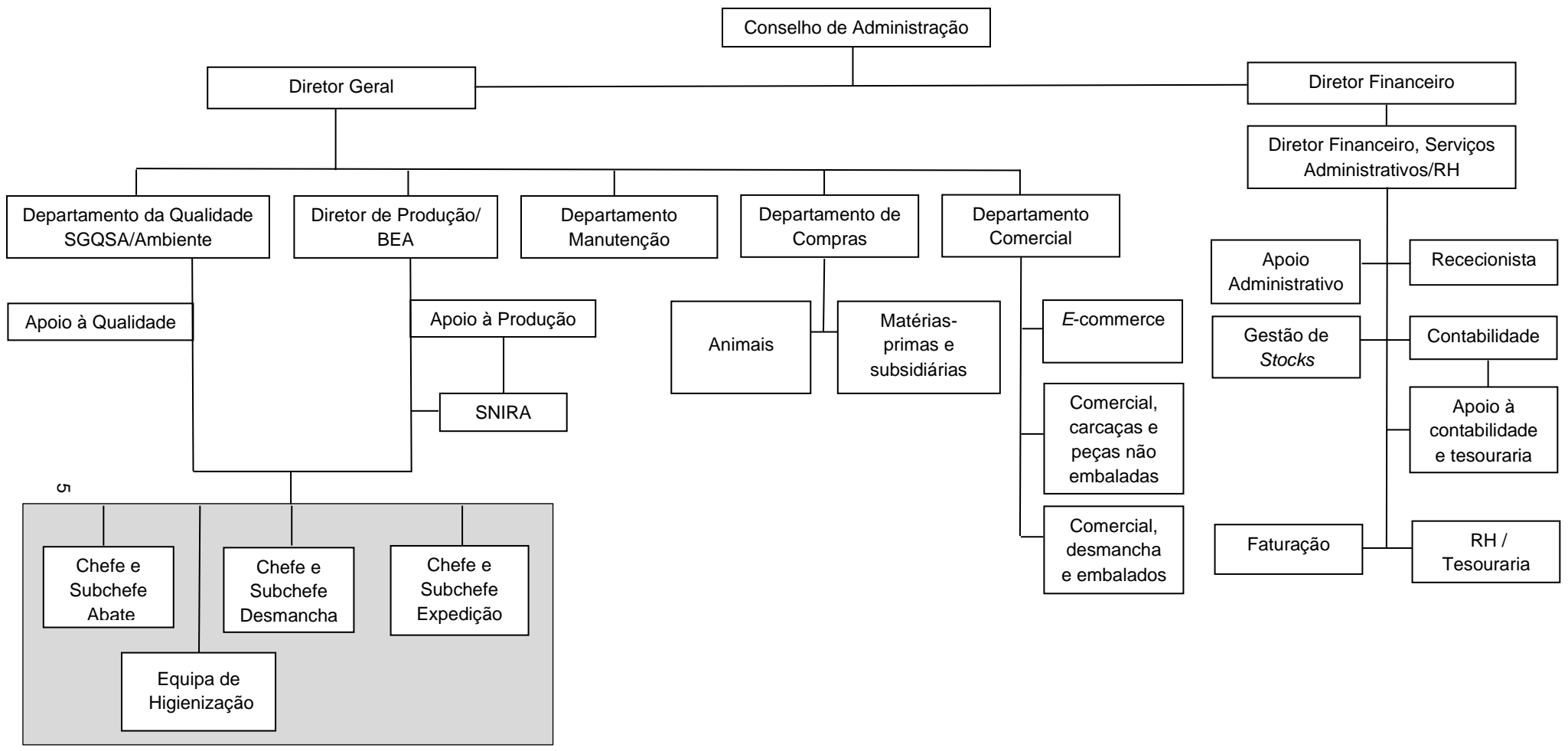
A estratégia empresarial da empresa em análise, assenta essencialmente na valorização, evolução e modernização do setor da produção pecuária. Para além disto, a PEC disponibiliza múltiplos serviços tais como: o abate de bovinos, suínos, ovinos e caprinos, desmancha de carne e fabrico de preparados de carne, comercialização e distribuição de carne e por fim compra direta de animais.

A visão da PEC Nordeste S.A, recai sobre a introdução no mercado alimentos de origem animal de elevada qualidade, vinculando a confiança do cliente através da sua satisfação contínua com os produtos e serviços fornecidos. Por sua vez, a missão visa introduzir no mercado alimentos de origem animal de elevada qualidade, vinculando a confiança do cliente através da sua satisfação contínua com os produtos e serviços fornecidos.

Neste momento, a empresa consegue dar resposta às necessidades dos seus clientes, uma vez que para além de possuir uma equipa específica de distribuição, também tem profissionais especializados e as mais altas tecnologias e equipamentos, fundamentais para suprir as necessidades e o grau de satisfação que os seus clientes esperam ter no consumo dos seus produtos.

Como já foi referido anteriormente a PEC Nordeste, S.A, integra o grupo AGROS a vários níveis, no entanto importa salientar que, embora exista uma pessoa responsável e que represente o departamento de Recursos Humanos (RH) na PEC, o regente máximo deste setor é o grupo AGROS, que indiretamente torna a relação de ambas as empresas irrefutável e imprescindível. A empresa onde foi realizado o estágio conta, conta até ao momento com 116 colaboradores (29 colaboradores de trabalho temporário e 87 já efetivos na empresa) distribuídos pelos vários setores de trabalho. O departamento financeiro, serviços administrativos/RH é constituído por 6 pessoas, o departamento comercial por 4, o departamento de compras por 2 pessoas, o departamento de manutenção por 3 pessoas, o departamento de produção e Bem Estar Animal (BEA) e Qualidade, Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar (SGQSA)/Ambiente por 4 pessoas.

Inerente a estes últimos departamentos, está inserida a esmagadora maioria de colaboradores, bem como a equipa de higienização e os respetivos chefes e subchefes de cada setor (abate, expedição e desmancha, respetivamente). De forma a clarificar e compreender de forma mais nítida a estrutura organizacional da empresa em questão, encontra-se a seguir apresentado o organigrama da PEC Nordeste, S.A, (figura 1) onde estão discriminados todos os setores anteriormente enunciados, bem como a respetiva relação simbiótica que estabelecem entre si.



Nota: SNIRA - Sistema Nacional de Informação e Registo Animal
 SGQSA - Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar
 BEA - Bem Estar Animal

Figura 1 - Organograma da PEC Nordeste S.A

Fonte: Elaboração própria

1.2. Descrição das atividades desenvolvidas no estágio

Durante os cinco meses de estágio, foram desenvolvidas diversas atividades que de seguida serão descritas sucintamente, bem como o período aproximado que demoraram a serem concluídas.

- **Preparação e análise de documentação solicitada pelos revisores de contas da empresa;**

Esta atividade englobava uma seleção, preparação e análise interna prévia de documentos que os revisores de contas solicitavam à empresa, para que quando estes se deslocassem às instalações da PEC Nordeste, os mesmos já estivessem prontos para serem devidamente fiscalizados. Entre os vários documentos solicitados pelos auditores podem referir-se os seguintes: faturas e recibos tanto de clientes como de fornecedores selecionados aleatoriamente, registo de compras e vendas mensais efetuadas, parametrização diária e mensal de abates efetuados, conferências de taxas SIRCA - Sistema de Recolha de Cadáveres de Animais, (2023) extratos aleatórios de várias contas da contabilidade, entre outros. Esta atividade teve uma duração demorada e prolongada, uma vez que, a solicitação dos documentos era feita progressivamente e nem sempre era diária.

- **Preenchimento e submissão de inquéritos do INE (Instituto Nacional de Estatística) – Intra EX - INTRASTAT - Fluxo de expedição, IMGGA (Inquérito Mensal Ao Gado Abatido e aprovado para consumo) e IAPI (Inquérito Anual à Produção Industrial);**

Todos os meses eram preenchidos e submetidos os inquéritos do Intra EX e do Inquérito Mensal Ao Gado Abatido e aprovado para consumo (IMGGA) no portal do INE (2023). O inquérito Intra EX - INTRASTAT - Fluxo de expedição, destinava-se a recolher a informação sobre as transações de bens entre os Estados-Membros da União Europeia (expedições), durante o mês de referência, por categorias de produtos (peles, couros, entre outros) e por país (Espanha, Itália e Macau, no caso da PEC Nordeste S.A.). Por sua vez o inquérito do IMGGA como o próprio nome indica procurava obter junto dos matadouros, informação sobre o abate de gado aprovado para consumo público a nível nacional, em número de cabeças abatidas e peso limpo. Ambos os inquéritos, por norma, em apenas um dia se preenchiam e submetiam no INE. Por fim, o inquérito do Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI), que apenas é efetuado anualmente, procura saber dados da empresa em questão de forma que possa contribuir para a caracterização da produção industrial portuguesa, mediante a disponibilização de informação sobre produtos produzidos e vendidos, materiais comprados e energia consumida. Ao contrário dos dois inquéritos anteriores, este demorou cerca de uma semana para ser preenchido na totalidade, uma vez que certos campos apenas podiam ser completados pela diretora financeira da empresa.

- **Conferência Mensal da taxa SIRCA;**

Tal como o nome da atividade alude, mensalmente, durante aproximadamente dois dias, dependendo do mês em questão, era efetuada a conferência da taxa SIRCA a nível interno, para que quando fossem

recebidas as listagens por parte da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) se pudesse verificar se ambas estavam em concordância ou não.

- **Apuramento, preenchimento e entrega mensal da declaração de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA);**

O tratamento do IVA é uma das obrigações fiscais que a esmagadora maioria dos clientes estão sujeitos. É um imposto indireto uma vez que incide sobre o consumo de bens e serviços e não sobre o rendimento. Depois de todos os documentos com implicações no IVA estarem lançados, procedia-se ao apuramento do IVA, o que era feito de manualmente. Após este preenchimento procedia-se à entrega mensal da declaração periódica de IVA através do site Portal das Finanças pela diretora financeira da empresa. Normalmente esta atividade era realizada apenas num único dia.

- **Lançamento e processamento manual e informático de notas de compra;**

Este processo interno, consistia numa primeira fase, em preencher uma nota de compra manual, onde tinham que ser discriminados os dados do fornecedor, se o transporte do(s) animal(is) era a cargo da PEC ou do produtor, o número de ordem do abate do(s) animal(is), a sua idade, classificação, peso a frio e por fim o preço do quilograma a que foi comprado. Na segunda e última fase deste processo, a nota de compra previamente preenchida era submetida informaticamente no sistema da empresa. Esta atividade era efetuada na grande maioria das vezes às quartas e sextas-feiras para acelerar a conclusão dos clientes.

- **Lançamento de ordenados no fundo de compensação/ fundo de garantia da compensação do trabalho;**

Quando existia a admissão de um novo colaborador, era efetuado o seu registo no *website* do “fundo de compensação” e na segurança social. Todos os meses era retirada a guia de pagamento dos fundos de compensação ao *website* em questão, para que o valor em guia poder ser pago até ao dia 20 do mês em questão. Importa salientar que esta obrigatoriedade já não se encontra em vigor desde o dia 01 de maio de 2023. Na segurança social a admissão do colaborador tem que ser sempre efetuada até ao dia anterior ao da admissão, assim como a introdução do número de beneficiário, data de admissão, categoria, vencimento base, regime do contrato (termo ou sem termo) e o tempo do mesmo.

- **Classificação e lançamentos de documentos no programa contabilístico da empresa;**

Após o processo de organização e arquivo dos documentos, seguia-se o lançamento e classificação dos mesmos. Para iniciar a classificação e o lançamento dos documentos contabilísticos era fundamental ter conhecimento do modelo de documento que se tratava (notas de crédito, faturas, entre outros). Em algumas ocasiões o lançamento dos documentos contabilísticos era efetuado em simultâneo com a classificação dos documentos de “efetuar um lançamento” consistia essencialmente

em informatizar o movimento contabilístico do documento após a sua classificação onde era atribuído um número que correspondia ao referido lançamento.

Para se iniciar o lançamento era utilizado o programa contabilístico da empresa (Gestão da Contabilidade - GCO) onde era necessário ter em atenção aos “dados do cabeçalho” e aos “dados do detalhe”. Durante o estágio, tive a oportunidade de efetuar lançamentos nos seguintes diários: diário de compras e o diário de operações diversas. Quando era efetuado o lançamento propriamente dito, eram inseridas as contas a debitar e a creditar e o respetivo montante. Devia confirmar-se sempre se o somatório dos débitos coincidia com o somatório dos créditos, embora o programa alerta-se quando esta condição não se verifica.

Depois deste processo era feito um carimbo no documento para assim o “identificar” e atestar que o seu lançamento já tinha sido efetuado no sistema. Para gerar um novo número do documento, era necessário ter em atenção o diário, ao mês e o número do último documento. Na PEC Nordeste, a numeração utilizada era a seguinte, por exemplo, 03/05/0001, onde 03 se refere ao número do diário, 05 ao mês em questão e 0001 será a numeração do documento a ter em conta, importa ainda salientar que todos estes documentos eram arquivados em dossiês devidamente identificados na lombada com o ano civil, o diário de que se tratava e o mês em questão. Alguns dos códigos utilizados na PEC são: 81- Notas de Crédito, 80- Faturas, 17- Aviso de lançamento.

- **Organização e levantamento de informação de fornecedores e clientes para pedido da confirmação de saldos;**

Como já foi referido os revisores de contas solicitavam vários documentos, entre eles extratos das contas correntes, quer de fornecedores, quer de clientes. Tendo em conta esta situação, foram realizadas duas circularizações (fornecedores e clientes, respetivamente) em formato *Excel* de forma a agregar todos os dados necessários para entrar em contacto com mesmos, de forma a agilizar a posterior confirmação de saldos. Sendo vasto o leque de fornecedores e clientes da entidade em causa, esta atividade demorou cerca de uma semana a ser concluída.

- **Conferências mensais das contas: 2421 – trabalho dependente (IRS), 2482 – taxas de inspeção sanitária, 2422 – IRC, 2451 – Segurança Social;**

Tal como acontece em outras atividades já mencionadas, as conferências das contas enunciadas, eram realizadas mensalmente, durante cerca de dois dias, de forma a verificar e detetar algum erro de lançamento por parte da contabilidade.

- **Conferência de extratos de clientes e fornecedores para fecho do ano – confirmação de saldos;**

De forma a verificar possíveis diferenças de saldos, foram solicitados por meio de uma carta e posterior contacto via *e-mail* os extratos das contas correntes quer de clientes quer de fornecedores, de forma a

verificar a igualdade de extratos da empresa. Após rececionados e analisados individualmente cada caso, em situações de alguma diferença, procurou-se compreender o porque da mesma e proceder à devida retificação de saldo. Tendo em conta o elevado número de clientes e de fornecedores da empresa em causa, esta atividade era efetuada à medida que eram recebidos os extratos.

- **Conferência de “caixas” diários;**

Esta conferência era realizada diariamente. A primeira conferência a ser feita era a verificação dos saldos finais e dos saldos iniciais, ambos tinham que ser iguais. De seguida procedia-se individualmente à conferência de cada somatório, ou seja, de todas as despesas, transferências, depósitos e recibos para verificar se estava em concordância com a “folha final do caixa” apresentado.

- **Processamento de salários;**

Todos os meses eram processados os salários dos colaboradores da empresa. Este processamento abrangia vários pontos de cada colaborador a ser tidos em consideração tais como: contabilização e lançamento individual da assiduidade, férias, baixas e outras ausências. Para além disso era necessário efetuar o lançamento de outras “variáveis” de cada colaborador, nomeadamente, “*tickets*” de refeição, prémios de assiduidade, prémios de produção e as comissões. Realizado o processamento final, eram retiradas todas as listagens de “bancos” para dar seguimento à transferência do salário líquido a cada colaborador, bem como os recibos de vencimento para também serem entregues ao respetivo titular.

- **Análise de inventários para a auditoria de fecho do ano;**

De forma a facilitar não só a auditoria que seria realizada, mas para também para uma questão de controlo interno, foram realizadas e analisadas individualmente várias listagens alusivas aos inventários da PEC Nordeste S.A. Esta análise consistia essencialmente na verificação da validade da peça de carne, o lote da mesma, se ainda estava em *stock* ou tinha sido vendida e emitida a respetiva fatura. Tendo em conta a grande e variada quantidade de artigos existentes, esta tarefa além de ser realizada intercalada com outras atividades diárias, demorou cerca de duas semanas a ser concluída.

- **Análise da listagem de antiguidade de saldo de clientes (provisões de clientes contenciosos);**

De forma a atualizar a listagem de antiguidade de saldo de clientes do ano anterior, foi efetuada uma nova recolha de listagens de todos os clientes da empresa, de forma a detetar os casos que passariam a integrar a listagem dos “clientes em mora”, dos que já se encontravam ou evoluíram para contencioso, e por fim os casos onde os clientes conseguiram reverter e saldar a dívida que detinham.

- **Acompanhamento de uma auditoria aos inventários para fecho do ano;**

Como já tinha sido mencionado anteriormente e a própria atividade alude, foi possível acompanhar de perto parte da auditoria realizada aos inventários da empresa. A auditoria efetuada dividia-se em duas fases: a primeira (que foi possível presenciar) consistia essencialmente na ida do auditor até as arcas de refrigeração da empresa, e, aleatoriamente solicitar e tomar nota do número das peças e referidos lotes onde estas estavam inseridas para, posteriormente, confirmar se esses artigos estavam discriminados corretamente no sistema da empresa. Na segunda e última fase desta auditoria, era invertida a ordem do processo, ou seja, o auditor selecionava aleatoriamente alguns artigos do sistema, para se seguida de deslocar novamente até arcas de refrigeração e verificar a existência dos artigos previamente selecionados.

- **Processamento e envio de mapas de parametrização de abates para a Inspeção Sanitária;**

Todos os meses a Inspeção Sanitária solicitava até ao dia 15 de cada mês o envio dos mapas de parametrização dos abates totais de todas as espécies abatidas na empresa no mês em questão.

- **Realização do mapa semanal de stocks;**

Todas as semanas era efetuado em ficheiro em formato *Excel* para se poder comparar o preço de venda com o preço de custo, ou seja, por meio deste mapa era possível verificar a existência/ ausência de lucros obtidos das compras e das vendas efetuadas.

- **Preenchimento do Relatório Único da empresa;**

O Relatório Único é umas das obrigações legais de todas as entidades empregadoras que detêm trabalhadores por conta de outrem ao seu serviço e que estejam abrangidos pelo Código de Trabalho. A sua entrega é anual e refere-se à atividade da empresa durante o ano anterior. Tendo em conta que a PEC Nordeste de enquadra nestes parâmetros, procedeu-se ao preenchimento e submissão do mesmo. Uma vez que são vários e diversos os campos a serem preenchidos e atualizados, o mesmo demorou cerca de duas semanas a ficar devidamente completo em tempo útil.

- **Recolha de informações para a criação do inquérito aos matadouros;**

De forma a construir um inquérito mais realista e fiel à realidade vivida pelos matadouros nacionais, foi efetuada uma pequena investigação na PEC Nordeste S.A, de forma compreender o que seria mais pertinente abordar de forma que se conseguisse tratar a temática selecionada para este estudo. Esta recolha demorou cerca de três dias a ser realizada, tendo em conta que foi efetuada via verbal com elementos da direção da empresa onde decorreu o estágio.

- **Aplicação do inquérito**

Após construído o inquérito aos matadouros, iniciou-se o processo propriamente dito da aplicação do mesmo. Esta aplicação consistia, numa primeira fase, contactar por via telefónica os matadouros identificados para o estudo e, posteriormente, enviar o inquérito via *e-mail*. Numa segunda fase foi efetuado novo contacto por ambas as vias para “renovar” o pedido de colaboração e nos casos que declaravam que já tinham respondido ao pedido, foi realizado um agradecimento pela disponibilidade e cooperação despendidos. Este processo decorreu durante três semanas.

1.3. Apreciação crítica do trabalho desenvolvido

Ao longo dos cinco meses de estágio, foram várias as informações e conhecimentos transmitidos não só acerca da realidade diária da PEC Nordeste, S.A, enquanto empresa, mas também de assuntos previamente estudados no decorrer deste mestrado.

O processo de seleção, arquivo e separação e lançamentos de documentos adotado pela empresa, na minha opinião, é adequado de uma forma geral às características e necessidades de cada cliente/fornecedor, uma vez que há um registo de entrada da documentação, em que se identifica o cliente/fornecedor, e os prazos limites que cada situação/documento solicita, uma vez que após o lançamento da fatura, o valor desta fica na conta corrente do cliente/fornecedor a aguardar o pagamento da mesma. Esta e outras tarefas como a conferência do SIRCA, processamento dos mapas de parametrização de abates para a Inspeção Sanitária, levantamento de inventários, entre outras, permitiram-me conhecer e lidar com o sistema de gestão COIMFOR. A meu ver, é um sistema pouco vantajoso e rentável, não só pela pouca rapidez e capacidade que este dispunha atendendo às necessidades da empresa, mas pelos vários e sistemáticos problemas técnicos que pude presenciar durante o estágio onde apenas era apresentada uma solução provisória. Neste sentido, penso que seria extremamente vantajoso para a empresa, uma mudança de sistema de gestão.

As atividades relativas à tesouraria, nomeadamente a análise das contas correntes dos clientes, a emissão de recibos consoante a espécie de pagamento do cliente, fecho e conferência do caixa diário, foram algumas das tarefas com maior responsabilidade que pude presenciar e, em algumas ocasiões, realizar, com a supervisão da pessoa responsável pela tesouraria e autorização prévia da diretora financeira da empresa.

No que consente ao auxílio das bases teórica transmitidas durante o mestrado, sem dúvida que a unidade curricular de Complementos de Contabilidade Financeira, foi a que mais relevância teve, não só pelas noções transmitidas, mas pelos exercícios realizados em aula que em muito se equipararam em algumas situações reais na empresa. Apesar de ter sentido bastante satisfação com a realização de todas as tarefas desempenhadas, gostaria de ter tido possibilidade de realizar com outras atividades, nomeadamente lançamentos de documentos como diário de bancos e elaboração de reconciliações bancárias.

De uma forma global, o estágio realizado foi proveitoso, quer a nível pessoal, quer a nível profissional. A nível pessoal porque me permitiu cimentar algumas *soft skills*, que certamente me serão úteis em futuros projetos e trabalhos que possa vir a integrar nomeadamente: trabalhar em equipa, saber fazer uma gestão eficaz do tempo estabelecido para tarefas que em determinadas situações eram simultâneas e aprimorar a comunicação em meio empresarial.

No que concerne ao estágio propriamente dito, confesso que na fase inicial senti algumas dificuldades, nomeadamente na classificação de documentos e no manuseamento do sistema de gestão da empresa, no entanto, no decorrer do estágio estas dissiparam-se. Em suma, esta experiência foi enriquecedora não só por proporcionar e permitir estabelecer um contacto mais real a parte do que nos é transmitido teoricamente, mas também por possibilitar um primeiro contacto com o mundo empresarial e a realidade laboral da área financeira.

Parte II - A responsabilidade social corporativa e as exigências do relato da sustentabilidade nos matadouros portugueses

2.1. Revisão de Literatura

2.1.1. Conceito e evolução da Responsabilidade Social

O conceito de Responsabilidade Social (RS) que mais tarde evoluiu para Responsabilidade Social Empresarial (RSE), sofreu uma evolução progressiva e levou a que atualmente existam diferentes abordagens relativas ao mesmo. A vasta literatura alusiva a esta temática evidencia que o conceito de RS existe há várias décadas, e que ao longo das mesmas as definições foram sofrendo alterações que culminaram na definição (embora pouco definida) como a conhecemos hoje.

Tendo em conta que se trata de um termo dinâmico e, bastante dependente do avanço da evolução social, supõe-se que este irá continuar a progredir à semelhança das organizações e por conseguinte, da forma como os *stakeholders* e a sociedade se envolvem com as mesmas (Carroll, 2008). É reconhecido que as empresas assumem múltiplas responsabilidades, que decorrem impreterivelmente dos impactos que geram, e aspetos como questões sociais, éticas e o meio ambiente, que são considerados elementos basilares e cruciais na reputação e imagem corporativa (Etter, 2013).

András & Rajcsányi-Molnár (2015) e Carroll (2008) declaram que antes da década de 1950, algumas empresas já tinham em consideração na sua gestão, condutas próximas em assuntos alusivos à RS, embora a base teórica relativa a este tema neste período ainda fosse pouco desenvolvida.

Segundo Carroll (1999), o conceito de RS surgiu em 1953 através de uma publicação notável da obra de Howard R. Bowen intitulada de “*Social Responsibility of the Businessman*”, que marcou o início do período moderno da literatura alusivo a este tema.

A ideia inicial de Bowen assentava essencialmente no princípio de que os empresários tinham obrigações a cumprir, o que os induziria à tomada de decisões notórias para a sociedade, pelo que levou a que Carroll o viesse a considerar “o pai da RS” (Carroll, 2015).

Bowen, definiu assim, uma série de princípios para as empresas cumprirem as suas responsabilidades uma vez que, segundo este, as decisões e as ações das organizações afetavam os *stakeholders* e que tinham impacto direto na qualidade de vida (Agudelo, Jóhannsdóttir, & Davídsdóttir, 2019).

A RS é vista por muitos autores como uma característica benéfica nas empresas, contudo é de salientar que existem autores com visões divergentes, exemplo disso foi o artigo publicado por Levitt (1958), “*The dangers of social responsibility*”. Segundo este autor, o bem-estar geral da comunidade e as preocupações com os problemas sociais era um encargo exclusivo do governo e não das empresas. Levitt (1958) defendia que as empresas ao direcionarem os seus esforços em aspetos sociais se comprometiam com o que seria o seu objetivo principal - a maximização do lucro e o bem-estar dos seus acionistas.

Em síntese é possível afirmar que os anos 1950 foram um período focalizado na discussão teórica da RSE, cujo conceito começou a ficar cada vez mais globalizado (Carroll, 2008).

Posteriormente, na década de 1960, Friedman (1962 cit. por Zimmerli, Holzinger & Richter, 2007) defendia e frisava a ideia já apresentada por Levitt (1958), afirmando que a RSE na maioria das vezes acabava por ser um custo injusto para os acionistas. Segundo Friedman (1982), as empresas eram totalmente responsáveis a partir do momento que conseguiam gerar postos de trabalho, liquidarem os seus impostos e maximizar os seus lucros.

Para Carroll e Shabana (2010) dada a série de movimentos sociais que se fizeram sentir durante os anos 1960, é que o conceito de RSE começou a ganhar mais popularidade. Devido a este cenário de “turbulência social”, as empresas foram alvo de exigências e pressões por parte da sociedade em assuntos como: os direitos dos consumidores, direitos civis, direitos das mulheres e a defesa do ambiente (Sauerbronn & Faria, 2008).

Segundo Lee (2008) foi durante a década de 1970 que se começou a verificar um esforço voltado para a satisfação das necessidades das populações, embora se continuasse a ter sempre em consideração a maximização dos resultados para as empresas. Esta década é marcada pelo empenho da passagem da teoria do conceito de RSE à sua prática, de modo a permitir a que as empresas passassem a introduzir a RS nas suas atividades. Com esta tentativa de mudança, a RS começou aos poucos a desagregar-se da noção limitada de filantropia corporativa (Sauerbronn & Faria, 2008). As empresas

deixaram de deter apenas responsabilidade passiva e passaram a dar uma resposta social ativa (Frederick, 2008).

No início da década de 1970, o Comité para o Desenvolvimento Económico (CDE) (1971), publica um documento onde o principal objetivo passa por divulgar preocupações e estabelecer algumas responsabilidades em determinadas áreas nomeadamente: o meio ambiente, a exclusão social e a pobreza. O CDE considerava que o futuro das empresas estava dependente da forma como estas seriam capazes de dar resposta às novas exigências sociais que se faziam sentir na altura.

No final desta década, Carroll (1979) publica um artigo intitulado de “*Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance*” onde propõe pela primeira vez as quatro dimensões da RSE (Económica, Legal, Ética e Filantrópica/Discrecionária). Para este autor, a RSE inclui as expectativas económicas, legais, éticas e filantrópicas que a sociedade tem das organizações.

Os anos 1980 trouxeram consigo uma aproximação dos interesses sociais com os empresariais, ou seja, passaria a haver uma maior “sensibilidade” na relação com os *stakeholders* (Zimmerli, Leite & Padgett, 2011). Ainda neste período foram efetuadas múltiplas investigações que consistiram em verificar se existia algum vínculo entre a performance financeira de uma empresa e a RSE. Dado o avanço da liberalização e da globalização dos mercados, a RSE começou a ser incluída pelos gestores nas estratégias empresariais, onde passou a ser tida como uma oportunidade de negócio (Carroll, 1999; Lee, 2008). Este contributo por sua vez, veio contrariar a ideia de Friedman de 1962 (cit. por Zimmerli, Holzinger & Richter, 2007), uma vez que, para este autor, a RSE era uma política que levava a uma diminuição na rentabilidade empresarial.

Efetivamente o período dos anos 1980 foi essencial no fortalecimento do conceito de RSE, dadas as várias pesquisas empíricas que se realizaram, e que permitiram o aparecimento de novas temáticas em torno deste conceito, nomeadamente: a gestão dos *stakeholders*, o desempenho social das empresas e a ética empresarial, embora se desse sempre particular atenção à relação entre desempenho financeiro e a RSE (Carroll, 1999; Carroll & Shabana, 2010; Waddock, 2004). No final desta década, já se averiguava que os comportamentos sociais exercidos pelas empresas poderiam ser transformados numa “espécie” de vantagem competitiva.

Na década de 1990 foram poucos os contributos teóricos em volta do conceito de RSE. Esta redução de contribuições levou a que se continuassem a desenvolver novos conceitos (teoria dos *stakeholders*, teoria da ética empresarial, teoria das partes interessadas e o conceito de cidadania corporativa) que complementavam a RSE (Waddock, 2004; Carroll, 1999).

Ainda neste período, dada a crescente polémica alusiva à RSE começam a surgir alguns modelos de Desenvolvimento Sustentável (DS). Um destes pioneiros foi Carroll, que em 1991 subdivide as quatro dimensões que em 1971 tinha enunciado (Económica, Legal, Ética e Discrecionária ou Filantrópica) em forma de pirâmide. Já no final desta década, John Elkington (1994), criou o *Triple Bottom Line* (TBL),

intitulado por muitos como o “tripé da sustentabilidade”, uma vez que agrega num só modelo científico, questões económicas (*Profit*), sociais (*People*) e ambientais (*Planet*) presentes nas organizações (Heikkurinen, Jalkanen, Järvelä, Kärvinen, Katajajuuri, Koistinen, & Forsman-Hugg, 2012).

Tendo em conta a intensificação gradual da globalização que se fez sentir na década de 90, o cenário dos negócios a nível global acabou por sofrer modificações distintas, que induziram a uma maior competição entre as empresas. No final desta década, iniciava-se a integração da RSE nas políticas de gestão estratégica das empresas, visto que a começam a encarar como uma política voluntária que podia funcionar como um fator diferenciador face à concorrência que detinham. Apenas na década de 2000 é que a RSE se tornou, definitivamente, para muitas empresas um fator preponderante a nível estratégico (Moura Leite & Padgett, 2011).

A partir do início da década de 2000, termos como sustentabilidade e DS passaram a ser áreas que se faziam cada vez mais presentes nos debates ao redor da RSE (Carroll & Shabana, 2010) e que conseqüentemente conduziram à necessidade de criação de instrumentos de mensuração e fiscalização - os Relatórios de Sustentabilidade.

Um dos marcos mais significativo e relevante no período de 2000, foi a publicação do Livro Verde em 2001 por parte da Comissão Europeia (CE). Em março de 2000, o Conselho Europeu de Lisboa apelou ao sentido de RS por parte das empresas, no que consente às melhores práticas de organização do trabalho, inclusão social, igualdade de oportunidades e DS. (COM, 2001). Nos anos de 2002, 2006 e 2011 a CE voltou a elaborar e publicar novos documentos onde o objetivo de centrava sempre em promover a RSE na União Europeia e no mundo.

Nos últimos anos, verificou-se uma difusão nas organizações, relativamente a temas análogos à RSE que, embora sejam distintos, convergem e complementam-se. Atualmente, as empresas, integram cada vez mais na sua estratégia de negócio a RSE. Esta política saudável, que abrange a empresa e os seus *stakeholders*, tem sido considerada como um fator basilar para a competitividade e sustentabilidade empresarial (Inácio, Fonte & Gouveia, 2012).

2.1.2. Responsabilidade Social nas Empresas

Segundo Davis (1973), a RSE está associada ao conceito de RS, que se manifesta na ponderação e resposta das empresas a questões que vão mais além que os aspetos económicos, jurídicos e técnicos. Com o decorrer dos anos a RSE, começou a ser uma área a despertar um interesse crescente quer para o mundo empresarial quer para as áreas académicas. (Ayuso, Roca & Mercé, 2013) De acordo com Dahlsrud (2008), tendo em conta as amplas e diversas abordagens e interpretações que existem, inerentes a esta temática, as organizações e as comunidades académicas demonstram dificuldades em definir de forma única este conceito. Embora não seja conhecida uma definição homogénea de RSE (Ayuso et al., 2013), várias e diferentes definições foram criadas e desenvolvidas em torno deste tópico

ao longo do tempo, tópico esse que continua a deter bastante interesse entre revistas académicas e de negócios, relatórios de organismos internacionais e livros, bem como de organizações e associações não governamentais (Carroll & Shabana, 2010; Agudelo, Jóhannsdóttir, & Davídsdóttir, 2019).

Bowman e Haire (1976, p.11) apontam que a RSE inclui a "*preocupação com o impacto de todas as atividades da empresa sobre o bem-estar total da sociedade*". Na perspetiva de Gray, Owen e Maunders (1988, p.4) a difusão da RSE é vista como "*o processo de prestação de informações destinadas a quitação de responsabilidade social. Normalmente, esses atos seriam realizados pela organização responsável e, portanto, podem incluir informações no relatório anual, publicações especiais ou até mesmo a publicidade de carácter social*". Škare e Golja (2014) verificaram que o contributo social das organizações para a RS desempenha um papel fulcral tanto no crescimento económico como no DS. Ao reconhecer esta importância, órgãos públicos como a União Europeia têm atuado de forma a apoiar e estimular o DS nas empresas, emitindo diretrizes e leis. Segundo o Livro Verde (que aborda o DS e a noção de que as organizações devem ter em conta os objetivos sociais, económicos e ambientais) publicado pela CE em 2001, a definição de RSE passa pela integração espontânea de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas atividades e na sua interação com as outras partes interessadas (COM, 2001).

Para a CE, existem múltiplas razões que influenciaram o desenvolvimento do conceito da RSE, nomeadamente: novas preocupações e expectativas dos cidadãos, consumidores, autoridades públicas e investidores num contexto de globalização e de mutação industrial em larga escala; o fator social que influencia as decisões quer de consumidores quer de investidores sobre investimentos; a crescente preocupação dos danos infligidos no meio ambiente pelas atividades económicas; transparência criada pelas atividades empresariais e pelos meios de comunicação social. Tendo como base os pontos descritos anteriormente, pode constatar-se que ser socialmente responsável, é ir para além das obrigações legais, ou seja, passa por investir em capital humano, no meio ambiente e nas relações tanto com os *stakeholders* como com as comunidades locais (COM, 2001).

Snider, Hill e Martin (2003) declaram que a RSE passa por uma relação entre a empresa e a sociedade. Para Perrini (2006), as questões sociais, económicas e ambientais são três pilares que devem ser integrados igualmente na gestão estratégica das organizações. Segundo os autores, este tipo de gestão é um desafio enorme para as Pequenas e Médias Empresas (PME). Na perspetiva de Murray e Hazlett (2007), a RSE é um conceito que procura caracterizar a responsabilidade de uma empresa para com os seus *stakeholders*, tendo em conta os impactos ao nível social, ambiental e económico. Godfrey e Hatch (2007), consideram que nos últimos anos, existiu uma divulgação de literatura alusiva ao conceito de RSE, que acabou por conduzir a existência de múltiplas teorias, estudos de caso, terminologias e diferentes abordagens relativas ao tema. Os autores chegam a afirmar que há uma grande confusão no que diz respeito à definição desse termo, uma vez que o vocabulário que é utilizado para distinguir os aspetos e as abordagens desse tema continuam sempre a evoluir. Terminologias como ética

empresarial, filantropia, balanço social, RSE e responsabilidade global, são enunciadas por Godfrey e Hatch (2007) como conceitos que entraram no nosso léxico sem definições mais completas e distinções exatas entre os mesmos. Embora exista um vasto leque de literatura alusiva ao tema em estudo, pode verificar-se que, ao longo dos anos existiu um esforço para tentar criar padrões nas empresas e na forma de implementação. Em suma, a ideia base do conceito passa pela responsabilidade que uma empresa tem em contribuir para a sociedade por meio de um DS da economia, tendo ainda presente na sua gestão, preocupações com óticas sociais e ambientais. A RSE tem em consideração comportamentos éticos que são aceites pela cultura da sociedade em geral e, de certo modo, é uma forma contratual da empresa cooperar com a sociedade, de modo a que consiga alcançar alguns dos seus objetivos (Hemingway & Maclagan, 2004).

2.1.3. Modelos, teorias e abordagens de Responsabilidade Social Empresarial

Para Schwartz e Carroll (2003), o fenómeno da RSE tem vindo a evoluir drasticamente ao longo dos anos. Tendo em conta a revisão da literatura que existe, é possível destacar alguns dos modelos mais relevantes e mediáticos de avaliação, que apesar das suas controvérsias e das suas abordagens distintas são essenciais para perceber a sua evolução. De seguida serão apresentados alguns dos principais modelos de avaliação que se destacam no âmbito da RSE.

2.1.3.1. Modelos propostos por Carroll (1979; 1991)

- **Modelo Tridimensional - 1979**

O modelo de Carroll (1979) foi o primeiro modelo conceptual a ser apresentado como o desempenho social empresarial, que tentou representar as funções que deveriam ser dadas à RS. Este modelo é apresentado por meio de uma matriz tridimensional, onde são tidas as relações entre suas diferentes dimensões (Valiente, Ayerbe & Figueras, 2012). A Tabela 1, abaixo apresentada, sintetiza as principais características e dimensões que compõem este modelo.

Segundo Carroll (1979), a RS dos negócios empresariais abrange as expetativas legais, económicas, éticas e discricionárias que a sociedade tem das organizações.

Tabela 1 - Síntese das dimensões do modelo tridimensional

Natureza	Capacidade de Resposta	Questões Envolvidas
- Económica	- Reação	- Consumismo
- Legal	- Defesa	- Acionistas
- Ética	- Acomodação	- Meio Ambiente
- Filantrópica/ Discricionária	- Proativa	- Discriminação
		- Segurança do Produto
		- Segurança no Trabalho

Fonte: Elaboração própria, baseado em Carroll (1979)

- **Modelo Piramidal - 1991**

Doze anos após ter enunciado o seu primeiro modelo, Carroll (1991) aperfeiçoa-o e desenvolve um novo modelo onde aplica quatro tipos de responsabilidade: económica, legal, ética e filantrópica ou discricionária, definidas na “natureza” do seu modelo anterior, embora neste segundo modelo, tenha optado por representá-las por através da forma piramidal. A configuração escolhida das responsabilidades, sugere que no topo da mesma estejam expressas as características mais importantes do que na sua base. No entanto, a leitura do modelo proposto por Carroll (1991), não corresponde a este pressuposto, uma vez que o seu grau de importância começa da base para o topo.



Figura 2 - Modelo Piramidal de Carroll

Fonte: Elaboração própria baseado Carroll (1991, p.42)

Análise de cada responsabilidade defendida no modelo de Carroll (1991), enunciadas na Figura 2 (responsabilidade económica, responsabilidade legal, responsabilidade ética).

- Responsabilidade Económica

Todas as empresas exibem responsabilidade económica, uma vez que detêm a responsabilidade de conceber bens e serviços que suprimam as necessidades da sociedade (Carroll, 1979). Assim, é esperado que haja o retorno das vendas/serviços e que o mesmo se traduza em lucro para a empresa, de forma que se consiga maximizar não só o lucro para os acionistas, mas também que se consiga satisfazer as obrigações para com os investidores. Este pressuposto de sustentabilidade é preponderante para que as empresas consigam operar no mercado, sendo o lucro a base para o funcionamento destas. Segundo Carroll (1979) e Jamali (2008) a importância desta responsabilidade deve ser realçada, para que no caso desta ser desvalorizada, as responsabilidades seguintes não sintam as consequências desta situação.

- Responsabilidade Legal

A responsabilidade legal aponta as obrigações do cumprimento da legislação, uma vez que este é um requisito mínimo relativamente a assuntos de RS. Carroll (1979) esperava que as empresas, ao estarem inseridas na sociedade, atingissem as suas metas económicas tendo em conta os requisitos legais que lhes são colocados.

- Responsabilidade Ética

A responsabilidade ética transcende o mero cumprimento da legislação exigida pelas empresas. A ética, expõe múltiplos princípios (imparcialidade, equidade, justiça, etc.) que visam preocupações da sociedade na sua generalidade, e dos seus *stakeholders*. Assim, facilmente se percebe que comportamentos antiéticos, devem ser evitados. Facto é que, cada vez mais se verifica que a sociedade valoriza e tem em consideração a ética dos procedimentos efetuados das empresas.

- Responsabilidade Filantrópica ou Discricionária

Segundo Carroll (1999) esta responsabilidade não apresenta uma natureza obrigatória como as demais. A responsabilidade filantrópica assume um papel a nível social como por exemplo: a formação dos colaboradores, tentativas de aumento das taxas de alfabetização, donativos para ações de beneficência, dispor de creches para os filhos dos colaboradores, combate à exclusão social, entre outros. De acordo com Carroll (1979) e Jamali (2008), esta responsabilidade é a mais polémica de todas, tendo em conta a colisão que há com a orientação económica e lucrativa da empresa. Para Carroll (1991), as empresas devem englobar em simultâneo as quatro dimensões propostas no modelo piramidal como um todo e não de forma sequencial.

2.1.3.2. Modelo de Desempenho Social proposto por Wartick & Cochran (1985)

O modelo de Wartick & Cochran (1985) emerge de um estudo empírico que teve como principal objetivo a explicação e avaliação entre o desempenho social empresarial e os resultados que provinham das suas operações. Estes autores, ao desenvolverem o modelo em causa, tiveram em conta as mesmas dimensões de RSE utilizadas na primeira proposta de Carroll em 1979, embora as abordagens referenciadas propusessem um aperfeiçoamento face ao modelo tridimensional. Para Wartick e Cochran (1985) o novo modelo reflete uma combinação entre os princípios de RSE e o desenvolvimento de políticas que estejam inerentes a assuntos sociais. As abordagens desenvolvidas no âmbito da RS tiveram um impacto mais notório na sociedade, ao contrário do que aconteceu com o modelo proposto por Carroll em 1979. O modelo concebido por estes autores, permitiu uma visão universal às empresas de modo que fossem ponderadas situações a nível interno e a nível externo. Segundo Wartick e Cochran (1985), este modelo ultrapassa o modelo desenvolvido por Carroll (1979), uma vez que Carroll distinguiu a RS apenas a nível interno.

2.1.3.3. Modelo de Desempenho Social Empresarial de Wood (1991)

O modelo de Wood (1991) apresenta dimensões muito idênticas aos modelos anteriormente analisados, no entanto, distingue-se dos demais por ter incorporado alguns aspetos das responsabilidades económicas, legais, éticas e filantrópicas nos processos, resultados e princípios das intervenções empresariais.

Este autor incutiu à responsabilidade económica singularidades que permitissem gerar mais empregos e uma utilização de tecnologia “mais limpa”, defendendo a utilização de recursos ecológicos na produção de bens e serviços. Ao nível da responsabilidade legal, permitiu que as empresas conseguissem obter vantagens a nível político, sem se sentirem pressionadas, possibilitando assim que estas colocassem os interesses individuais de parte. No que concerne à responsabilidade ética, foram tidos em consideração, aspetos que compreendessem informações das empresas que ultrapassassem os que são exigidos legalmente. Relativamente à última responsabilidade, a filantrópica, está relacionada ao facto de as empresas atuarem como “cidadãos”, ou seja, estas devem ter em consideração os investimentos que gerem benefícios quer para os acionistas e credores como para os seus colaboradores e sociedade em geral. Este modelo é constituído por três grandes dimensões como é possível verificar na Figura 3.

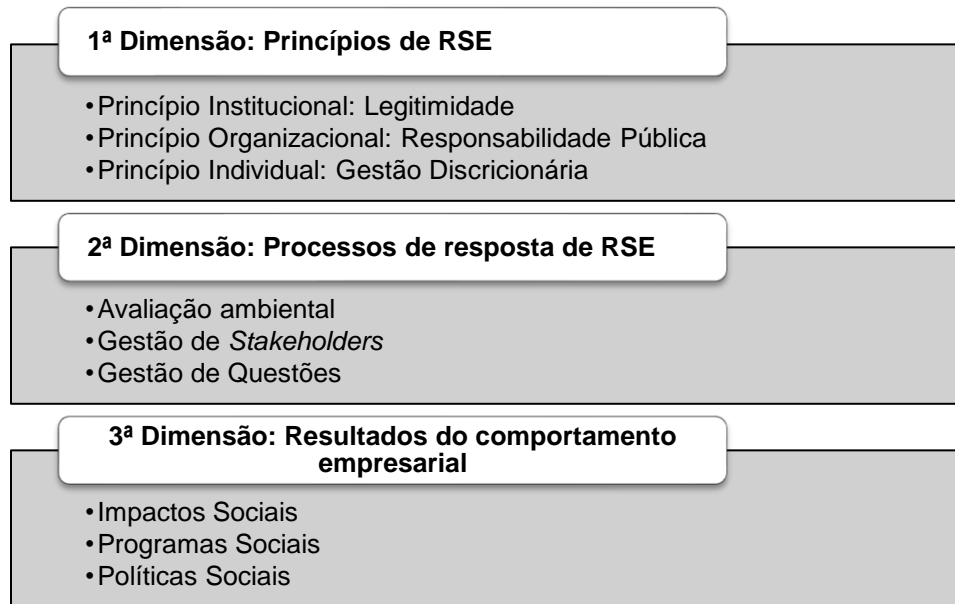


Figura 3 - Quadro resumo do Modelo de Desempenho Social Empresarial

Fonte: Elaboração própria baseado no modelo de Wood (1991)

A primeira dimensão do modelo de Wood (Figura 3) está correlacionada com os princípios que estimulam as ações de RSE. Esta está subdividida em três níveis sendo eles: 1.ª dimensão- princípios de RSE; 2.ª dimensão – processos de resposta de RES; 3.ª dimensão – resultados do comportamento empresarial.

- **Institucional:** Está interrelacionado com o princípio da legalidade, ou seja, as obrigações gerais das empresas devem gerar um equilíbrio entre a entidade e a sociedade.

- **Individual:** Aborda o princípio da gestão filantrópica. Os gestores e colaboradores são considerados como agentes morais, onde os comportamentos socialmente responsáveis devem ser tidos em todos os domínios da organização.

- **Organizacional:** Neste nível, devem ser tidos em conta os princípios da responsabilidade pública. As empresas são vistas como responsáveis tanto pelos resultados que envolvem as áreas principais e secundárias, tanto pelos resultados alusivos às áreas em que a comunidade esteja intrínseca.

A segunda dimensão apresentada é direcionada para os processos de RSE onde estão inseridos os seguintes pontos:

- **Avaliação Ambiental:** Está relacionada ao conceito ecológico, e detém particular importância porque é através dela que se consegue depreender quais as condições ambientais externas.

- **Gestão de Stakeholders:** Esta gestão tem como cerne a administração dos grupos de interesse, isto é, as empresas devem primar na existência de relações ativas com os seus *stakeholders*, de forma a conseguir estimular comportamentos produtivos e positivos que induzam a uma minimização considerável de alguns impactos negativos.

- **Gestão de Questões Sociais:** Envolve uma série de políticas e procedimentos que permitem a uma empresa reconhecer, investigar e atuar nas questões sociais.

Na terceira e última dimensão do modelo em análise, o principal foco desta são as atitudes do comportamento empresarial. Para Wood (1991), a inclusão dos impactos, políticas e programas sociais permitem às entidades realizar avaliações mais precisas da sua atuação empresarial e criar perceções sobre as relações estabelecidas com a sociedade.

Em suma, é possível verificar que o modelo de desempenho social empresarial que Wood propôs, permitiu desenvolver novos avanços face aos modelos previamente analisados. Posto isto, este modelo clarificou algumas situações, nomeadamente: articulação dos princípios de RSE (institucional, organizacional e individual), destaque dos princípios do comportamento empresarial e da motivação social, identificação de métodos de avaliação e controlo do meio ambiente e uma gestão dos *stakeholders*, levantamento de algumas questões a nível da gestão ambiental externa, conciliação de impactos, políticas e programas sociais de forma a obter resultados coletivos e conseguiu relacionar os três comportamentos (impactos sociais, programas sociais e políticas sociais) de forma a conceber novas perceções na relação das empresas com a sociedade, possibilitando assim o desenvolvimento de novas abordagens.

2.1.3.4. Modelo dos Três Domínios proposto por Schwartz e Carroll (2003)

Schwartz e Carroll (2003) propuseram um novo modelo em forma de Diagrama de *Veen*, como a Figura 4 sugere, onde nenhum dos três domínios de RSE (económico, legal e ético) fosse mais importante ou significativo comparativamente aos demais. Ao apresentar este novo modelo, os autores pretendem que este represente de forma mais completa as relações entre os três domínios centrais da RSE: económico, legal e ético. Para além disso, pretendem colmatar as limitações sugeridas pelo modelo piramidal proposto por Carroll em 1991.

O domínio económico é respeitante a todas as atividades que consigam originar impactos económicos positivos, ou seja, atividades que consigam fomentar a melhoria dos lucros sejam elas de forma direta ou indireta sobre a organização em questão (Schwartz & Carroll, 2003).

O domínio jurídico refere-se à capacidade de resposta por parte da empresa a expectativas legais impostas e esperadas pela sociedade na forma de jurisdições, ou por meio de princípios legais desenvolvidos na jurisprudência. No terceiro e último domínio, ou seja, o domínio ético, estão compreendidas as responsabilidades éticas empresariais que são esperadas pela sociedade em geral,

e que consigam ser pertinentes e benéficas para ambas as partes. Neste último domínio estão ainda incluídas a capacidade de resposta tanto a nível nacional como mundial.



Figura 4 - Modelo dos três domínios da RSE (adaptado de Schwartz & Carrol, 2003)
Fonte: Adaptado de Sobral, Passos e Ribeiro (2021, p.272)

Resumidamente, esta proposta evidencia que as responsabilidades interagem de uma forma dinâmica entre si e que desta relação resultam diferentes orientações empresariais consoante o grau em que os domínios se cruzam entre si. Desta forma, Geva (2008) defende que, apesar de as empresas existirem para serem lucrativas, estas resultam, primeiramente, de uma criação social, que depende da sustentabilidade, apoio e cooperação estabelecidos com a sociedade na qual se inserem.

2.1.3.5. Diferentes teorias e abordagens

Com o decorrer dos anos e dada a vasta literatura associada à RSE, proliferaram várias teorias e abordagens na esfera empresarial. Em detrimento disto, de seguida será feita uma análise breve de forma a clarificar a divulgação de informações ambientais e sociais acerca das teorias e abordagens que mais contribuirão para desenvolvimento do conceito.

- **Teoria dos Stakeholders**

A Teoria dos *Stakeholders* ao longo do tempo, tem originado um número considerável de estudos, embora tenha surgido pela primeira vez em 1963, através de um memorando de Edward Freeman intitulado de "*Strategic Management: A Stakeholder Approach*", onde o seu conceito era dirigido a todos os grupos externos e internos que existiam ao redor das empresas (Donaldson & Preston, 1995). Para Sobral, Passos e Ribeiro (2021) a designação de "*stakeholder*" surge em 1963, com o objetivo de desassociar a ideia de satisfação exclusiva dos interesses dos acionistas, generalizando a perceção

das várias partes interessadas no crescimento e desenvolvimento das empresas. De acordo com Santamaria, Paolone, Cucar e Dezi (2021), esta teoria supõe que a empresa deva gerar valor para os *stakeholders*, de forma a que estes consigam obter retornos de forma a que haja uma maior maximização de lucro por parte dos acionistas. A definição de *stakeholders* proposta em 1984 por Freeman (2010), é a noção mais generalizada, uma vez que o mesmo os define como qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar, ou vir a ser afetado, pelas atividades de uma organização. Para Freeman, uma empresa caracteriza-se como uma organização de ligações cooperativas e competitivas que detêm a capacidade para criar riqueza de forma sustentável por meio das relações com as partes interessadas. Donaldson e Preston (1995) sugerem que as empresas desenvolvam processos de negociação com as partes interessadas, através do modelo dos *stakeholders* (Figura 5), uma vez que assim conseguem representar a organização de forma matriarcal e ao seu redor os diferentes *stakeholders*, personificando a ideia de reciprocidade de interesses.

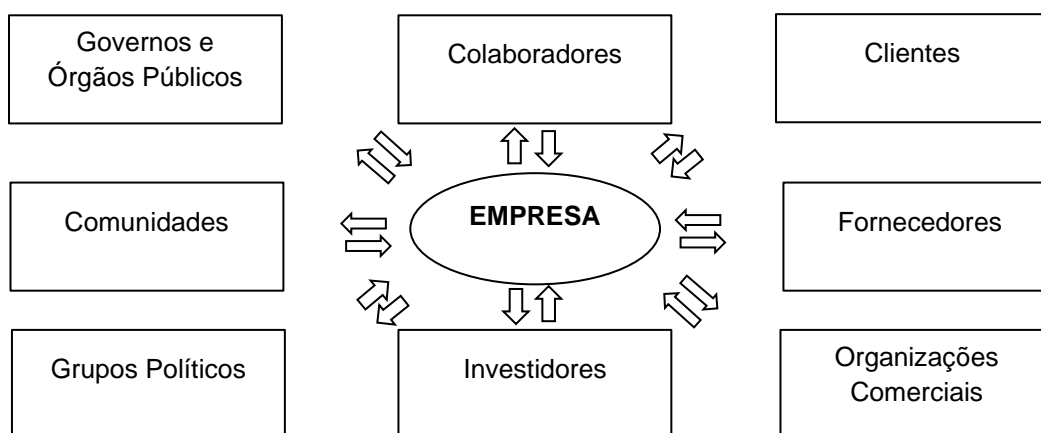


Figura 5 - Principais *stakeholders* de uma empresa

Fonte: Elaboração própria baseado em Donaldson e Preston (1995, p.69)

Nos últimos anos a discussão em torno desta temática tem sido cada vez mais notória. Dado o seu desenvolvimento, gerou novas visões, algumas favoráveis, outras contraditórias, no que respeita à definição universal que Freeman estabeleceu em 1984.

Na perspetiva de Buysse e Verbeke (2003) as estratégias de uma organização não devem aspirar apenas à criação de valor para o acionista, mas também, ter preocupações com os seus *stakeholders* na sua globalidade. Estes autores partilham da mesma opinião que Freeman (2010), uma vez que declaram ainda que os *stakeholders* são tidos como um grupo que possa afetar, ou vir a ser afetado de algum modo pelo desempenho de uma organização. Por sua vez, autores como Argodoña (1998) e McGuire, Sundgren e Schneeweis (1988), afirmam que o envolvimento dos *stakeholders* nas estratégias de uma empresa pode acarretar vários benefícios, nomeadamente empenho e motivação dos colaboradores, a melhoria da imagem empresarial, lucro financeiro, maior produtividade, fidelização dos clientes, diminuição dos conflitos, ampliação de novos negócios, entre outros.

Resumidamente, é possível afirmar que a gestão dos *stakeholders* está intimamente ligada à ética da RSE e, atualmente, ter em consideração única e exclusivamente os interesses dos acionistas por parte das empresas é considerado insuficiente. As organizações devem considerar na sua gestão uma variedade de *stakeholders* que não se cinja apenas aos seus acionistas, dado que para que uma empresa consiga distinguir-se das demais, deve incluir todas as relações que detém com as suas partes interessadas, assim como a sustentabilidade económica, social e ambiental.

- **Teoria da Legitimidade**

De acordo com Suchman (1995, p. 574), a legitimidade pode ser tida como “*uma percepção ou pressuposto generalizado de que as ações de uma entidade são desejáveis, próprias ou apropriadas dentro de algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições*”. A Teoria da Legitimidade é considerada uma das mais mencionadas no estudo da divulgação da informação da RS e constitui um contrato social, com comportamentos e princípios das organizações e da sociedade onde atuam. Na perspetiva de Santamaria et al. (2021), o termo “legitimidade” representa a condição que existe quando os valores de uma entidade estão correlacionados com os valores da sociedade. De forma complementar, Ferreira (2017) defende que a legitimidade organizacional é um processo social, composto por atitudes e valores das empresas e da sociedade, conquanto que esta legitimidade seja necessária para se justificar a existência das entidades.

Esta teoria define que nas sociedades, questões de teor económico, não devem ser investigadas sem antes ter em conta o panorama social político e institucional. É também uma teoria de sistemas orientados que é liderada pela pressuposição subjacente, onde as empresas influenciam e são influenciadas perante a sociedade onde atuam (Garcia, Peleias & Peters, 2014).

- **Teorias propostas por Garriga e Melé**

Segundo Okoye (2009) as teorias propostas por Garriga & Melé (2004) são consideradas como abordagens que em muito contribuíram no contexto da RSE. De acordo com Garriga & Melé (2004), existem quatro grandes grupos de teorias e abordagens no âmbito da RSE: as teorias instrumentais, as teorias políticas, as teorias integrativas e as teorias éticas, que estão apresentadas na Figura 6 e analisadas sinteticamente, em seguida.

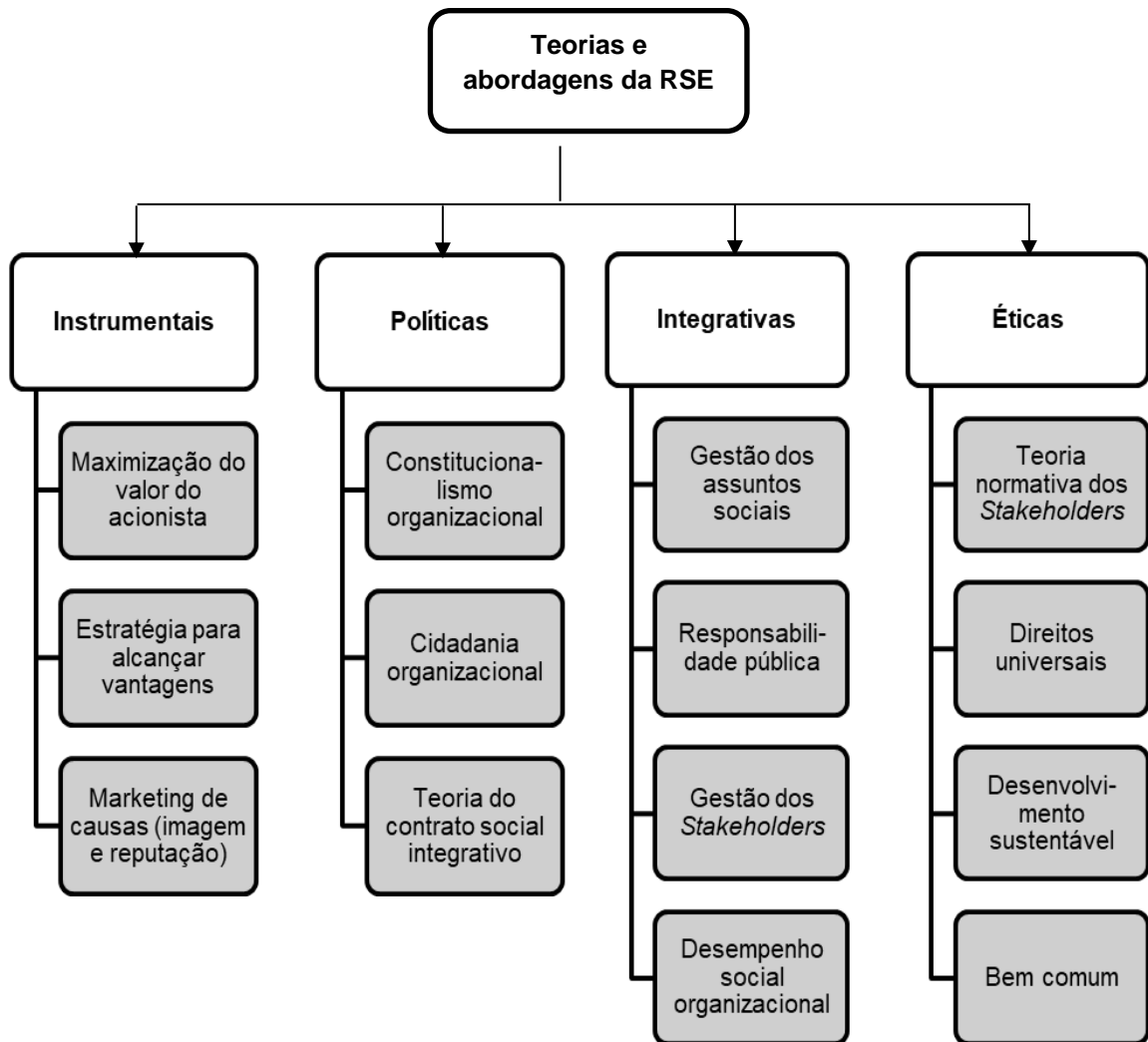


Figura 6 - Teorias e abordagens da RSE do modelo de Garriga e Melé (2004)
 Fonte: Sobral, Passos e Ribeiro (2021, p.274)

- Teorias instrumentais

Segundo Garriga & Melé (2004), a RSE deve fundamentar-se na rentabilidade dos recursos e no desenvolvimento de estratégias que permitam maximizar a margem de lucratividade, ou seja, enquanto ferramenta estratégica, onde a aceitação de eventuais iniciativas sociais, deve ambicionar resultados económicos. Neste sentido, estes autores identificam três subcategorias que variam consoante os objetivos organizacionais: a maximização do valor do acionista, a estratégia para alcançar vantagens e marketing de causas (imagem e reputação).

- Teorias políticas

As teorias políticas focam-se em evidenciar as interações entre o uso responsável do poder empresarial com a sociedade. Garriga & Melé (2004), enunciam três subtipos de abordagens: constitucionalismo empresarial, contrato social e a cidadania empresarial.

- Teorias integrativas

De acordo com Garriga e Melé (2004), as teorias integrativas têm como ideia base o facto de as empresas dependerem da sociedade, não só para estarem ativas no mercado, mas também para obterem o seu crescimento e desenvolvimento. Estas teorias procuram ainda analisar as exigências sociais a que as organizações estão sujeitas. Assim, as organizações devem ter em consideração na sua gestão, as exigências sociais de forma que lhes permita conseguir operar consoante os valores sociais que lhes dão alguma legitimidade e prestígio a vários níveis. Nestas teorias são consideradas as seguintes visões: gestão de assuntos sociais, responsabilidade pública, gestão dos *stakeholders*, e desempenho social das empresas.

- Teorias éticas

Este conjunto de teorias foca-se nos princípios que procuram auxiliar a desenvolver uma sociedade mais equilibrada onde os valores éticos estejam intrínsecos, tendo em conta a sua presença na atuação da empresa para com a sociedade. As teorias éticas subdividem-se em quatro ramificações: os direitos humanos, a teoria normativa dos *stakeholders*, o DS e o bem comum.

2.1.4. Dimensões de atuação de Responsabilidade Social Empresarial

De acordo com o Livro Verde da Comissão Europeia (COM, 2001), a RSE está dividida em duas grandes dimensões de atuação das organizações: a dimensão interna e a dimensão externa.

2.1.4.1. Dimensão Interna

Segundo o Livro Verde (COM, 2001), esta dimensão tem como principal objetivo a satisfação e valorização dos colaboradores da empresa, visando práticas socialmente responsáveis com particular destaque em quatro áreas: gestão de recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, adaptação à mudança e a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais explorados no processo de produção. Estas quatro áreas encontram-se esquematizadas na

Figura 7.

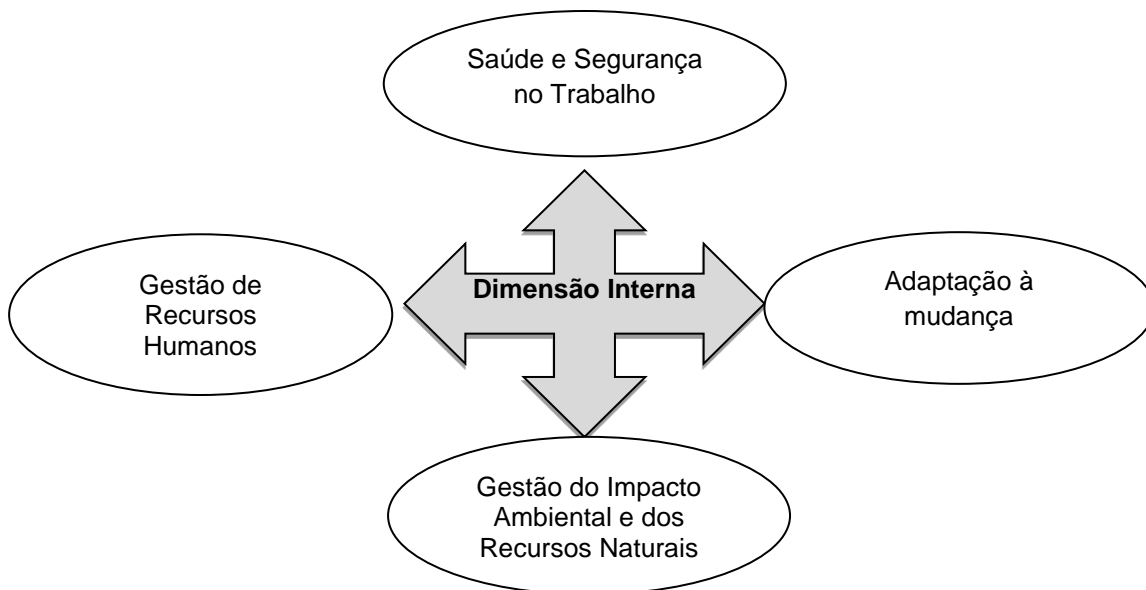


Figura 7 - Dimensão Interna da RSE

Fonte: Elaboração própria baseado em Livro Verde (COM, 2001)

- **Gestão de Recursos Humanos**

A Comissão Europeia (2001) alude que um dos maiores desafios que se coloca nesta área é a dificuldade em conseguir atrair e reter os colaboradores mais qualificados. A delineação de um quadro produtivo qualificado passa, por algumas medidas nomeadamente: i) uma aprendizagem ao longo da vida; ii) existência de uma equilíbrio entre a vida profissional e pessoal; iii) igualdade de género no que respeita à remuneração e às oportunidades de progressão na carreira; iv) participação dos colaboradores nos lucros e no capital das empresas; v) zelo e preocupação tendo em conta as questões da segurança e empregabilidade laborais, segundo o que é possível averiguar pelo Livro Verde. Importa ainda salientar, que cada vez mais se valorizam as práticas de recrutamento não discriminatórias, não só por serem intermediárias para o aumento da empregabilidade, mas também por reforçar a luta contra a exclusão social.

- **Saúde e Segurança no Trabalho**

Relativamente a este ponto, o Livro Verde (COM, 2001) sublinha que a externalização do trabalho torna o desempenho das empresas nesta matéria muito dependente dos seus contratantes. Para além das medidas legisladas, são sugeridas formas complementares de promoção da saúde e segurança no trabalho. A escolha remete para dois tipos de programas: programas de certificação de sistemas de gestão e de subcontratação e programas de certificação e rotulagem de produtos. Estes um fator de distinção, tanto para empresas, como para os consumidores, que tendem, cada vez mais, a incorporar estes assuntos nas suas opções comerciais.

- **Adaptação à Mudança**

A adaptação à mudança é um tópico cada vez mais oportuno, devido às ações de reestruturação das empresas, que acontecem em todo o espaço comunitário, uma vez que procuram a redução das despesas, o aumento da produtividade e a conseqüentemente, a melhoria da qualidade dos produtos ou serviços prestados. Uma estratégia de reestruturação socialmente responsável, deve passar pela consideração dos interesses de todos os *stakeholders* e pela análise dos custos indiretos e diretos das estratégias de reestruturação delineadas. É ainda destacada a relevância de desenvolver sinergias entre as empresas e as autoridades públicas para a concepção de dinâmicas mais ativas de empregabilidade, que sejam capazes de reduzir necessidade de despedimentos. (COM, 2001)

- **Gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais**

Atualmente as empresas têm consciência das oportunidades e das mais valias que estão associadas a um bom desempenho no que concerne a este campo, e procuram retirar algumas vantagens, que favoreçam não só o aumento dos lucros, mas também o reforço da competitividade. O Livro Verde (COM, 2001) salienta ainda, a relevância da cooperação entre as autoridades públicas e as empresas como uma relação benéfica para promover a RSE a nível ambiental.

2.1.4.2. Dimensão Externa

A dimensão externa ultrapassa o domínio da própria empresa, ou seja, vai além dos seus acionistas e colaboradores. À semelhança do que acontece com a dimensão interna, também a dimensão externa inclui quatro grandes áreas (Figura 8), que o Livro Verde (COM, 2001) considera serem relevantes, nomeadamente:

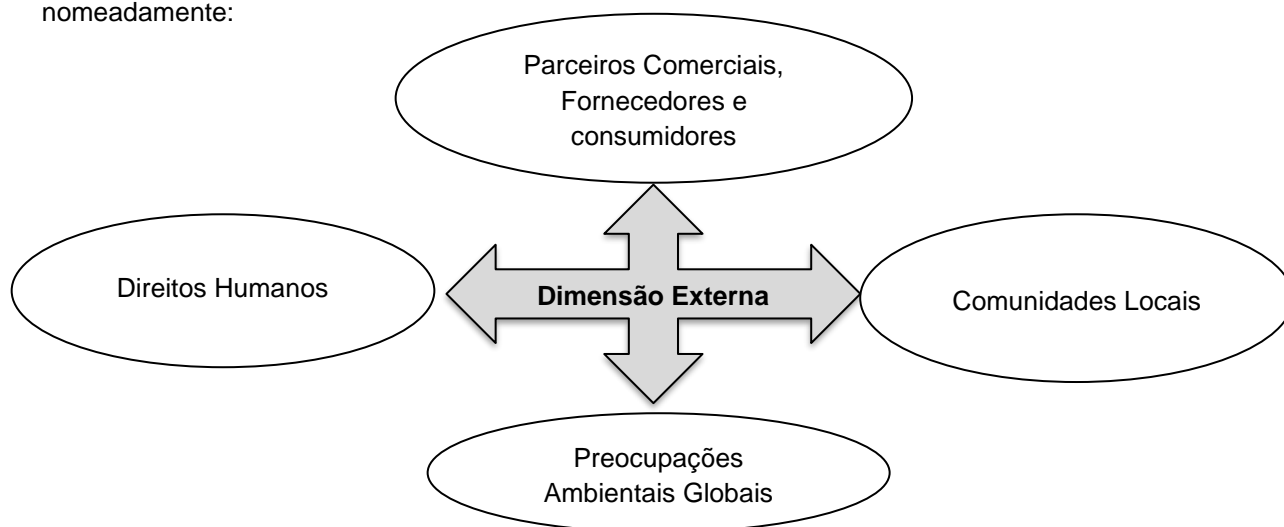


Figura 8 - Dimensão Externa da RSE

Fonte: Elaboração própria baseado em Livro Verde (COM, 2001)

- **Parceiros Comerciais, Fornecedores e Consumidores**

As políticas empresariais na demonstração da RSE são dirigidas aos parceiros comerciais, fornecedores e consumidores, que devem ter como princípio estruturante a construção de relações estáveis, com base no entendimento das necessidades e expectativas de todos os intervenientes. Deste modo advém uma diminuição dos custos operacionais da empresa, a prática de preços justos e a produção de serviços e bens assente nos padrões mais elevados de fiabilidade, qualidade, segurança. (COM, 2001).

- **Direitos Humanos**

Segundo o Livro Verde (COM, 2001) o domínio dos Direitos Humanos, em termos da RSE, é um dos mais difundidos, mas que conduzem a questões complexas devido aos “*dilemas políticos, jurídicos e morais*” (p.14). No que respeita a esta dimensão, a sociedade tornou-se particularmente reivindicativa, a adoção de códigos de conduta tem sido o meio mais reiterado das empresas apresentarem a sua RS. Estes códigos de conduta aferem às organizações oportunidades de transparecer uma boa imagem social e conquistar a confiança dos consumidores. O Livro Verde recorre à necessidade de as empresas se guiarem pelo caminho da “auditoria social”, ou seja, a verificação contínua do cumprimento dos códigos de conduta, que deve ter por base, as normas de certificação internacional.

- **Comunidades Locais**

Nas políticas de RSE as comunidades locais ocupam um lugar de destaque, dada a relação simbiótica que existe. Esta interação traduz-se num fator vantajoso não só para o crescimento e desenvolvimento mútuo, mas também por contribuírem em termos laborais, remuneratórios e de impostos, para conseguirem beneficiar de uma prosperidade e estabilidade das comunidades locais onde estas atuam. A interação entre o meio envolvente e a empresa é vista como um indicador que auxilia a delinear tanto a imagem como a reputação pública da empresa, tendo em conta a relação de proporcionalidade direta que existe: quanto maior for a ligação com a comunidade local, maiores serão os seus argumentos competitivos (COM, 2001).

- **Preocupações ambientais globais**

A última área inerente à dimensão externa, está voltada para as preocupações ambientais universais. Segundo o Livro Verde (COM, 2001) é crucial que as empresas manifestem preocupações ambientais globais nas suas políticas. Tendo em conta o efeito transfronteiriço de muitos problemas ambientais, as empresas deverão preocupar-se em adotar medidas que sejam socialmente responsáveis, contribuindo assim para a diminuição dos efeitos que a sua atividade poderá acarretar ao ambiente. Neste sentido, é essencial que as empresas contribuam para um DS, de maneira que consigam equilibrar uma boa eficiência ambiental com um bom desempenho económico.

2.1.5. A Responsabilidade Social e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Atualmente a procura de melhor qualidade de vida é uma questão com destaque crescente, quer por parte das sociedades em geral quer das empresas. Cada vez mais estão a ser sugeridos novos valores económicos que tenham em conta tanto indicadores ambientais como sociais, propiciando assim a que sejam desenvolvidas estratégias que incluam valores de ética e não apenas de fins financeiros. (Limberger, Heenmann, Vianna, & Ré, 2007).

A 25 de setembro de 2015 em Nova Iorque, ocorreu uma das cimeiras mais históricas das Nações Unidas sobre o DS, onde foram definidas as prioridades e os objetivos globais que originaram a uma icónica “Agenda 2030”. Esta Agenda diz respeito a um plano de ação centralizado Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias. Com uma natureza universal, esta Agenda visa alcançar o DS através das responsabilidades assumidas pelos 193 países que estiveram envolvidos e se comprometeram nesta cimeira.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas em que a Agenda de 2030 assenta, devem ser tidos em consideração tanto nas ações como nas políticas desenvolvidas a nível nacional, regional e global não só pelas empresas, mas por todas as organizações que tenham capacidade de influência perante a sociedade e os seus clientes (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2017).

Segundo a Azevedo e Tavares (2020), todos estes objetivos, são baseados nos problemas e reflexos mais urgentes a nível mundial do século XXI, daí tratar-se de um documento com uma abrangência bastante significativa. Nesta Agenda são abordadas três dimensões eloquentes do DS (económico, ambiental e social), de forma a promover a paz, a justiça e a eficácia de todas as organizações envolvidas. Trata-se assim de “um contrato entre os líderes mundiais e os povos e uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta” (ONU, 2021). Na Tabela 2 estão descritos os 17 objetivos que são considerados na Agenda 2030.

Tabela 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	
ODS 1	Erradicar a pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares.
ODS 2	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura
ODS 3	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
ODS 4	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
ODS 5	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
ODS 6	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
ODS 7	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e limpas para todos.
ODS 8	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.
ODS 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
ODS 10	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
ODS 11	Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
ODS 12	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis
ODS 13	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
ODS 14	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
ODS 15	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis
ODS 17	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Nota: ODS – objetivo de desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaboração própria, baseado Agenda 2030 para o DS de Portugal, ONU (2021)

De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (2017), através da publicação do Relatório Voluntário Nacional – Portugal, os 17 ODS promoveram uma nova abordagem à temática do DS dada a integração que fazem dos três pilares da sustentabilidade. Para além desta integração, têm por base objetivos e metas universais para poderem ser implementados por todos os estados-membros. Para além disto são de uma dimensão abrangente para conseguir combater as desigualdades, promoverem os direitos humanos, requererem ações e esforços conjuntos de vários intervenientes nomeadamente,

governos, autoridades regionais, autarquias locais, organizações privadas e públicas, instituições de ensino, parceiros sociais, entre outros.

Segundo PwC, (2017, p.6) as temáticas abordadas por cada ODS espelham “*as preocupações sentidas por uma sociedade globalizada que, cada vez mais, responsabiliza as empresas pelas suas ações e impactos no mundo*”. Desta forma, todos os estados-membros das Nações Unidas comprometeram-se graças a esta Agenda, a cumprir com os 17 ODS até 2030. Esta ação trata-se de uma estratégia única e globalizada que deverá influenciar o modo como as organizações e os governos e atuam (PwC, 2017).

De acordo com BCSD (2021), é crucial que as empresas e as organizações estejam em sintonia e se comprometam com as metas definidas não só através das suas atividades, mas também nas suas tomadas de decisão, partindo do princípio que assim conseguem contribuir com as suas capacidades de inovação para assegurar um futuro mais sustentável. Ainda assim, é frisado que o setor empresarial detém um papel essencial a percorrer, sendo também do próprio interesse das entidades contribuir para alcançar os ODS, uma vez que além de poderem desenvolver oportunidades para não só para melhorarem ou implementarem ações e projetos, contribuem para o alcance dos objetivos pré-definidas a nível mundial.

Felizmente, são cada vez mais as empresas que decidem aderir ao compromisso de alinhar as suas estratégias aos ODS, não só através da promoção de mudanças nas políticas que utilizam, mas também na forma como refletem a imagem para o exterior. Assim é expectável que estas empresas possam vir a ter serviços ou produtos que permitam melhores performances, conseguindo assim obter mais destaque no mercado (Way Carbon, 2017).

2.1.6. Responsabilidade Social Empresarial na Indústria Alimentar

A RSE na indústria alimentar é uma questão de saúde e segurança pública que afeta o DS dos negócios e da sociedade (He, Yu, & Han, 2022). Quando se fala da RSE no setor alimentar, obrigatoriamente deve ser tido em conta a forma como os alimentos são produzidos, quem os produz, onde e como estes são processados e distribuídos. Inerente a estas preocupações, as empresas deste setor devem praticar uma RSE que esteja relacionada e priorize a segurança alimentar do país. Para que isto seja assegurado, é urgente que todas as empresas que produzam, manuseiem ou manipulem alimentos ou matérias-primas, como é o caso dos matadouros portugueses, fomentem e fortaleçam a construção da integridade e pratiquem ativamente a RSE (Heikkurinen et al., 2012; Su, Song, Shang & Fahad, 2022).

O modelo do *Triple Botom Line* (TBL) agrega questões de natureza económica, social, e ambiental que estão presentes nas organizações. Neste sentido, após um longo processo de análise, investigação e diálogo com os *stakeholders* foram identificadas sete dimensões da RS na indústria alimentar: o ambiente, a segurança dos produtos, a nutrição, o bem-estar dos trabalhadores e animais, a presença no mercado local e a responsabilidade económica (Forsman-Hugg; Katajajuuri; Paananen; Pesonen;

Järvelä & Mäkelä, 2009, cit por Heikkurinen & Forsman-Hugg, 2011). Na Figura 9 estão representadas as sete dimensões da RS na indústria alimentar e a relação simbiótica com as três dimensões da RSE.

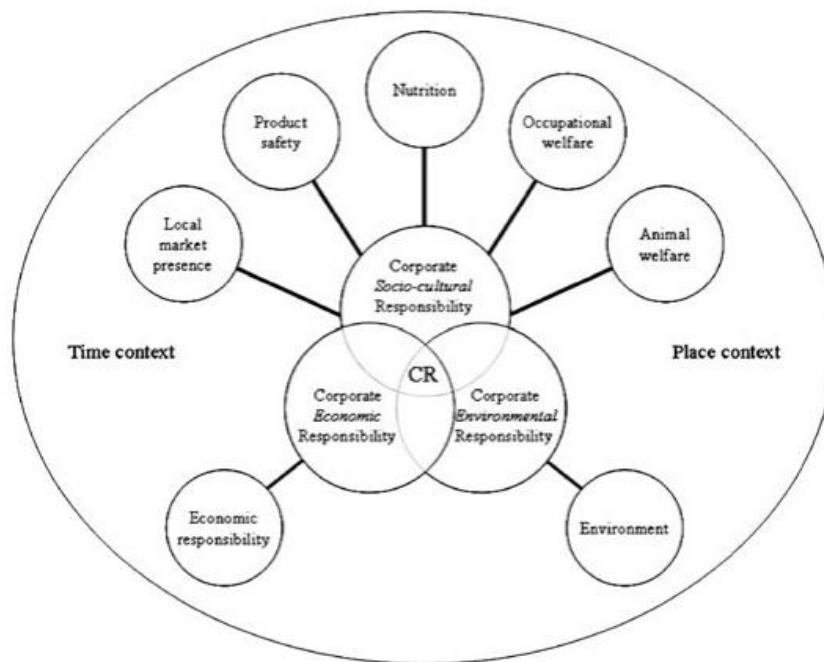


Figura 9 - Contextualização das sete dimensões da RSE Alimentar com as três dimensões da RSE
Fonte: Heikkurinen & Forsman-Hugg (2011, p.308)

He, Yu, e Han, (2022) realizaram um estudo denominado “*Bibliometric Review on Corporate Social Responsibility of the Food Industry*” e concluíram que a pesquisa voltada para a RSE no setor alimentar passou por três períodos distintos: a sua gênese (1993–2006), o seu desenvolvimento (2007–2015) e o seu período de expansão (2016- atualmente).

A fase inicial do estudo debruçou-se essencialmente na cadeia de abastecimento alimentar a partir do nível macro, de forma a estudar a gestão de desempenho da cadeia de abastecimento, governação e estratégia sustentável, comportamento das partes interessadas na perspetiva da cadeia de abastecimento e a RS para os países menos desenvolvidos. A partir de 2009, o foco da pesquisa passou a voltar-se para a responsabilidade do consumidor, embora a responsabilidade da cadeia de suprimentos continuasse e permaneça um tema polémico. Em 2016, após a apresentação da Agenda de 2030 em 2015, o foco da pesquisa passou a direcionar-se para a sustentabilidade, nomeadamente, o desenvolvimento empresarial sustentável, a sustentabilidade ambiental, a cadeia de suprimentos sustentável bem como as compras e consumos sustentáveis.

Atualmente a sociedade depara-se com um desafio: procurar estratégias que reduzam os impactos ambientais e o uso de recursos na produção de alimentos, de forma ser possível produzir de forma mais eficaz, dado o aumento significativo que a população mundial tem vindo a padecer, e que

inevitavelmente conduza a um uso excessivo de recursos naturais que poderá levar a uma futura escassez (Chen, Tucker, Badami, Ramankutty, & Rhemtulla, 2016).

Para Hartmann, Heinen, Melis e Simon (2013) as empresas investem em práticas de RSE dada a importância que cada vez mais os consumidores demonstram relativamente à proteção do ambiente e a questões alusivas à RSC. De acordo com Zhang, Jiang, Ma, e Morse (2018), além das pressões sentidas por parte dos consumidores, entidades governamentais e outras organizações, o que incentiva a RSE nas empresas do setor alimentar, são os benefícios que podem advir nomeadamente: auxílio no alcance dos objetivos estratégicos e aperfeiçoar a gestão, assegurar a segurança alimentar, melhorar a cooperação interna, melhorar a qualidade dos alimentos, melhorar as habilidades dos colaboradores, aumentar os benefícios dos colaboradores e manter a integridade do negócio.

2.1.7. Relato de Informação de Responsabilidade Social

2.1.7.1. A necessidade do relato das políticas de Responsabilidade Social

Dado o aumento da globalização, verificou-se em simultâneo um aumento na competitividade, cuidado e respeito pelos padrões de trabalho mais adequados, bem como uma maior preocupação relativa ao ambiente, que em simultâneo, consolidaram o conceito e a prática da RS (Viana, 2016; Lázaro & Gremaud, 2016). A partir do momento que uma empresa reconhece a relevância da RSE e as medidas que deve efetuar em benefício de todos, tendo sempre em consideração o DS, é crucial divulgar essa informação para que esta consiga chegar às partes interessadas (Carreira & Amaral, 2013).

De acordo com Faria, (2012 cit. por Faria, 2018a), sem a divulgação de informação, é praticamente impossível compreender o impacto que esta prática detém nas contas de uma empresa, assim como conseguir apelar ao interesse de outras empresas e dos *stakeholders*. Ainda nesta linha de pensamento, importa salientar que, nem sempre a utilização da informação por parte dos *stakeholders* é feita de forma rigorosa e suficientemente sustentada (Faria, 2015 cit. por Faria, 2018a), seja por falta de literacia financeira, do funcionamento do negócio ou outros problemas relacionados com a ausência de mapas próprios para divulgação que comprometem o entendimento de uma boa ou má prática de RS, ou o seu impacto (Chih, Chih & Chen, 2010). Tradicionalmente, as informações apresentadas nos relatórios de contas das empresas eram maioritariamente financeiras e, durante vários anos, o lucro e a posição financeira eram as únicas preocupações. Embora seja preponderante a relevância da informação financeira, com o emergir da globalização, as novas formas de competitividade, a inovação do acesso à informação e as alterações tecnológicas constantes, as empresas tiveram a necessidade de repensar as suas estratégias de comunicação de forma a atingir de forma positiva o seu público-alvo (Faria, 2015). Estas mudanças vieram pôr em risco a sobrevivência das empresas que detinham estratégias focadas apenas na maximização do valor do acionista e do puro lucro.

Tendo em conta a sucessiva mutação dos negócios, foram sendo alterados os comportamentos de quem comunica e dos utilizadores dessa informação, que sentem cada vez mais a necessidade de obter informações de outra índole, nomeadamente, ambiental e social. Em detrimento desta situação, assiste-

se a uma preocupação e consciencialização gradual da importância da RSE (Duarte, Jesus, Silva & Pinheiro, 2012). As teorias alusivas à RSE que desde cedo surgiam, foram sendo cada vez mais, integradas na gestão das empresas. De facto, é considerado que *“o sucesso das empresas e os benefícios duradouros para os agentes seus associados não se obtêm através de uma tónica na maximização de lucros a curto prazo, mas sim de um comportamento orientado pelo mercado, porém coerente e responsável. As empresas estão conscientes de que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerindo as suas operações de modo a consolidar o crescimento económico e aumentar a competitividade, ao mesmo tempo que asseguram a defesa do ambiente e promovem a responsabilidade social, incluindo os interesses dos consumidores”* (Comunicação da Comunidades Europeias de julho, 2002, p. 5). Como já foi enunciado previamente, as organizações cada vez mais têm vindo a incorporar nas suas políticas de gestão preocupações ambientais e sociais de forma a que consigam seguir práticas sustentáveis que reforcem a competitividade da sua empresa. Atendendo a estas novas circunstâncias comprovou-se uma nova exigência por parte dos *stakeholders* acerca de diferentes informações de natureza social, verificando-se assim a necessidade do seu relato.

2.1.7.2. O processo do relato de Responsabilidade Social

De acordo Faria (2015b), cada vez mais as comunidades estão a exercer pressão para a criação de instrumentos financeiros e não financeiros que agreguem informação quantitativa, qualitativa, interna e externa, de forma que consigam divulgar as ações e resultados da RSE. Para conseguirem responder a tal, as empresas podem recorrer a alguns instrumentos: o balanço e o marketing social, indicadores sociais, índices de mercado, entre outros, tendo em sempre em vista o tipo de empresa e de informação que pretendem divulgar aos *stakeholders*.

O marketing social pode ser definido como um conjunto de técnicas/ações estratégicas que vêm sendo utilizadas pelas empresas de maneira que estas consigam agregar valor à sua imagem, promoção e difusão de causas sociais relevantes, de modo a atingir de forma positiva os seus *stakeholders* e o bem-estar da sociedade (Silva, Minciotti & Gil, 2013)

Por exigência legal, as empresas devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório de Gestão (conjunto mais conhecido como Relatório e Contas), onde são expressos e analisados o desempenho e a posição financeira da empresa em causa em vários mapas contabilísticos específicos bem como em informação qualitativa.

Este documento é tido por vários autores como um meio distinto de informação, podendo ser composto por diversos elementos financeiros e não financeiros. Por sua vez, no que respeita à divulgação de informação não financeira, nomeadamente, ambiental e social, não foi desde cedo estipulada uma regulamentação própria, o que conduziu a certas críticas.

Efetivamente, a autonomia de escolha da forma de relato de informação não financeira induz a alguma falta de comparabilidade de resultados, de níveis de performance, de práticas sociais, estratégias, e impactos ambientais, além de não assegurar a fiabilidade da informação difundida (Faria, 2015).

Em Portugal a vertente da RS relacionada com os recursos humanos (RH) já é alvo de relato há alguns anos por meio do balanço social (atual Relatório Único). Criado em 1985, este meio de relato é tido como um instrumento de divulgação e análise do trabalho social promovido pelas empresas, de forma interna e externa, e que está relacionado especificamente com a área de RH. Considerado um elemento financeiro, tem por intuito divulgar a informação contabilística de carácter social de forma a promover alguma clareza aos montantes investidos nas áreas sociais e RH (Rego, Cunha, Costa, Gonçalves & Cardoso, 2007).

O Balanço Social foi institucionalizado para os organismos Autónomos da Administração Pública, através do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho e tornado obrigatório, em 1996, para todos os serviços e organismos com 50 ou mais trabalhadores, através do Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro, que mais tarde viria a ser refutado e atualizado. O Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, que tornou obrigatório o balanço social para todos os serviços e organismos da Administração Pública de maior dimensão, assumia este documento como *“um meio de informação, um utensílio de negociação ou de concertação e um instrumento de planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos. O balanço social fornece um conjunto de informações essenciais sobre a situação social da empresa, pondo em evidência pontos fortes e pontos fracos da gestão social dos recursos humanos, o grau de eficiência dos investimentos sociais e os programas de ação que visem a realização pessoal dos trabalhadores, a sua identificação com a empresa e a melhoria da sua própria vida.”* (p.3530)

Atualmente o Decreto-Lei (DL) n.º 105/2009, de 14 de setembro, é o documento legal vigente alusivo ao Relatório Único. O Relatório Único consiste num documento eletrónico, de entrega obrigatória para todas as entidades empregadoras que tenham trabalhadores ao abrigo do Código do Trabalho, referente à atividade social da empresa anualmente. Após o seu preenchimento é gerado e obtido o Certificado do Relatório Único que certifica a entidade em causa.

Outro elemento preponderante no processo de relato são os relatórios de sustentabilidade. Geerts e Doms (2020), consideram os relatórios de sustentabilidade como sendo um método usado para divulgar a informação não financeira, nomeadamente a nível ambiental, social e económico, designado por TBL. Para a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), estes podem ser definidos como um *“documento que integra informação sobre o desempenho de uma organização, a nível económico, social e ambiental. Tem como objetivo prestar contas às partes interessadas sobre a forma como a organização desenvolve as suas atividades e gere os seus impactes sobre a economia, a sociedade e o ambiente”* (p.13).

Atendendo ao crescente interesse das empresas pela RS levou que em 2014 a União Europeia, criasse a obrigação de divulgação de um conjunto alargado de informações não financeiras para algumas empresas. A emissão do DL nº 89/2017, de 28 de julho veio transpor para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/95/UE no que respeita à *“divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.”* No âmbito do processo de

transposição da diretiva referida anteriormente, uma das alterações do presente DL foi a alteração ao Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo DL nº 262/86 de 2 de setembro.

Neste sentido, o artigo 66.º-B n.º 1 DL nº 262/86 exige que as “*as grandes empresas que sejam entidades de interesse público, que à data de encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira.*” A relevância da divulgação deste tipo de informação é significativa para todas as partes interessadas das empresas, uma vez que é necessário que as empresas transmitam uma visão justa e global dos seus resultados, políticas e riscos.

Relativamente ao conjunto de informação que deverão ser apresentadas nessa demonstração, os diplomas aludem os temas ambientais, sociais e relacionados com os colaboradores, direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno, que se desenvolvem de seguida.

- **Ambientais:** pormenores inerentes aos impactos da atualidade e previstos das atividades empresariais no ambiente, na saúde e segurança, na utilização de energias renováveis e/ou não renováveis, nas emissões de gases que contribuam para o efeito de estufa, na poluição atmosférica e na utilização da água;
- **Sociais e relacionados com os colaboradores:** ações realizadas para garantir a igualdade entre os géneros, a aplicação das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho, as condições de trabalho, o diálogo social, o respeito pelo direito dos trabalhadores à informação e à consulta, o respeito pelos direitos sindicais, a saúde e a segurança no trabalho, o diálogo com as comunidades locais, e/ou as ações realizadas com vista a assegurar a proteção e o desenvolvimento dessas comunidades;
- **Direitos humanos, combate à corrupção e a tentativas de suborno:** neste ponto estão incluídos tópicos alusivos à prevenção da violação dos direitos humanos e/ou aos instrumentos empregues no combate ao suborno e à corrupção.

Este decreto de lei, veio fortalecer a relevância que a RS detém ao ser difundida pelas empresas através da divulgação de informações não financeiras relativamente a áreas governamentais, sociais e ambientais. Deste modo as empresas estão a contribuir de forma decisiva para a análise do seu desempenho, impacto na sociedade, identificação dos riscos de sustentabilidade e para o fortalecimento da confiança dos seus consumidores e investidores.

Importa ressaltar que o fornecimento destas informações pode ser baseado em sistemas da União Europeia, nacionais ou internacionais, como é o caso do GRI, ISO 26000, entre outras.

Tendo em conta as exigências atuais e a necessidade de uma abordagem mais integrada e equilibrada da divulgação de informação financeira e não financeira por parte das empresas, levou a que em 2013 a *International Integrated Reporting Council* (IIRC), apresentasse o *Integrated Reporting* (Relatório Integrado - RI) como sendo um relatório de apresentação de contas futurista (Faria, 2015b).

Segundo o IIRC (2023), o RI pretende ser uma “comunicação concisa sobre como a estratégia, a governação, o desempenho e as perspetivas de uma organização, no contexto do seu ambiente externo, que levam à criação de valor no longo do tempo.” O RI procura incitar a que as empresas passem a apresentar num único relatório tanto as informações financeiras como não financeiras, uma vez que este documento é tido como um procedimento mais desafogado acerca do desempenho da empresa e a demonstração da sua dependência relativamente aos diferentes recursos, as suas relações e o seu acesso e impacto sobre eles. O IIRC (2023), admite ainda que, a criação de valor por uma empresa está dependente do seu ambiente externo, nomeadamente desafios ambientais, condições económico-sociais, tecnologia, entre outros. Por esta razão, é essencial que o mesmo esteja explícito no relatório.

Atualmente *stakeholders* e investidores, cada vez mais exigem informações, sendo por isto importante a interligação feita entre a conciliação da informação financeira e não financeira para uma tomada de decisão mais precisa e acertada. Para além disto, é importante que a empresa consiga demonstrar a sua capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazo, tendo em conta que é acaba por se tornar num bom investimento, uma vez que assim, consegue comunicar a sua estratégia sustentável com base na criação de valor com o decorrer do tempo (Tavares & Azevedo, 2018). A interligação dos vários componentes está sintetizada na Figura 10.



Figura 10 - Relação dos vários componentes do Relatório Integrado
Fonte: International Federation of Accountants (2018, p.8)

Barth, Cahan, Chen e Venter (2017), efetuaram um estudo em empresas da África do Sul, onde o RI é obrigatório para empresas cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo e concluíram que há uma relação positiva entre o RI, a qualidade e a liquidez da empresa, assim como os fluxos de caixa previstos. Esta situação acontece, uma vez que os resultados dos fluxos de caixa futuros estão

relacionados com uma melhor tomada de decisão que é facilitada por meio do RI. Estes autores determinaram ainda que empresas que possuam um bom RI efetuam investimentos mais eficientes.

2.1.8. A normalização da Responsabilidade Social das Empresas

Cada vez mais, o mercado empresarial é visto como sendo altamente competitivo e onde as empresas têm de estar preparadas para responder às múltiplas e diferentes necessidades dos *stakeholders*. Nos dias que correm, o consumidor já não tem apenas em consideração a relação qualidade/preço dos serviços/produtos, por isso, procuram cada vez mais, empresas que ofereçam e demonstrem características diferenciadoras das demais, exemplo disto são as empresas que estimulam uma cultura de RSE.

Segundo Rego et al. (2007), nos países onde o contexto de trabalho apresenta condições desfavoráveis, a certificação é considerada pertinente, uma vez que, para as empresas conseguirem obter a certificação tem de cumprir com os requisitos laborais necessários. Importa ainda salientar que, esta situação não é homogénea em todos os países dadas as questões culturais, éticas, religiosas e costumes que existem, a sua implementação torna-se bastante desafiadora. Rego et al. (2007) afirmam ainda, que as empresas que manifestem um ambiente de trabalho saudável, tendem a apresentar resultados económicos mais visíveis em contrapartida com outras empresas em que as condições de trabalho não sejam tão explícitas. Por este motivo, a opção pela certificação é vista como uma vantagem empresarial.

Na teoria, a certificação demonstra que as empresas ao produzirem os seus serviços ao longo de todo o processo produtivo respeitaram um conjunto de valores ético-sociais responsáveis. Atualmente, existem várias normas nacionais e internacionais utilizadas nos processos de certificação, assim como múltiplos instrumentos de gestão que possibilitam mensurar o grau de desempenho empresarial ao nível da RS. Por meio de uma análise histórica, é visível uma tendência na divulgação de sistemas de gestão, onde algumas normas conquistaram o seu espaço. Como já mencionado em pontos anteriores, com o passar do tempo as empresas têm dado peculiar atenção a assuntos referentes à sustentabilidade e à RS (Figura 8).

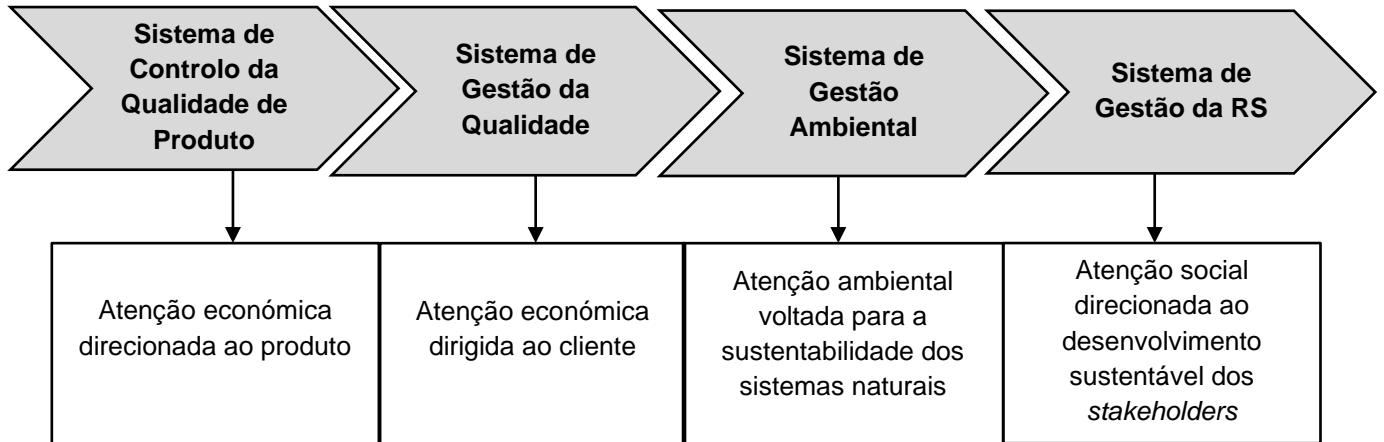


Figura 11 - Evolução dos sistemas de normalização na gestão nas empresas

Fonte: Elaboração própria baseado em *Social Accountability International (SAI)*, 2014

Para a *International Organization for Standardization - ISO* (2023), uma “norma” é um documento que fornece especificações, requisitos, diretrizes ou características que podem ser utilizados de forma consistente e que possam certificar que produtos e materiais bem como os processos e serviços são apropriados para o propósito de uma organização.

Durante muito tempo não existiu qualquer corpo referencial ou normativo que possibilitasse às empresas sistematizar os seus relatos de RS, em concordância uma determinada lógica narrativa. Nos últimos anos esta situação evoluiu significativamente, de forma que atualmente já exista normalização para RSE (Caseirão, 2012).

A normalização em RS tem vindo assumir um papel relevante no contexto internacional, enquanto instrumento, onde o seu principal propósito é alinhar as práticas das empresas com um novo modelo de desenvolvimento, onde a ética e o diálogo com os *stakeholders* sejam os elementos basilares desta relação. (Ramalho, Patraquim & Pinto, 2009)

Neste sentido, serão abordadas em seguida, as principais características de algumas das normas mais reconhecidas e utilizadas internacionalmente (SA 8000; AA 1000; ISO 26000).

2.1.8.1. A Norma Social Accountability 8000 - SA8000

Em 1997, através da *Social Accountability International* (SAI)¹, previamente designada por *Council on Economic Priorities Accreditation Agency* (CEPAA), foi lançada a norma SA8000 - *Social Accountability 8000* (Caseirão, 2012). Considerada a primeira norma auditável a nível mundial que certifica empresas com Sistemas de Gestão de RS implementados.

Esta norma estabelece que uma organização para que seja capaz de efetuar uma gestão eficaz tenha como base, aspetos que melhorem tanto os direitos como as condições de trabalho dos colaboradores. (SAI, 2014)

Os elementos primordiais da SA8000 baseiam-se em três aspetos sendo eles: nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas normas internacionais de direitos humanos e nas leis nacionais. (SAI, 2014)

A implementação e certificação da norma em análise, impõe uma obrigação máxima de transparência por parte das empresas nas suas atividades, não só para uma maior valorização da imagem da própria empresa, mas também, para que se consiga ceder mais segurança aos investidores da mesma. Esta norma está voltada para o desenvolvimento da capacidade competitiva de qualquer organização que, de forma livre e voluntária garanta a componente ética do seu processo e ciclo produtivo. (SGS, 2023)

Segundo a SAI (2014), esta norma tem como elemento base, nove requisitos que se aplicam homologamente, independentemente da sua localização geográfica, setor e tamanho da empresa, sendo eles:

- Não permitir políticas de trabalho infantil;
- Não permitir o trabalho forçado ou compulsório;
- Permitir que existam condições de saúde e segurança nos postos de trabalho;
- Liberdade de associação e direito à negociação coletiva;
- Não praticar atos discriminatórios de qualquer natureza (género, raça, nacionalidade, religião, sexo, política ou deficiência física);
- Não permitir tratamentos desumanos;
- Fiscalização dos horários laborais;

¹ A *Social Accountability International* é uma organização não-governamental internacional, que tem como principal objetivo a implementação de normas socialmente responsáveis de forma a melhorar o nível dos postos de trabalho e das comunidades

- Remunerações adequadas;
- Manutenção e cumprimento de um sistema de gestão adequado que respeite os critérios desta norma.

A Associação Portuguesa de Certificação (APCER)² é uma entidade que se encontra acreditada pela *Social Accountability Accreditation Services* (SAAS)³. O objetivo desta, passa pela prestação de serviços de certificação no campo de ação da responsabilidade social de acordo com a norma internacional SA 8000. Segundo a APCER, as principais vantagens da implementação e consequente certificação de sistemas de gestão que vão de encontro às diretrizes da norma SA 8000 permite às organizações beneficiar das seguintes vantagens:

- Reconhecimento internacional, no âmbito da RS;
- Aumento da produtividade;
- Diminuição da conflituosidade laboral;
- Credibilização da marca;
- Melhoria da imagem da organização;
- Diferenciação positiva face à concorrência;
- Aumento do envolvimento dos trabalhadores;
- Aumento da motivação dos colaboradores.

2.1.8.2. A Norma *Accountability Principles* - AA1000

Tendo em conta a crescente divulgação dos RS, induziu à necessidade de serem criados mecanismos que permitissem reconhecer a sua confiabilidade. Com este propósito, surgiu a norma AA 1000, criada

² A APCER foi fundada em 1996 e é a única entidade privada portuguesa representante da rede internacional de entidades certificadoras - *The International Certification Network*.

³ A SAAS (Serviços de Acreditação de Responsabilidade Social) é uma agência de acreditação estabelecida para fiscalizar e credenciar as organizações como certificadoras de cumprimento de normas sociais, incluindo a SA8000 nas condições éticas de trabalho. Numa primeira fase em 1997 era um departamento dentro da SAI, mas em 2007 evoluiu para uma organização sem fins lucrativos.

em 1999 pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* (ISEA)⁴, atualmente designada por *AccountAbility*.

Fundada em 1995, a *AccountAbility* é uma empresa global de normas de consultoria e sustentabilidade, que trabalha com empresas, governos e organizações multilaterais, para promover práticas empresariais sustentáveis e conseguir melhorar o seu desempenho a longo prazo. Esta empresa, desde a sua génese que apoia e trabalha com empresas, governos e organizações sem fins lucrativo, na incorporação de responsabilização ética, ambiental, social e de chefia no seu “meio organizacional”. (Accountability, 2008; Accountability, 2018)

Antes de ser feita uma análise mais concreta da norma AA1000 - *Accountability Principles*, importa ressaltar toda a sua evolução gradual ao longo do tempo, bem como o conjunto das três normas internacionais que a integram. (Accountability, 2018)

- **AA1000AS - Assurance Standard (2003)**

Neste ano a AccountAbility emitiu a primeira edição da AA1000- *Assurance Standard* onde foi publicada como a primeira norma mundial de verificação de sustentabilidade. Esta primeira edição foi desenvolvida com o objetivo de conseguir garantir a credibilidade e a qualidade do desempenho e da comunicação em matéria de sustentabilidade.

- **AA1000SES - Stakeholder Engagement Standard (2005)**

Para apoiar a concretização por parte das organizações do princípio da inclusão, as orientações sobre como desenvolver e realizar o envolvimento com as partes interessadas evoluíram com aparecimento da norma AA1000 *Stakeholder Engagement Standard*. Esta é reconhecida como a primeira norma internacionalmente aceite a ser publicada acerca do envolvimento com as partes interessadas.

- **AA1000AS - Assurance Standard e Norma AA1000 de Princípios da Accountability (2008)**

Em 2008, é publicada a segunda edição do AA1000 *Assurance Standard*, onde foram incluídas melhorias e revisões que se focaram em trabalhos de verificação de sustentabilidade concretos.

Durante a revisão da AA1000AS, foi consensual que seria benéfico criar separadamente, os princípios inerentes da AA1000 numa norma separada, para permitir uma aplicação mais abrangente e facilitar a sua utilização em trabalhos de verificação de sustentabilidade.

⁴ É uma organização não-governamental, que visa promover e apoiar as organizações na implementação de sistemas de gestão éticos e sociais.

- **AA1000SES - Stakeholder Engagement Standard (2015)**

Após o *feedback* da primeira versão e a análise crítica de especialistas após um processo de base alargada que envolveu várias partes interessadas, o Projeto de Norma AA1000SES foi editado, aperfeiçoado, validado e publicado como sendo a “Norma de Compromisso das Partes Interessadas”.

- **Princípios AA1000 Da Accountability (2018)**

Durante o período de revisão da AA1000AS, o *feedback* das partes interessadas proporcionou um consenso no sentido da AA1000APS - *Accountability Principles Standards* ser objeto de um processo estruturado, específico e de revisão formal. De modo a promover a relevância e aplicabilidade dos Princípios AA1000, foi decidido que seria abandonado o formato e expectativas associadas a uma norma, assumindo a forma de um quadro geral e mecanismo de orientação para uma gestão e comunicação de sustentabilidade baseadas em princípios. Os Princípios AA100 são uma estrutura flexível, aplicável e prática, concebida de forma a sustentar e moldar as normas globais da *Accountability*.

A norma AA 1000 é vista como um “*instrumento de transparência empresarial, onde a sua função passa essencialmente pela verificação, avaliação e garantia da qualidade das informações referidas nos relatórios. A sua forma de atuação tem por base o relacionamento dos stakeholders com as organizações*” (Accountability, 2018, p. 12). Assim, a norma AA1000APS - *Accountability Principles Standards*, considera quatro princípios fundamentais (Figura 10), (Accountability, 2018) sendo eles, princípio da inclusão, princípio do impacto/relevância; princípio da capacidade de resposta/responsabilidade, princípio da materialidade

- **Princípio da Inclusão**

Este princípio aponta que as pessoas devem ter uma opinião nas decisões que têm impacto nelas, ou seja, consiste na participação dos *stakeholders* na implementação e no avanço de uma estratégia responsável. O princípio em análise, determina o compromisso da organização em ser responsável perante os seus *stakeholders*, e que permita uma participação ativa de forma a serem identificados os problemas e simultaneamente cooperarem na sua resolução.

- **Princípio do Impacto/ Relevância**

O princípio do impacto/ relevância consiste na identificação, monitorização, medição e responsabilização da forma como as suas ações afetam os tanto a organização como os *stakeholders* desta. Consideram-se assuntos pertinentes os que têm influência nas decisões, e no desempenho das partes interessadas e da organização.

- **Princípio da Capacidade de Resposta/ Responsabilidade**

Este princípio consiste na capacidade de resposta atempada, transparente e relevante de uma organização a questões de sustentabilidade e aos seus respetivos impactos. A capacidade de resposta

é concretizada através de decisões, ações e desempenho, assim como a comunicação com as partes interessadas.

- **Princípio da Materialidade**

Este princípio sugere que a materialidade está relacionada com a identificação, clarificação e priorização dos tópicos de sustentabilidade que são materiais, olhando ao efeito que cada tópico tem numa organização e nas suas partes interessadas. Um tópico material é um tópico que irá influenciar e causar um impacto de forma significativa tanto nas avaliações, ações e decisões bem como o desempenho de uma organização e/ou das suas partes interessadas a curto, médio e/ou longo prazos.

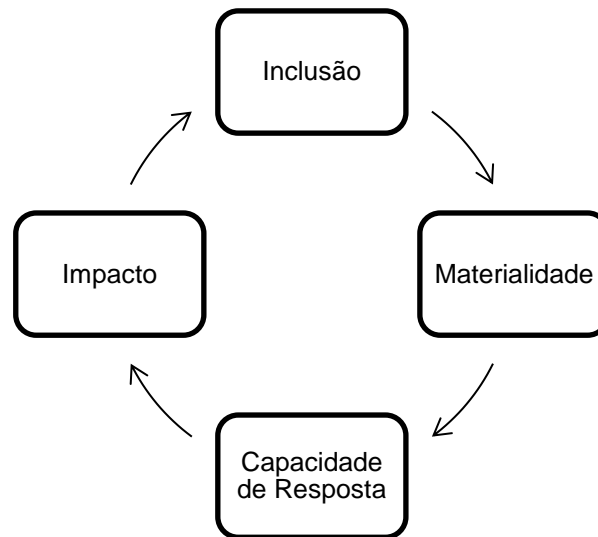


Figura 12 - Os Princípios da norma AA 1000

Fonte: Elaboração própria baseado em Accountability, (2018, p.13)

A adoção dos critérios para Inclusão estabelece um alicerce para abordar os restantes princípios, no entanto, dependendo da maturidade dos seus sistemas, políticas e processos, uma organização pode de igual modo começar com outro princípio em vista. A relevância da aplicação destes quatro princípios, deve-se à sua enorme flexibilidade e abrangência. O facto de serem princípios e não regras, possibilita à organização uma maior versatilidade em assuntos oportunos para a concretização da sua visão. Contudo, exige que a organização mantenha um envolvimento ativo com os seus *stakeholders* no que toca a questões de sustentabilidade a nível económico, social e ambiental de forma a delinear objetivos estratégicos de forma responsável. (Accountability, 2018)

2.1.8.3. A Norma ISO 26000 - Social Responsibility

A norma ISO 26000 foi publicada em 2010 pela ISO. Fundada em 1947, esta organização internacional de normalização (ISO), tem como objetivo criar normas internacionais de forma a facilitar as relações comerciais, divulgar conhecimento e promover boas práticas de gestão entre os diferentes países. Até ao momento, publicou mais de 19 500 normas internacionais que abrangem quase todos os aspetos da tecnologia e de negócios. (ISO, 2014)

A ISO 26000 é uma norma internacional de carácter voluntário, não certificável, que começou a ser desenvolvida em 2002 e acabou por ser publicada em 2010. Durante este período procurou encontrar-se um equilíbrio maior entre as diferenças ambientais, sociais, culturais e económicas de vários países de forma a moldar o mais possível a norma à realidade universal. Uma característica importante da norma em análise deve-se facto de esta permitir equilibrar os procedimentos das organizações (independentemente da dimensão ou localização), fornecendo orientação sobre como as organizações e empresas podem operar de forma socialmente responsável.

O principal propósito da ISO 26000 é estabelecer uma perceção comum acerca das práticas de RS de forma a direccionar as organizações para um desenvolvimento sustentável. A norma em causa compreende sete diretrizes basilares sendo elas (ISO 26000, 2010):

1. Conceitos, termos e definições relacionadas com a RS;
2. Antecedentes, tendências e características da RS;
3. Princípios e práticas alusivas à RS;
4. Questões e temas centrais de RS;
5. Integração, implementação e promoção de um comportamento que seja socialmente responsável em toda a organização não só através das suas políticas e práticas, mas também dentro da sua esfera de influência;
6. Reconhecimento e envolvimento com as partes interessadas;
7. Comunicação dos compromissos, do desempenho e de outras informações inerentes à RS.

Graças à implementação desta norma, uma empresa consegue obter um maior desempenho ao nível da RS, que permite às organizações obter alguns benefícios tais como (ISO 26000, 2010):

- Ampliar a sua vantagem competitiva;
- Aumento da sua reputação;
- Capacidade de atrair e reter colaboradores, membros e clientes mais qualificados;
- Relacionamento com as empresas, governo, clientes e meios de comunicação da comunidade em que atua;

- Aumento da motivação, empenho e consequente produtividade dos colaboradores.

Por fim, importa salientar que a ISO 26000 aborda sete temas elementares da RS (como evidencia a figura 10) (ISO 26000, 2010).

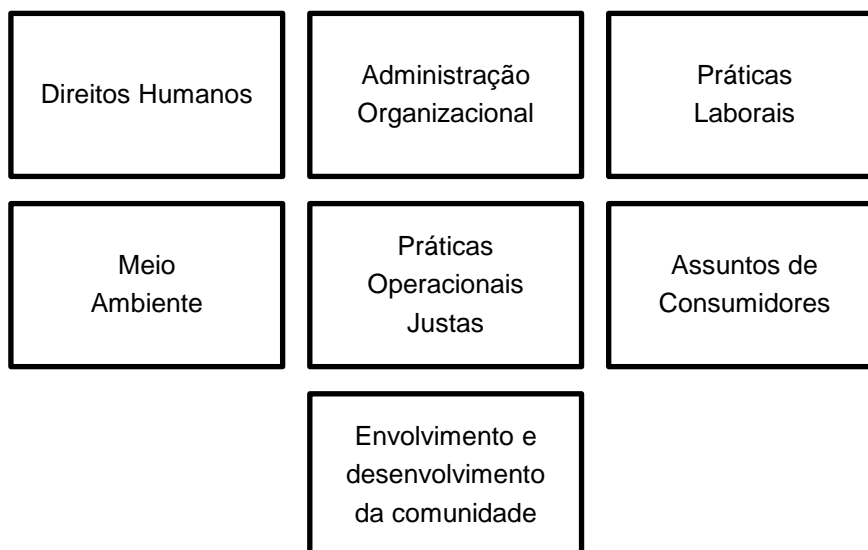


Figura 13 - Os sete temas fundamentais da RSE – ISSO 26000

Fonte: Elaboração própria baseado em ISO 26000 (2010 p.9)

Essencialmente, a ISO 26000 auxilia as organizações a contribuírem não só para o DS, mas também na estimulação das mesmas a irem além do cumprimento da legislação, admitindo que o cumprimento da lei é uma obrigação, à priori, imprescindível para qualquer organização e uma parte vital da sua RS. Esta norma procura ainda fomentar um entendimento comum no campo da RS e em simultâneo, complementar outras iniciativas e instrumentos relacionados com a RS, sem substituição. Na aplicação da ISO 26000 a organização deve ter em consideração a vasta diversidade organizacional, legal, social, ambiental, cultural, política, assim como as disparidades nas condições económicas, desde que, sejam perseverantes com as normas internacionais do comportamento (ISO 26000, 2010).

2.1.8.4. As normas de relato da sustentabilidade e da responsabilidade social – as normas *Global Reporting Initiative* (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização não governamental, internacional, independente e sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo ajudar as organizações a identificar, compreender e divulgar os seus impactos a nível de sustentabilidade com intuito de gerar um futuro sustentável (GRI, 2016).

Fundada em 1997, através de uma iniciativa conjunta entre o *United Nations Environment Programme* (UNEP) e a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES), o principal objetivo da GRI,

passa por desenvolver e divulgar diretrizes universais que permitam a elaboração dos relatórios de sustentabilidade por parte das empresas, não só para permitir elevar a qualidade, a transparência, o rigor e a utilização destes. Esta iniciativa, recebeu um apoio preponderante por parte de múltiplas organizações sem fins lucrativos, empresas e sindicatos. (GRI, 2023)

O primeiro *framework* para um relato de sustentabilidade foi promovido em 2000, tendo este sido, entretanto, revisto e as suas diretrizes serem atualizadas em 2002, 2006 e 2013.

Em 2016, foram lançadas as primeiras normas globais desenvolvidas pelo *Global Sustainability Standards Board – GRI Standards* que além de deterem uma estrutura mais flexível, clara e simples, composta por três Normas Universais e três Normas Específicas, possibilita ainda que todas as organizações consigam relatar os seus impactos socioeconómicos e ambientais, bem como o seu DS. A versão das Normas do GRI que atualmente vigora nas empresas desde 2018 é constituída por um total 37 normas que estão ligadas entre si, uma vez que foram concebidas para serem empregues na sua totalidade quando são efetuados os relatórios de sustentabilidade (GRI, 2016). Nestes termos, podem dividir-se em dois grupos (Figura 13): Normas Universais e Normas Específicas. Inserido no grupo das Normas Universais (*Universal Standards*) temos a série 100 formada por três Normas (GRI 101, GRI 102 e GRI 103). Por sua vez, o grupo das Normas Específicas (*Topic Specific Standards*) é composto por três séries (200,300,400) que correspondem, a assuntos relacionados com os impactos económicos, ambientais e sociais respetivamente. Embora vários conteúdos integrem as Normas Específicas as entidades podem selecionar e divulgar apenas os conteúdos que reflitam os impactos que um determinado tópico tem subentendido.

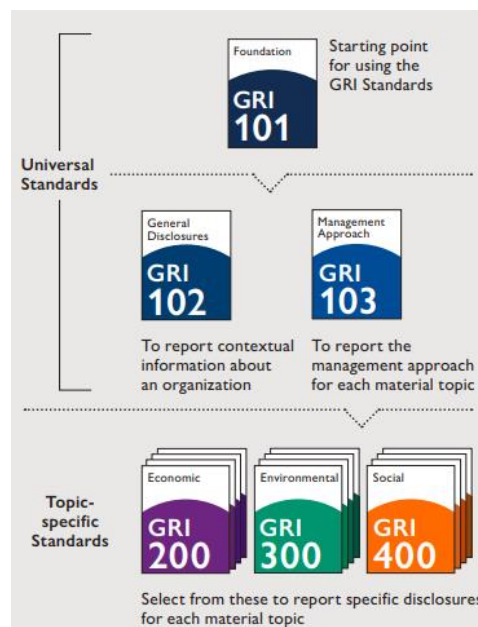


Figura 14 - Visão genérica das Normas GRI
Fonte: GRI, 101, (2016, p.3)

A GRI 101 – “Princípios Gerais” é o ponto de partida para o uso das restantes e está subdividida em três pontos. No primeiro ponto são estabelecidos os princípios que caracterizam a qualidade e o conteúdo dos relatórios que são apresentados. Os princípios de relato são essenciais para conseguir alcançar relatórios de sustentabilidade de alta qualidade. As empresas para prepararem os seus relatórios de acordo com as normas GRI, devem aplicar os princípios de relato estipulados. Estes princípios são divididos em dois grandes grupos: no primeiro grupo estão compreendidos os princípios para a definição do conteúdo do relatório que ajudam as empresas a decidir o conteúdo a incluir no seu relatório, tendo em conta que este processo envolve a consideração das atividades, impactos e expectativas da empresa e interesses das suas partes interessadas. (GRI, 2021)

1. **Inclusão dos *stakeholders*:** A organização responsável pelo relatório deve identificar os seus *stakeholders* e conseguir esclarecer as medidas que tomou para alcançar as expectativas e interesses dos mesmos;
2. **Contexto da Sustentabilidade:** O relatório deve apresentar o desempenho da organização em termos de sustentabilidade.
3. **Materialidade:** Devem ser abordados os pontos que transpareçam os impactos, ambientais, económicos e sociais significativos (materiais) para a organização;
4. **Completude:** os tópicos materiais identificados, bem como os seus limites, devem ser suficientemente desenvolvidos de modo a que possam refletir os impactos socioeconómicos e ambientais, e permitir que os *stakeholders* consigam avaliar o desempenho da organização.

No segundo grupo são apresentados os princípios usados para a definição da qualidade do relatório. Estes ajudam as empresas a definir as opções de maneira que seja possível garantir a qualidade e apresentação apropriadas do seu relatório. Importa frisar que a qualidade é importante para ajudar as partes interessadas a tomarem decisões e avaliações adequadas. Os princípios apontados pela GRI (2021) são os seguintes:

1. **Precisão:** As informações relatadas devem ser suficientemente detalhadas e precisas, de forma que as partes interessadas consigam avaliar o desempenho da organização.
2. **Equilíbrio:** Neste ponto, as informações relatadas devem refletir os aspetos negativos e positivo da empresa, para possibilitar uma avaliação fundamentada do desempenho geral da organização.
3. **Clareza:** A empresa deve disponibilizar as informações que sejam compreensíveis e acessíveis.
4. **Comparabilidade:** Todas as informações devem ser selecionadas e relatadas solidamente, de modo que as partes interessadas consigam analisar as mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e lhes seja possível comparar com outras organizações.

5. **Confiabilidade:** A organização deve recolher, registar, analisar e relatar processos e informações utilizados na preparação do relatório, de forma que permita a sua qualidade, materialidade e revisão eficaz;
6. **Pontualidade:** a informação deve ser relatada e publicada a tempo de forma a permitir aos *stakeholders* que façam decisões atuais, fundamentadas e sólidas.

No segundo ponto é esclarecido como empregar as normas GRI para se arquitetar o relatório de sustentabilidade. Por fim, no terceiro e último ponto, são enunciadas as formas específicas que as Normas GRI podem ser referenciadas e empregues.

A GRI 102 – “Conteúdo Geral” compreende toda a informação genérica da organização, do contexto em que está inserida bem como as suas práticas de sustentabilidade. Esta norma está subdividida em seis capítulos, como é possível verificar na Tabela A1, no Apêndice1.

Os indicadores económicos pertencem à série GRI 200 e incluem normas específicas para ser possível comunicar informações sobre os impactos dos problemas de uma organização alusivos a questões económicas. Na Tabela A2, no Apêndice 1, são apresentados os seis temas abordados nesta norma, que por sua vez se dividem em vários tópicos.

Os indicadores ambientais pertencem à série GRI 300. Estes dizem respeito a padrões específicos para transmitir informações sobre os impactos dos problemas de uma organização inerentes a questões ambientais. Esta norma frisa os seguintes pontos: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, resíduos, conformidade ambiental e, por fim, a avaliação dos fornecedores em termos ambientais. (Tabela A 3, no Apêndice 1)

Por último os indicadores sociais dizem respeito à série GRI 400, que inclui padrões específicos para transmitir informações acerca dos impactos dos problemas da organização relacionados a questões sociais. Esta norma é dividida em dezanove capítulos como evidencia a Tabela A 4, no Apêndice 1.

Segundo a GRI (2021), todas as empresas que elaborem os seus relatórios de sustentabilidade tendo por base as normas anteriormente enunciadas, devem incluir uma Tabela GRI onde exponham os conteúdos, indicadores e respostas relatadas. A organização que elabora um relatório consoante as suas normas e não consiga relatar um dos conteúdos exigidos, deve informar qual o motivo para a omissão, descrevendo por sua vez as informações ocultadas. Os motivos existentes podem ser vários, nomeadamente, não aplicável, restrições de confidencialidade, informações indisponíveis e proibições legais específicas. (GRI, 2021)

2.2. Metodologia de Investigação

2.2.1. Objetivo do Estudo e Hipóteses de Investigação

Partindo das perguntas de investigação que nortearam este estudo, a saber:

- 1- Os matadouros portugueses adotam e reportam as suas políticas e práticas de responsabilidade social e sustentabilidade?
- 2- Qual o normativo que seguem como linha orientadora na elaboração dos relatórios?
- 3- Mesmo não elaborando os relatórios não financeiros, que importância atribuem à responsabilidade social corporativa e às suas dimensões?

O objetivo geral do trabalho é fazer um estudo exploratório sobre a adoção e reporte das políticas e práticas de responsabilidade social corporativa e à importância atribuídas a estas nas suas diferentes dimensões.

Como foi mencionado ao longo do enquadramento teórico, cada vez mais as empresas procuram incorporar nas suas políticas de gestão preocupações ambientais e sociais, de forma a seguir práticas sustentáveis que fortaleçam a sua competitividade. Estas novas circunstâncias levaram à exigência por parte dos *stakeholders* de diferentes informações de índole social, verificando-se assim a necessidade do seu relato. Foi ainda possível identificar que os princípios de relato do GRI são essenciais para obter relatórios de sustentabilidade viáveis e de alta qualidade. Uma organização é obrigada a aplicar os princípios de relato caso pretenda declarar que o seu relatório de sustentabilidade foi desenvolvido em conformidade com as normas de GRI. (GRI, 2016)

Partindo das perguntas de investigação gerais norteadoras do presente estudo, elaboraram-se perguntas específicas de investigação:

PI1: Mais de 50% dos matadouros portugueses relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI.

PI2: Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade divulgam informação não financeira no website.

PI3: Os matadouros atribuem importância ou muita importância a todas as dimensões (económica, ambiental e social).

PI4: Qual a relevância atribuída pela empresa (matadouro) às temáticas políticas de sustentabilidade/práticas de RS.

Pretende-se ainda verificar se as variáveis: região, espécie animal que abatem e dimensão, influenciam a resposta às perguntas anteriormente formuladas.

Em seguida a Tabela 3 apresenta um resumo das hipóteses estatísticas a serem testadas.

Tabela 3 - Hipóteses estatísticas a serem testadas

Hipóteses estatísticas	Variáveis a serem testadas as hipóteses estatísticas
H1 ₀	H1A ₀ em função da região em que se localizam
	H1B ₀ em função da espécie animal que abatem
	H1C ₀ em função do número de colaboradores
H2 ₀	H2A ₀ em função da região em que se localizam
	H2B ₀ em função da espécie animal que abatem
	H2C ₀ em função do número de colaboradores
H3 ₀	H3A ₀ em função da região em que se localizam
	H3B ₀ em função da espécie animal que abatem
	H3C ₀ em função do número de colaboradores
H4 ₀	H3A ₀ em função da região em que se localizam
	H3B ₀ em função da espécie animal que abatem
	H3C ₀ em função do número de colaboradores

Nota: H1₀ - Mais de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI.

H2₀ - Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem divulgação da informação não financeira no *website* da empresa.

H3₀ - Os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões (económica, ambiental e social).

H4₀ - Os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade.

Fonte: Elaboração própria

2.2.2. Descrição do Instrumento de Recolha de Dados e dos Métodos de Tratamento dos Dados

Para recolher os dados necessários para responder às perguntas de investigação e objetivos propostos para este estudo, optou-se pela recolha de dados primários, através de inquérito por questionário, uma vez que não existe uma base dados com as informações pretendidas. Este questionário foi elaborado tendo por base o questionário de Silva, S. (2022). Para a elaboração deste questionário também houve contributos decorrentes da pesquisa efetuada na empresa onde decorreu o estágio e da opinião da supervisora do estágio na empresa e da orientadora deste trabalho. Ressalve-se que este é um trabalho exploratório.

Este está dividido em três secções (Apêndice 2). Na primeira secção, são colocadas questões relacionadas com as informações de relato de cada matadouro (relatórios que possa apresentar, os modelos que utilizam, o sistema normativo que usam como linha orientadora, entre outros). Na segunda secção tem questões voltadas para a avaliação da importância atribuída aos indicadores económicos, ambientais e sociais, e por fim, na terceira e última secção, são solicitadas as informações sociodemográficas da empresa inquirida.

Na primeira e terceira secção as perguntas colocadas são de resposta dicotómica (sim/não), de resposta fechada e de escolha múltipla. Na secção, para avaliar o grau de importância atribuída pelos matadouros portugueses optou-se por utilizar a escala de *Likert* com níveis de 1 a 4, onde o primeiro nível é “1- Sem importância” e o quarto “4-Muito Importante”, com perguntas em matriz. Importa salientar que quanto maior é o nível selecionado pela empresa inquirida, maior a importância atribuída aos itens questionados. Depois de devidamente estruturado, foi difundido eletronicamente através do *google forms*, no período de 05/5/2023 a 26/05/2023. O primeiro contacto efetuado com os matadouros identificados para este estudo, foi efetuado via contacto telefónica de forma a que, aquando da receção do questionário via *e-mail*, já estivessem previamente informados acerca do seu conteúdo e do seu objetivo. Posteriormente, passado alguns dias do primeiro contacto telefónico, foi realizado um segundo e último contacto, ainda via telefónica de forma a conseguir identificar quais as empresas que a essa altura já tinham respondido ao questionário e nesses casos reforçar o agradecimento pela disponibilidade assim como nos casos em que ainda não o tivessem realizado, fazer novo apelo ao preenchimento do mesmo.

Para o tratamento dos dados recorreu-se ao *Microsoft Excel®* e ao *Statistical Package the Social Sciences* (SPSS), versão 26.0. Para a análise descritiva dos dados usou-se a contagem com frequências absolutas e relativas e nas variáveis não dicotómicas e passíveis de quantificar (por exemplo nas questões com a escala de 4 pontos de *Likert*) as medidas de tendência central e de dispersão. Para a avaliação da consistência interna usou-se o alfa de *Cronbach*.

Na análise inferencial, para testar as hipóteses formuladas, recorreu-se ao teste de Qui – Quadrado de *Pearson* e ao teste de *Fisher* (testes não paramétricos utilizados, tendo em conta os pressupostos de

aplicação dos mesmos) e para validar os pressupostos de aplicação destes testes, usou-se os testes de *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov*, para testar a normalidade das distribuições, e o teste de *Levene* para testar a homogeneidade das variâncias (homocedasticidade).

2.2.3. População e Amostra

A população deste estudo são as empresas de abate de animais, vulgo matadouros, de Portugal. De acordo com os dados do Banco de Portugal (2023) respeitante ao ano de 2022, existiam em Portugal um total de 298 empresas que se dedicam a esta atividade (251 destas, detêm o CAE 10 110 – Abate de gado (produção de carne)) e as restantes 47 possuem o CAE 10 120 - Abate de aves (produção de carne)).

A respetiva distribuição geográfica e dimensão atendendo aos dois CAE anteriormente enunciados, estão representados nas Tabela 4 e **Tabela 5** respetivamente.

Tabela 4 - Distribuição geográfica e dimensão das empresas com o CAE 10 110

Distribuição geográfica	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa e Vale do Tejo	Arquipélago dos Açores
		24,67%	32,57%	11,17%	28,37%
Dimensão	Microempresas	Pequenas empresas	Médias empresas	Grandes empresas	
		52,09%	33,95%	11,63%	2,33%

Fonte: Elaboração própria baseado em Banco de Portugal (2023)

Atendendo aos resultados presentes na Tabela 4, é possível verificar que grande parte dos matadouros se encontram essencialmente nas zonas “Centro”, “Lisboa e Vale do Tejo” e “Norte” e que apenas 3,26% está presente nas ilhas, mais concretamente no “Arquipélago dos Açores”. No que respeita à dimensão empresarial, é nítido que a esmagadora maioria (52,09%) diz respeito a micro e pequenas empresas (33,95%).

Tabela 5 - Distribuição geográfica e dimensão das empresas com o CAE 10 120

Distribuição geográfica	Norte	Centro	Alentejo	Lisboa e Vale do Tejo	Arquipélago dos Açores e Madeira
		17,03%	61,72%	2,13%	10,64%
Dimensão	Microempresas	Pequenas empresas	Médias empresas	Grandes empresas	
		34,04%	25,53%	31,91%	8,51%

Fonte: Elaboração própria baseado em Banco de Portugal (2023)

Relativamente à Tabela 5, em contrapartida do que se verificou na tabela anterior, a zona “Centro” agrega a maioria das empresas inerentes a atividade de abate de aves. Por sua vez as demais regiões geográficas, detêm valores muito próximos entre si, à exceção da região do “Alentejo” que apenas possui 2,13%. Tendo em vista os dados alusivos à dimensão, pode contactar-se que a maioria destes matadouros dizem respeito a micro, pequenas e médias empresas.

A amostra selecionada para este estudo, inclui matadouros que obrigatoriamente tivessem a atividade de abate de animais, embora alguns destes também inclui em salas de desmancha. Após efetuada uma recolha a nível nacional das empresas que cumpriam o principal critério para este estudo, foram identificados e totalizados 84 matadouros dos quais 26 dizem respeito a matadouros de aves e de lagomorfos (coelhos) e 58 a matadouros de ungulados domésticos (bovinos, suínos e/ou leitões, ovinos e/ou caprinos e equídeos).

Deste conjunto, apenas se conseguiu contactar, tanto via telefónica, como via *e-mail* 21 estabelecimentos de abate de aves e de lagomorfos e 53 matadouros de ungulados domésticos, onde 3 destas últimas empresas após o primeiro contacto, recusaram responder de antemão ao inquérito apresentado, diminuindo assim para 50 o número de entidades que se mantiveram recetivas ao estudo. Identificados os 71 matadouros que se dispuseram a aceitar responder ao inquérito apenas se obtiveram 41 respostas ao inquérito depois de encerrado o período de recolha de respostas de três semanas. De forma a não influenciar o realismo e a veracidade das respostas obtidas para o estudo, o período de recolha não se prolongou por mais tempo, dada a visível e crescente dificuldade de disponibilidade bem como relutância que se começou a verificar após novo contacto com os matadouros.

2.3. Apresentação e Análise dos Resultados

2.3.1. Caracterização da Amostra

Para caracterizar esta amostra, foram utilizadas três variáveis relativas às informações sociodemográficas das empresas, nomeadamente a localização geográfica da empresa, a(s) espécie(s) animal(is) que são abatido/os nas instalações por matadouro e o número de colaboradores. As estatísticas descritivas destas variáveis estão apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6 - Caracterização da amostra

Variável	Descrição da variável	n	%
Localização geográfica	Norte	19	46,3%
	Centro	9	22,0%
	Alentejo	2	4,9%
	Lisboa e Vale do Tejo	7	17,1%
	Arquipélago dos Açores	4	9,8%
Espécie(s) animal (is) que são abatidas por matadouro	Bovinos	1	2,4%
	Ovinos e/ou caprinos	1	2,4%
	Suínos e/ou leitões	9	22,0%
	Aves	8	19,5%
	Coelhos	1	2,4%
	Bovinos, ovinos e/ou caprinos, suínos e/ou leitões	15	36,6%
	Bovinos, ovinos e/ou caprinos, suínos e/ou leitões, equídeos	3	7,3%
	Bovinos, suínos e/ou leitões	1	2,4%
	Aves, coelhos	1	2,4%
Ovinos e/ou caprinos, suínos e/ou leitões	1	2,4%	
Número de colaboradores da empresa	10 a 30 colaboradores	15	36,6%
	30 a 50 colaboradores	9	22,0%
	50 a 70 colaboradores	4	9,8%
	70 a 90 colaboradores	3	7,3%
	90 a 110 colaboradores	5	12,2%
	Mais de 110 colaboradores	5	12,2%

Nota: n – dimensão da amostra

Fonte: Elaboração própria

Em relação à variável “localização geográfica”, a esmagadora maioria dos matadouros inquiridos (n=19) estão localizados no norte do país, seguindo-se as zonas do centro e de Lisboa e Vale do Tejo com 22,0% e 17,1% respetivamente. No arquipélago dos Açores estão localizados 9,8% das empresas que participaram do estudo e no Alentejo apenas dois matadouros, 4,9% dos respondentes. No que concerne à(s) espécie(s) animal(is) que são abatido/os, identificou-se que grande parte dos matadouros

(n=15) realizam abates de múltiplas espécies (bovinos, ovinos e/ou caprinos, suínos e/ou leitões) num único estabelecimento. Com percentagem inferior, embora significativa neste estudo, seguem-se os matadouros que abatem apenas uma única espécie, neste caso, suínos e/ou leitões (22,0%) e aves (19,5%). Por último, importa referir que 36,6% das empresas inquiridas detêm entre 10 a 30 colaboradores (n=15) a laborar nas suas instalações, seguindo-se as que possuem de 30 a 50 colaboradores (22,0%). Em contrapartida, as entidades que dispõem entre 90 a 110 colaboradores, e as de 110 colaboradores, representam, cada escalão 12,2% dos matadouros inquiridos neste estudo.

2.3.2. Análise Descritiva

Após a caracterização da amostra, procedeu-se à análise descritiva das variáveis alusivas ao grau de importância e importância global utilizadas neste estudo, através do dimensionamento da amostra (n), a média e o desvio-padrão. De modo a analisar a confiabilidade das escalas (consistência interna), aplicou-se o teste do Alfa de *Cronbach*, que está exposto na Tabela 7 a seguir apresentada.

Tabela 7 - Confiabilidade das escalas

Variável	Alfa de <i>Cronbach</i>
Dimensão económica	0,843
Dimensão ambiental	0,896
Dimensão social	0,767
Importância global de todas as dimensões (económica, ambiental e social)	0,759
Importância global de políticas de sustentabilidade/práticas de RS	0,951

Fonte: Elaboração própria

Tendo em conta os dados apresentados na Tabela 7, verifica-se que em todas as variáveis o Alfa de *Cronbach* apresenta valores superiores a 0,7. Como é possível averiguar, as variáveis “Importância global de políticas de sustentabilidade/práticas de RS” e “Dimensão ambiental” são as que possuem os valores do Alfa de *Cronbach* mais elevados (0,951 e 0,896 respetivamente), contrariamente a variável “Importância global de todas as dimensões” que tem o valor mais baixo (0,759). Note-se que os valores exibidos na Tabela 7 indicam que a confiabilidade da escala utilizada neste estudo é boa ou muito boa.

A Tabela 8 apresenta a média e desvio padrão das respostas quanto aos diversos itens da dimensão económica.

Tabela 8 - Estatísticas descritivas quanto à importância da Dimensão económica

Variáveis	n	Média Total	Desvio-padrão
Performance Económica	41	3,29	0,602
Presença no mercado	41	3,39	0,666
Impactos económicos indiretos	41	3,39	0,494
Práticas de compras	41	3,44	0,808
Valorização de críticas/considerações recebidas por parte de clientes/fornecedores	41	3,56	0,634
Transparência nas práticas de gestão	41	3,51	0,675
Média Global		3,43	0,647

Nota: n – dimensão da amostra

Fonte: Elaboração própria

Analisando os resultados evidenciados na Tabela 8, observa-se que de todos os itens da variável dimensão, o que os matadouros inquiridos consideram mais importante é a “Valorização de críticas/considerações recebidas por parte de clientes/fornecedores”, tendo este um valor médio total de 3,56 (desvio padrão – d.p.= 0,634), numa escala de 1 a 4. Em contrapartida, a variável “Performance Económica” é a que detém uma média total mais baixa de 3,29 e um desvio-padrão de 0,602. Importa ainda salientar que, variável “Práticas de compras” detém o valor mais alto do desvio padrão de 0,808, que indica a existência de uma divergência nas respostas obtidas mais amplificada.

De referir que a média global de todos os itens é de 3,43 (d.p.= 0,647) o que significa que os matadouros inquiridos consideram importante as práticas da dimensão económica da sua entidade. Note-se que tendo em conta o desvio padrão a dispersão das respostas não é elevada.

De seguida são analisadas as estatísticas descritivas de tendência central e dispersão quanto à variável da dimensão ambiental e os seus itens. Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 9. Pode-se verificar que o item “Água” é o que tem maior valor médio total (3,78), mas o menor valor do desvio padrão (0,419) comparativamente aos demais itens, apesar todas estes serem tidos como importantes para os matadouros, dada a escala de *Likert* que está a ser considerada.

Tabela 9 - Estatísticas descritivas quanto à importância da Dimensão ambiental

itens	n	Média Total	Desvio-padrão
Materiais	41	3,46	0,596
Energia	41	3,71	0,461
Águas	41	3,78	0,419
Biodiversidade	41	3,46	0,596
Emissões	41	3,56	0,550
Resíduos	41	3,66	0,480
Média Global		3,61	0,517

Nota: n – dimensão da amostra

Fonte: Elaboração própria

Na Tabela 9, é possível verificar que o item “Água” é o que tem maior valor médio total (3,78), mas o menor valor do desvio padrão (0,419) comparativamente aos demais itens, apesar todas estes serem tidos como importantes para os matadouros, dada a escala de *Likert* que está a ser considerada. Em contrapartida, os itens que possuem a média total mais baixa e, simultaneamente, o desvio-padrão mais elevado, de 0,596, são “Materiais” e “Biodiversidade” com uma média de 3,46 em ambas as situações. Relativamente à média global pode concluir-se que os matadouros na sua generalidade, consideram a dimensão ambiental importante, e que das três dimensões em estudo (económica, ambiental e social), esta dimensão é que mais se encontra próxima do grau 4 – Muito importante.

Na Tabela 10 estão discriminados os resultados obtidos na dimensão social.

Tabela 10 - Estatísticas descritivas quanto à importância da Dimensão social

Itens	n	Média Total	Desvio-padrão
Empregabilidade	41	3,15	0,573
Saúde e segurança no trabalho	41	3,71	0,461
Formação, educação e luta contra a discriminação	41	3,54	0,636
Saúde e segurança dos consumidores	41	3,68	0,521
Comercialização e rotulagem	41	3,56	0,743
Políticas de confidencialidade de dados dos colaboradores, clientes e fornecedores	41	3,54	0,552
Média Global		3,53	0,581

Nota: n – dimensão da amostra

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à Tabela 10, pode concluir-se que a variável “Saúde e segurança no trabalho” é que tem o maior valor na média total (3,71), e o menor no valor do desvio padrão (0,461) comparativamente às demais variáveis. Importa ainda referir que o maior valor do desvio-padrão (0,743) é inerente à variável “Comercialização e rotulagem”, que indica a existe uma reduzida discrepância nas respostas recolhidas, em relação às restantes variáveis. Ainda nesta tabela é possível aferir que globalmente os matadouros, tal como acontece nas duas tabelas anteriores, consideram importante a dimensão social nas suas empresas.

Na Tabela 11 apresenta-se os resultados relativos à variável da importância global de todas as dimensões (económica, ambiental e social) e à importância global de políticas de sustentabilidade/práticas de RS.

Tabela 11 - Estatísticas descritivas quanto à Importância global da Responsabilidade Social

Variáveis	n	Média Total	Desvio-padrão
Importância global de todas as dimensões	41	3,54	0,505
Importância global de políticas de sustentabilidade/práticas de RS	41	3,41	0,591
Média Global		3,48	0,548

Nota: n – dimensão da amostra

Fonte: Elaboração própria

De forma a concluir este ponto, analisa-se importância global atribuída pelos matadouros no que respeita às três dimensões previamente analisadas e às políticas de sustentabilidade/ práticas de RS, evidenciada na Tabela 11. Como é possível verificar, ambas as variáveis tomam valores muito próximos, embora a “Importância global de todas as dimensões” apresenta um valor médio total (3,54) superior à outra variável, possui o desvio-padrão mais baixo. O inverso se passa com a variável “Importância global de políticas de sustentabilidade/práticas de RS”, que detém o valor do desvio-padrão mais elevado (0,591), mas o valor médio total mais baixo de 3.41. Por fim, importa destacar que, no que respeita à média global, as empresas têm como importante ambas as variáveis representadas na tabela em análise.

Ainda inserida neste subponto, será realizada uma análise descritiva mais pormenorizada às informações de relato efetuadas por parte dos matadouros inquiridos neste estudo. As estatísticas descritivas enunciadas estão apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12 - Caracterização das informações de relato

Variável	Descrição da variável	n	%
Divulgação de relatórios financeiros	Sim	27	65,9%
	Não	14	34,1%
Divulgação de relatórios não financeiros	Sim	11	26,8%
	Não	30	73,2%
Motivo(s) da não apresentação de relatórios não financeiros	Não são apresentados relatórios não financeiros nem evidências inerentes às áreas da sustentabilidade ou da responsabilidade social no <i>website</i> .	18	43,9%
	A empresa detém uma seção no <i>website</i> , onde explica o seu trabalho desenvolvido na área da sustentabilidade ou da responsabilidade social, bem como a importância que estas têm no desenvolvimento do seu trabalho.	5	12,2%
	Está a ser preparado o 1.º relatório de sustentabilidade da empresa.	4	9,8%
	Essa informação é divulgada por outra via alternativa.	3	7,3%
Modelo(s) mais utilizado(s) pela empresa para fazer a divulgação dos relatórios elaborados	Modelo Internacional das Diretivas GRI	1	9,1%
	Nenhum modelo específico	10	90,9
Realização de auditoria externa aos relatórios de sustentabilidade	Sim	6	54,5%
	Não	5	45,5%

Fonte: Elaboração própria

Como é possível verificar na Tabela 12 anteriormente apresentada, mais de metade dos matadouros (n=27) efetua a divulgação de relatórios financeiros, ao contrário do que se verifica na divulgação de relatórios não financeiros, onde apenas 26,8% fazem essa divulgação. Nos casos das empresas que responderam que não divulgam relatórios não financeiros (n=30) questionou-se qual/quais os motivos(s) da não apresentação dos relatórios, onde se verificou em 43,3% dos casos (n=18) que “Não são apresentados relatórios não financeiros nem evidências inerentes às áreas da sustentabilidade ou da responsabilidade social no *website*”. Por outro lado, outro motivo enunciado para além do anterior, com n=5 foi “A empresa detém uma seção no *website*, onde explica o seu trabalho desenvolvido na área da sustentabilidade ou da responsabilidade social, bem como a importância que estas têm no desenvolvimento do seu trabalho”. Importa ainda destacar que 9,8% dos matadouros declararam que “Está a ser preparado o 1.º relatório de sustentabilidade da empresa” e que os restantes 7,3% indicaram que “Essa informação é divulgada por outra via alternativa”.

Relativamente aos modelo(s) mais utilizado(s) pelas empresas para fazer a divulgação dos relatórios elaborados apenas n=1 matadouro referiu que utiliza o “Modelo Internacional das Diretivas GRI” para fazer a divulgação enquanto que os restantes 90,9% (n=10) não recorrem a “Nenhum modelo

específico”. No que toca à realização de auditoria externa aos relatórios de sustentabilidade, 54,5% das entidades responderam que “sim” e 45,5% que “não” realizam.

Após uma análise mais pormenorizada da Tabela 12, contata-se que ao contrário do que se já se verifica em algumas empresas, atualmente, os matadouros portugueses ainda estão numa fase considerada prematura no que consiste ao acolhimento e prática da temática em estudo, embora em casos pontuais, já se verifique um bom *feedback* conquanto as pontuais respostas obtidas após a aplicação do inquérito criado especificamente para esta análise.

2.3.3. Análise Inferencial

De forma a testar a relação entre as variáveis em estudo, de seguida serão apresentados procedimentos estatísticos para validar as hipóteses estatísticas formuladas em função das perguntas de investigação referidas no capítulo 2.2. Metodologia.

Na Tabela 13 é possível observar o resumo dos resultados obtidos depois de validados os pressupostos para a aplicação dos testes estatísticos para validar as hipóteses geradas para as diversas perguntas.

Para cada uma das hipóteses foram primeiramente testados e verificados os pressupostos da normalidade e de homogeneidade que permitiram em todas as situações a aplicação dos testes não paramétricos exibidos na Tabela 13.

Tabela 13 - Teste de hipóteses, validação global

Hipóteses	Procedimento Estatístico	Resultado do teste	Decisão
H1 ₀	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	ET = 4,122 (vp = 0,042)	Rejeitar H ₀
H2 ₀	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	ET = 19,867 (vp = 0,000)	Rejeitar H ₀
H3 ₀	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	ET = 0,220 (vp = 0,639)	Não rejeitar H ₀
H4 ₀	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	ET = 14,976 (vp = 0,001)	Rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; vp – valor de prova

H1₀ – Mais de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI.

H2₀ - Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem divulgação da informação não financeira no *website* da empresa.

H3₀ - Os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões (económica, ambiental e social).

H4₀ - Os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade.

Fonte: Elaboração própria

No que concerne às PI1 e a PI2, relacionadas respetivamente com a $H1_0$ e $H2_0$, após a aplicação do teste de Qui – Quadrado de *Pearson*, em ambas as situações verificou-se que o valor de prova obtidos são inferiores a $\alpha=5\%$, pelo que se rejeitam as duas hipóteses nulas, respetivamente: $H1_0$ - mais de metade dos matadouros portugueses (< 50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI e $H2_0$ - Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem divulgação da informação não financeira no *website* da empresa. Ou seja, há evidencias estatísticas suficientes para afirmar que mais de metade dos matadouros portugueses não fazem relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, de acordo com as normas GRI e com um grau de confiança de 95% ($\alpha=5\%$) de que as empresas que não fazem relatórios de sustentabilidade também não divulgam a sua informação não financeira no website da empresa.

Relativamente à importância atribuída globalmente a todas as dimensões da responsabilidade social (PI), ao contrário do que aconteceu em H1 e H2 verificou-se que o valor de prova é superior a 5%, pelo que induz a que não se possa rejeitar a hipótese nula $H3_0$ - menos de metade dos matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões (económica, ambiental e social). Por fim na quarta e última pergunta de investigação (PI4) após a aplicação do teste não paramétrico de Qui – Quadrado de *Pearson*, constatou-se que se deve rejeitar a hipótese nula ($H4_0$), e, por conseguinte, há 95% de confiança para se afirmar que os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade.

De modo a verificar se a localização (região em que se localizam), a espécie animal que abatem e a dimensão (o número de colaboradores), influenciam a elaboração de relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, a divulgação informação não financeira no *website*, a importância atribuída globalmente a todas as dimensões e a importância global inerente ao reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, será apresentado no ponto seguinte deste estudo, uma análise mais individualizada de cada um desses casos e os respetivos resultados.

2.3.3.1. Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da localização, dimensão e espécie animal abatida

De seguida será feita uma análise a algumas das hipóteses anteriormente formuladas, em função da localização (região em que se localizam), a espécie animal que abatem e a dimensão (número de colaboradores). Iniciando-se pela primeira pergunta de investigação.

1A: Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da localização

Depois de validada a hipótese relativa ao relato de informação não financeira através de relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, para a amostra no seu todo, testa-se esta mesma hipótese em função da localização (ou seja, da região em que se localiza). Assim, a hipótese estatística nula a testar é a seguinte:

H1A₀: Mais de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, independentemente da localização

Na Tabela 14 que se segue, é possível observar os procedimentos estatísticos para validar a Hipótese H1A₀.

Tabela 14 - Relato informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI em função localização

Procedimento Estatístico		Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,508; n (Norte e Centro) = 28 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,628; n (Sul e Ilhas) = 13 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 3,795 (vp = 0,059)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,252	Não rejeitar H ₀
	Teste de <i>Fisher</i>	vp = 0,280	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova

H1A₀ - Mais de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, independentemente da localização.

Fonte: Elaboração própria

Tendo em conta a Tabela 14, é possível verificar, que ambas as amostras têm uma dimensão menor que 30, o que indica que se deve aplicar do teste *Shapiro-Wilk* para se verificar a normalidade das mesmas. Após efetuar este teste, verificou-se que se rejeita a hipótese nula da normalidade para todas as regiões, dado que o valor de prova é inferior a 0,05, violando assim o primeiro pressuposto para a

aplicação dos testes paramétricos. Em seguida, para verificar a existência de homogeneidade da variância das amostras foi utilizado o teste de *Levene* que, neste caso, não se rejeita a hipótese nula, dado valor de prova superior a 0,05. Deste modo, terá de se proceder à aplicação de um teste não paramétrico. Na Tabela 14 estão apresentados dois testes não paramétricos distintos, o teste de Qui – Quadrado de *Pearson* e o teste de *Fisher*, respetivamente. Atendendo aos pressupostos verificados, constatou-se que apenas o teste de *Fisher* seria viável para a verificação da hipótese em estudo, tendo em conta que estamos perante amostras dicotómicas e que existem mais de 20% de células com o valor esperado menor do que 5. Após a aplicação do teste de *Fisher* verificou-se que o valor de prova é maior que $\alpha=5\%$, pelo que não se rejeita a hipótese nula - mais de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da região em que se localizam.

1B: Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da espécie animal que abatem.

Testando agora hipótese relacionada com a primeira pergunta de investigação em função da espécie animal que abatem, a hipótese estatística nula a testar é a seguinte:

H1B₀: Menos de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, independentemente da espécie animal que abatem.

Na Tabela 15 é possível observar os procedimentos estatísticos para validar esta hipótese.

Tabela 15 - Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da espécie animal que abatem

	Procedimento Estatístico	Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Kolmogorov-Smirnov</i>	ET = 0,429; n (animais de grande porte) = 31 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,366; n (animais de pequeno porte) = 10 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 13,635 (vp = 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,167	Não rejeitar H ₀
	Teste de <i>Fisher</i>	vp = 0,238	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova
H1B₀: Menos de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, independentemente espécie animal que abatem

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Tabela 15, é possível verificar, que a dimensão da amostra para “animais de grande porte” é igual a 31, contrariamente à “animais de pequeno porte”, que apenas detém 10 respostas. Para verificar a normalidade destas amostras foram aplicados dois testes estatísticos distintos tendo em conta os diferentes dimensionamentos de cada amostra. Dado que o valor de n para “animais de grande porte” é superior a 30 foi possível aplicar o teste paramétrico de *Kolmogorov–Smirnov*, contrariamente à “animais de pequeno porte” que, apenas permitiu a aplicação do teste *Shapiro-Wilk*.

Após efetuar estes testes, verificou-se que se rejeita a hipótese nula da normalidade para ambas as espécies, dado o valor de prova inferior a 0,05, violando assim o primeiro pressuposto para a aplicação dos testes paramétricos.

Ao efetuar o teste de *Levene*, verificou-se que se rejeita a hipótese nula de igualdade das variâncias, uma vez que o valor de prova é inferior a 0,05. Procedeu-se então novamente à aplicação do teste de *Fisher* anteriormente utilizado na hipótese H1B₀. Após a aplicação deste teste, verificou-se que não se rejeita a hipótese nula – menos de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da espécie animal que abatem. Assim, a um nível de significância de 5%, há evidência estatística de que menos de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função da espécie animal que abatem.

1C: Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função do número de colaboradores.

Ainda inerente à primeira pergunta de investigação consoante o número de colaboradores, irá testar-se a seguinte hipótese estatística nula.

H1C₀: Menos de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, independentemente do número de colaboradores.

Na Tabela 16 é possível observar os procedimentos estatísticos para validar esta hipótese em análise. Verifica-se assim que ambas as amostras têm uma dimensão menor que 30, o que indica que se aplica o teste *Shapiro-Wilk* para se verificar a normalidade das mesmas, constatando-se que sendo o valor de prova do teste, em ambas as amostras, inferior a 5%, se rejeita a hipótese nula da normalidade para ambos os casos. Em seguida, para verificar a existência de homogeneidade da variância das amostras foi utilizado o teste de *Levene* que, neste caso, se rejeita a hipótese nula, dado valor de prova inferior a 0,05.

Para testar a hipótese H1C₀, aplicou-se o teste não paramétrico - teste de *Fisher* - que apresentou um valor de prova maior que 0,05, pelo que não se rejeita a hipótese nula, e, por conseguinte, há evidências

estatísticas de que menos de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função do número de colaboradores.

Tabela 16 - Relato da informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, em função do número de colaboradores

Procedimento Estatístico		Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,591; n (até 70 colaboradores) = 28 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,446; n (71 ou mais colaboradores) = 13 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 6,735 (vp = 0,013)	Rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,260	Não rejeitar H ₀
	Teste de <i>Fisher</i>	vp = 0,451	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova
H1C₀: Menos de metade dos matadouros portugueses (50%) relatam informação não financeira em relatórios de sustentabilidade, seguindo as normas GRI, independentemente do número de colaboradores.

Fonte: Elaboração própria

2.3.3.2. Divulgação da informação não financeira por parte dos matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade no website da empresa, em função da localização, dimensão e espécie animal abatida

Partindo agora para a segunda pergunta de investigação e por conseguinte a segunda hipótese de investigação, anteriormente validada, resulta a seguinte hipótese estatística:

2A: A divulgação da informação não financeira por parte dos matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade no website da empresa, em função da localização.

Tendo neste momento já sido validada a hipótese alusiva à divulgação da informação não financeira por parte dos matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade no *website* da empresa, para a amostra na sua totalidade, testa-se esta mesma hipótese consoante a região onde se localiza. Deste modo, a hipótese estatística nula a testar é a seguinte:

H2A₀: Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem a divulgação da informação não financeira (nomeadamente as práticas de responsabilidade social) no website da empresa independentemente da sua localização.

Na Tabela 17 que se segue, é possível observar os procedimentos estatísticos para validar a hipótese estatística H2A₀: Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem divulgação não financeira no website da empresa, independentemente da sua localização.

Tabela 17 - Divulgação da informação não financeira no website da empresa em função da localização

Procedimento Estatístico		Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,842; n (Norte e Centro) = 22 (vp < 0,002)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,601; n (Sul e Ilhas) = 8 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 0,089 (vp = 0,768)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,563	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova

H2A₀ - Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem divulgação da informação não financeira no *website* da empresa, independentemente da sua localização.

Fonte: Elaboração própria

O teste de *Shapiro-Wilk* foi utilizado em ambos os grupos de regiões, dado que a dimensão da amostra é inferior a 30 (Tabela 17). Analisando os valores de prova obtidos apurou-se que em ambas as

amostras, não seguem uma distribuição normal, porque têm um valor de prova inferior a 0,05 e que conseqüentemente leva a que se rejeite nos dois grupos a hipótese nula.

Após a verificação da normalidade, realizou-se o teste de *Levene* para se averiguar se existe homogeneidade das variâncias nas variáveis. Uma vez que o valor de prova obtido, através deste teste é superior a 0,05, conclui-se que não se rejeita a hipótese nula.

Para testar a hipótese H_{2A_0} , aplicou-se o teste de Qui – Quadrado de *Pearson*, sendo o valor de prova maior que $\alpha=5\%$, pelo que não se rejeita a hipótese nula - os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem divulgação da informação não financeira no *website* da empresa, independentemente da sua localização.

2B: A divulgação da informação não financeira por parte dos matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade no website da empresa, em função da espécie animal que abatem.

Partindo para a hipótese intrínseca à segunda pergunta de investigação em função da espécie animal que abatem, pretende-se testar a seguinte hipótese estatística nula:

H_{2B_0} : Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem a divulgação da informação não financeira no *website* da empresa independentemente da espécie animal que abatem. Na Tabela 18 é possível observar os procedimentos estatísticos para validar esta hipótese. Aplicou-se o teste *Shapiro-Wilk*, em ambas as amostras inerentes aos portes dos animais abatidos, tendo em conta que a dimensão das duas amostras, apresentam valores seus valores inferiores a 30. Coincidentemente, verificou-se que, para ambos os casos, rejeita-se a hipótese nula da normalidade, dado que o valor de prova é inferior a 0,05. Depois de verificada a normalidade, recorreu-se ao teste de *Levene* para testar a homogeneidade da variância das amostras. comprovou-se que se rejeita a hipótese nula, uma vez que o valor de prova nesta situação é inferior a 5%.

Tabela 18 - Divulgação informação não financeira no website da empresa, em função da espécie animal que abatem

	Procedimento Estatístico	Resultado Estatístico	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,860; n (animais de grande porte) = 21 (vp < 0,006)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,390; n (animais de pequeno porte) = 9 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 8,471 (vp = 0,007)	Rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,170	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova
H2B₀: Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem a divulgação da informação não financeira no *website* da empresa independentemente da espécie animal que abatem.

Fonte: Elaboração própria

Por fim, para testar a hipótese em estudo, recorreu-se à aplicação do teste de Qui – Quadrado de *Pearson*, que evidenciou a decisão de não rejeitar a hipótese nula – os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem divulgação não financeira no *website* da empresa, tendo em conta a espécie animal que abatem

2C: A divulgação do relato não financeiro por parte dos matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, é efetuada no website da empresa, em função da dimensão.

Ainda em relação à segunda pergunta de investigação, pretende-se testar se a dimensão (medida pelo número de colaboradores) influencia a divulgação da informação não financeira, procura-se testar a seguinte hipótese estatística nula:

H2C₀: Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem a divulgação não financeira no website da empresa independentemente da dimensão.

Na Tabela 19 que se segue, é possível observar os procedimentos estatísticos para validar a Hipótese H2C₀.

Tabela 19 - Divulgação da informação não financeira no website da empresa, por parte dos matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, em função da dimensão

	Procedimento Estatístico	Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,812; n (até 70 colaboradores) = 19 (vp < 0,002)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,795; n (71 ou mais colaboradores) = 11 (vp < 0,008)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 3,310 (vp = 0,080)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,551	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova
H2B₀: Os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem a divulgação da informação não financeira no website da empresa independentemente da dimensão.

Fonte: Elaboração própria

Dado que a dimensão da amostra para ambos os grupos de dimensão dos colaboradores é inferior a 30 inquiridos, aplicou-se o teste *Shapiro-Wilk*. Como está evidenciado na Tabela 19 a hipótese nula da normalidade é rejeitada em ambos os grupos, visto que o valor de prova obtido é inferior a 0,05 pelo que a distribuição para ambos os grupos não é normal. Por meio do teste de *Levene*, aferiu-se que não se rejeita a hipótese nula (valor de prova = 0,080 > α = 5%). Para verificar se a hipótese em estudo deve ser refutada ou não, recorreu-se à aplicação teste de Qui – Quadrado de *Pearson*, que indicou que não se deve rejeitar a hipótese nula – os matadouros que não fazem relatórios de sustentabilidade divulgam a informação não financeiro no website da empresa, independentemente do número de colaboradores. Assim, a um nível de significância de 5%, não há evidência estatística de que os matadouros que não elaboram relatórios de sustentabilidade, fazem a divulgação não financeira no website da empresa consoante o número de colaboradores.

2.3.3.3. Atribuição de importância globalmente a todas as dimensões, em função da localização, dimensão e espécie animal abatida

3A: Atribuição de importância globalmente a todas as dimensões em função da localização.

Em conformidade com a linha de raciocínio seguida até ao momento, após validada a hipótese inerente à terceira pergunta de investigação relativa à atribuição de importância a todas as dimensões (económica, ambiental e social), para a amostra na sua globalidade, testa-se esta mesma hipótese em função da região em que se localizam. Desta forma, a hipótese estatística nula a testar é a seguinte:

H3A₀: Os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões, independentemente da localização.

Na Tabela 20, apresenta-se os procedimentos estatísticos para validar a Hipótese H3A₀.

Tabela 20 - Atribuição de importância a todas as dimensões em função da localização

Procedimento Estatístico		Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,608; n (Norte e Centro) = 28 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,592 n (Sul e Ilhas) = 13 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 0,407 (vp = 0,527)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,045	Rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova

H3A₀: Os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões, independentemente da localização.

Fonte: Elaboração própria

Atendendo à Tabela 20, é possível verificar, que ambas as amostras possuem uma dimensão inferior a 30, o que possibilita a aplicação do teste *Shapiro-Wilk* para se averiguar a normalidade destas. Após efetuar este teste, constatou-se que ambas os grupos não seguem distribuições normais dado que o valor de prova é inferior a 0,05, transgredindo assim, o primeiro pressuposto para a aplicação dos testes paramétricos. Em seguida, para verificar a existência de homogeneidade da variância das amostras foi utilizado o teste de *Levene* que, neste caso, não se rejeita a hipótese nula, dado valor de prova superior a 0,05. Deste modo, terá de se proceder à aplicação do teste não paramétrico do Qui – Quadrado de *Pearson*. Após a aplicação deste teste, verificou-se que o valor de prova é inferior que $\alpha=5\%$, pelo que se rejeita a hipótese nula - não há evidências estatísticas de que os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões, independentemente da região em que se localizam.

3B: Atribuição de importância a todas as dimensões em função da espécie animal que abatem.

De modo a testar a hipótese correlacionada com a terceira pergunta de investigação, em função da espécie animal que abatem, apresenta-se a seguinte hipótese estatística nula a testar:

H3B₀: Os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões, independentemente da espécie animal que abatem.

Na Tabela 21 que se segue é possível observar os procedimentos estatísticos para validar esta hipótese.

Tabela 21 - Atribuição de importância a todas as dimensões em função da espécie animal que abatem

	Procedimento Estatístico	Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Kolmogorov-Smirnov</i>	ET = 0,362; n (animais de grande porte) = 31 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,655; n (animais de pequeno porte) = 10 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 0,090 (vp = 0,766)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,790	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova

H3B₀: Os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões, independentemente da espécie animal que abatem.

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Tabela 21, é possível verificar, que a dimensão da amostra para “animais de grande porte” é igual a 31, contrariamente à “animais de pequeno porte”, que apenas é de 10 respostas. De forma a testar a normalidade de ambos os grupos, foram aplicados dois testes estatísticos distintos tendo em conta os diferentes dimensionamentos apresentados. Tendo em conta que o valor dos “animais de grande porte” (n=31), foi possível aplicar o teste de *Kolmogorov-Smirnov*, ao contrário do grupo “animais de pequeno porte” que, apenas permitiu a aplicação do teste *Shapiro-Wilk* (n=10). Depois de aplicados os testes, constatou-se que se rejeita a hipótese nula da normalidade para ambos os casos, uma vez que, o valor de prova é inferior a 0,05, violando assim o primeiro pressuposto para a aplicação dos testes paramétricos.

Ao executar o teste para a verificação da homogeneidade das variâncias – teste de *Levene*, verificou-se que não se rejeita a hipótese nula, uma vez que o valor de prova é superior a 0,05. De seguida, foi aplicado o teste do Qui – Quadrado de *Pearson* para testar a hipótese em análise. Após a aplicação deste, observou-se que se não rejeita a hipótese nula – os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões, consoante as espécies que abatem.

3C: Atribuição de importância a todas as dimensões da RSC, em função da dimensão

Tendo por base a hipótese estatística inerente à terceira pergunta de investigação em função do número de colaboradores (dimensão), procura-se testar-se a seguinte hipótese nula estatística:

H3C₀: Os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões da RSE, independentemente da dimensão destes.

A Tabela 22 apresenta os procedimentos estatísticos para validação da hipótese H3C₀.

Tabela 22 - Atribuição de importância a todas as dimensões em função do número de colaboradores

Procedimento Estatístico		Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,639; n (até 70 colaboradores) = 28 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,628; n (71 ou mais colaboradores) = 13 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 1,498 (vp = 0,228)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,491	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova

H3C₀: Os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões da responsabilidade social empresarial, independentemente da dimensão.

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à Tabela 22, é possível verificar que ambas as amostras têm uma dimensão inferior a 30, o que permite a aplicação do teste de *Shapiro-Wilk* para se testar a normalidade das mesmas. Após a aplicação do teste, verificou-se que o valor de prova do teste, em ambas as amostras, inferior a 5%, pelo que se rejeita a hipótese nula da normalidade em ambas as situações.

De forma a verificar a existência de homogeneidade da variância das amostras recorreu-se ao teste de *Levene* que, neste caso em específico, comprova que não se rejeite a hipótese nula, tendo em vista que o valor de prova gerado é superior a 0,05.

Para validar a hipótese H3C₀, aplicou-se o teste do Qui – Quadrado de *Pearson* que exibiu um valor de prova superior a $\alpha=5\%$, pelo que não se rejeita a hipótese nula, e, por conseguinte, há evidências estatísticas de que os matadouros portugueses atribuem pouca ou nenhuma importância a todas as dimensões, independentemente do número de colaboradores.

2.3.3.4. Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da localização, dimensão e espécie animal abatida

4A: Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da região em que se localizam.

Após validada a hipótese relativa à importância global atribuída do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, para a amostra na sua globalidade, relativa à quarta e última pergunta de investigação, irá testar-se esta mesma hipótese em função da localização. Neste sentido, apresenta-se a hipótese estatística nula a ser testada:

H4A₀: Os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, independentemente localização.

Na Tabela 23 é possível verificar os procedimentos estatísticos inerentes à hipótese H4A₀.

Tabela 23 - Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da localização

	Procedimento Estatístico	Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,639; n (Norte e Centro) = 28 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,809; n (Sul e Ilhas) = 13 (vp < 0,009)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 1,659 (vp = 0,205)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,101	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova

H4A₀: Os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, independentemente da localização destes.

Fonte: Elaboração própria

Através da Tabela 23 é possível observar que a dimensão dos dois grupos é inferior a 30, pelo que se aplicou o teste de *Shapiro-Wilk*, verificando-se após a aplicação deste teste que ambos os grupos, não seguem uma distribuição normal, uma vez que apresentam valores de prova inferiores a 5%.

De seguida realizou-se o teste de *Levene* para averiguar se existe homogeneidade das variâncias nas variáveis. Dado valor de prova obtido ser superior a 0,05, conclui-se que se não se rejeita a hipótese nula de igualdade das variâncias. De forma a efetuar a verificação da hipótese H4A₀ foi aplicado o teste não paramétrico do Qui – Quadrado de *Pearson*. Após a aplicação deste, verificou-se que o valor de

prova é maior que $\alpha=5\%$, pelo que não se rejeita a hipótese nula em que os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, independentemente da localização.

4B: Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da espécie animal que abatem.

Em relação à quarta pergunta de investigação, pretende-se testar a seguinte hipótese estatística nula:

H4B₀: Os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, independentemente da espécie animal que abatem.

Na Tabela 24 apresentados os procedimentos estatísticos para a validação da Hipótese H4B₀.

Tabela 24 - Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da espécie animal que abatem

	Procedimento Estatístico	Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Kolmogorov-Smirnov</i>	ET = 0,346; n (animais de grande porte) = 31 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,833; n (animais de pequeno porte) = 10 (vp < 0,036)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 0,243 (vp = 0,625)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,031	Rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova

H4B₀: Os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, independentemente da espécie que abatem.

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Tabela 24, é possível verificar, que a dimensão da amostra para “animais de grande porte” é igual a 31, contrariamente à “animais de pequeno porte”, que apenas detém 10 respostas. Para verificar a normalidade destas amostras foram aplicados dois testes estatísticos distintos tendo em conta os diferentes dimensionamentos de cada amostra. Dado que o valor de n para “animais de grande porte” é superior a 30 foi possível aplicar o teste de *Kolmogorov-Smirnov*, contrariamente à “animais de pequeno porte” que, apenas permitiu a aplicação do teste *Shapiro-Wilk*.

Posteriormente, de forma a verificar a existência de homogeneidade da variância das amostras foi aplicado o teste de *Levene* que, neste caso, induz a que não se rejeite a hipótese nula, dado valor de prova superior a 0,05. Por fim de forma a verificar a hipótese em estudo, recorreu-se à aplicação do teste do Qui – Quadrado de *Pearson*, onde se constatou sendo o valor de prova inferior a $\alpha=5\%$, se rejeita a hipótese nula de que existem evidências estatísticas, ao nível de significância de 0,05, para

afirmar que os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da espécie animal que abatem.

4C: Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da dimensão.

De forma a concluir esta análise inerente à quarta pergunta de investigação e deste estudo, consoante o número de colaboradores (dimensão), irá testar-se a seguinte hipótese estatística nula.

H4C₀: Os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, independentemente da dimensão.

A Tabela 25, evidencia os procedimentos estatísticos intrínsecos à hipótese em análise.

Tabela 25 - Importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da dimensão

Procedimento Estatístico		Resultado do teste	Decisão
Verificação da normalidade	Teste <i>Shapiro-Wilk</i>	ET = 0,720; n (até 70 colaboradores) = 28 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
		ET = 0,709; n (71 ou mais colaboradores) = 13 (vp < 0,001)	Rejeitar H ₀
Verificação da homogeneidade	Teste de <i>Levene</i>	ET = 0,591 (vp = 0,447)	Não rejeitar H ₀
Verificação da hipótese	Teste de Qui – Quadrado de <i>Pearson</i>	vp = 0,283	Não rejeitar H ₀

Nota: ET- estatística de teste; n – dimensão da amostra; vp – valor de prova

H4C₀: Os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, independentemente da dimensão.

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à Tabela 25 verifica-se que ambas as amostras possuem um n inferior a 30, que se aplica o teste *Shapiro-Wilk* para averiguar a normalidade das mesmas. Dado que o valor de prova do teste, nas duas situações é inferior a 5%, é possível constatar que estes grupos não possuem uma distribuição normal e leva a que se rejeite a hipótese nula. De forma a verificar a existência de homogeneidade das amostras recorreu-se ao teste de *Levene* que, neste caso, concluiu que não se rejeita a hipótese nula, sendo o valor de prova maior que 0,05. De forma a testar a hipótese H4C₀, foi aplicado o teste de Qui – Quadrado de *Pearson*, que exibiu um valor de prova maior que 0,05, pelo que não se rejeita a hipótese nula, e, por conseguinte, os matadouros portugueses não consideram globalmente importante o reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, independentemente da dimensão.

Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras

O conceito de RS embora já venha a ser estudado desde a década de 1953, segundo Carrol (1999), ainda não existe uma definição universal que lhe possa ser atribuída. Não obstante este facto, o seu grau de relevância tem vindo a aumentar de forma significativa nos últimos anos, atendendo à consciencialização das empresas no que diz respeito aos seus impactos na sociedade e as vantagens competitivas nos aspetos, económicos, sociais e ambientais que lhes confere.

De facto, as práticas de RSE encontram-se bastante presentes a nível europeu como se verificou nos artigos consultados ao longo da pesquisa efetuada para este trabalho, assim como a necessidade de divulgação e relato não financeiro, maioritariamente efetuada através da publicação de relatórios de sustentabilidade. Tendo em vista os objetivos e a pergunta de investigação delineada para este estudo a que se procurou dar resposta, verificou-se que infelizmente, esta temática ainda terá um longo caminho a percorrer a nível nacional, mais especificamente em empresas direcionadas a abate de animais (matadouros), não só por apenas 11 dos 41 matadouros que integraram no estudo, afirmarem que divulgam e relatam relatórios de informação não financeira, mas também por não existir qualquer obrigatoriedade legal para a realização deste tipo de relato.

De forma a dar resposta às perguntas de investigação deste estudo, verificou-se que apenas uma minoria dos matadouros inquiridos (26,8%), adotam e reportam políticas e práticas de RS sustentabilidade. Ainda inerente a esta questão, foi possível constatar que a maior parte do reporte é efetuado maioritariamente por meio de Relatórios Anuais, Relatórios Únicos e Relatórios Financeiros.

No que diz respeito ao sistema normativo que usam como linha orientadora, as respostas obtidas variaram, dado que a grande maioria afirma que não utiliza nenhum em específico. Por fim, existem matadouros que admitem que recorrem às Normas da GRI, à Norma Portuguesa 26000 e ainda ao Sistema de Gestão de Unidades Local. De forma a dar resposta à última pergunta de investigação contactou-se que, embora não sejam todos os matadouros a elaborar relatórios não financeiros, todos eles têm como importante as temáticas da RSE (3,41) e as respetivas dimensões económicas, ambientais e sociais (3,54) dada a média global obtida (3,48) na escala de *Likert*.

Depois de devidamente testados e analisados todos os resultados obtidos, observou-se que há evidencia estatística que a grande maioria dos matadouros portugueses, consideram importante a temática de políticas de sustentabilidade/práticas de RS assim como todas as dimensões (económica, ambiental e social) presentes num matadouro, utilizando uma escala de *Likert* de quatro pontos. Relativamente à análise da inferência estatística, depois de devidamente enunciadas e testadas as doze hipóteses estatísticas, conclui-se que se consideram validadas apenas as que dizem respeito à atribuição de importância a todas as dimensões em função da região em que se localizam (H3A) e na

importância global do reporte das políticas e práticas de RSE e de sustentabilidade, em função da espécie animal que abatem.

Deste modo, após a devida verificação de cada uma das hipóteses validadas é possível afirmar que, a um nível de significância de 5%, há evidência estatística de que existe distinção os matadouros atribuem importância ou muita importância a todas as dimensões (económica, ambiental e social) em função da região em que se localizam e que atribuem importância às temáticas das políticas de sustentabilidade/práticas de RS, em função da espécie animal que abatem.

Embora os resultados obtidos não sejam os mais animadores, tendo em conta o rápido avanço da tecnologia e as crescentes necessidades da sociedade, importa ressaltar que através deste estudo, foi dada a conhecer, uma parte da realidade vivida nas empresas portuguesas no ramo alimentar. É nítida alguma resistência perante a aceitação e o acolhimento destes temas nas suas políticas, seja por receio “do desconhecido” ou pelas medidas e recursos que estas implementações requerem e que nem sempre são as mais acessíveis para garantir a sua aplicação.

Ao longo deste estudo encontraram-se alguns obstáculos, nomeadamente na revisão de literatura. Atendendo à temática selecionada e ao vasto e heterogéneo número de artigos e informações existente, foi difícil conseguir efetuar a seleção das informações mais adequadas e oportunas para este estudo. Importa ainda salientar que foram muito poucos os estudos encontrados neste âmbito, aplicados a empresas do ramo alimentar e em Portugal de modo geral. No que respeita às limitações alusivas à parte da recolha dos dados, destaca-se o facto de a amostra na qual foi incidido o estudo ter um número reduzido de indivíduos, que em parte, condicionou uma análise mais diversificada dos resultados. Para além disto, realça-se alguma dificuldade durante a aplicação do questionário utilizado neste estudo, não só em conseguir evitar com que os matadouros não sentissem alguma relutância e receio enquanto respondiam ao mesmo. Outra limitação encontrada, observou-se nos casos onde se verificou alguma indisponibilidade por parte das empresas para o preenchimento do questionário assim como o desconhecimento do tema por parte das mesmas, que poderá suscitar dúvidas inerentes à fiabilidade e garantia das respostas obtidas.

Para investigações futuras sugere-se a aplicação da mesma temática e metodologia escolhida para este estudo, não só a outras empresas do ramo alimentar, como a empresas que estejam e se sintam predispostas a terem um conhecimento mais profundo e verídico da situação em que se encontram no que consente aos seus compromissos com a sustentabilidade.

Referências

- AccountAbility (Ed.). (2008). AA1000 Accountability Principles Standard. (pp. 1-21). Accountability . Retrieved from <https://www.mas-business.com/docs/AA1000APS%202008%20Final.pdf>
- Accountability (Ed.). (2018). AA1000 Princípios da Accountability ., (pp. 1- 40). Retrieved from <https://www.accountability.org/static/c47fb374007908079700c582a09063ab/aa1000ap2018-portuguese.pdf>
- Agudelo, M. A., & Davídsdóttir, B. (2019). A literature review of the history and evolution of corporate social responsibility. *International Journal of Corporate Social Responsibility*, 4(1), 1-23 . doi:10.1186/s40991-018-0039-y
- András, I., & Rajcsányi-Molnár. (2015). The evolution of CSR and its reception in postsocialist environments: the case of hungary. *Journal of Environmental Sustainability*, 4(4), 1-18. Retrieved from <https://scholarworks.rit.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&>
- Argodoña, A. (1998). The stakeholders Theory and the common good. *Journal of Business Ethics*, 17 (10): 1093-1102. doi:10.1023/A:1006075517423
- Associação Portuguesa de Ética Empresarial. (n.d.). Introdução ao reporte não financeiro. Brochura informativa. 1-26. Retrieved from <https://pmesustentavel.apee.pt/media/oqgd22tx/brochura-informa%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-financeira-compressed.pdf>
- Ayuso, S., Roca, M., & Colomé, R. (2013). SMEs as “transmitters” of CSR requirements in the supply chain. *Supply Chain Management: An International Journal*, 18(5), 497–508 . doi:10.1108/SCM-04-2012-0152 .
- Azevedo, G., & Tavares, M. (2020). Os desafios dos relatórios de sustentabilidadeGRI na pressecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável. *Revista Contabilista*, (239), 26- 30. Retrieved from <https://pt.calameo.com/read/000324981758d4a849559>
- Banco de Portugal. (04 de outubro de 2023). Retrieved from <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>
- Barth, M. E., Cahan, S. F., Chen, L., & Venter, E. R. (2017). The economic consequences associated with integrated report quality: Capital market and real effects. *Accounting, Organizations and Society*(62), 43-64. doi:10.1016/j.aos.2017.08.005
- BCSD. (2021). Objetivos de desenvolvimento sustentável e o BCSC Portugal. Retrieved from <https://www.ods.pt/>
- Bowman, E. H., & Haire, M. (1976). Social impact disclosure and corporate annual reports. , 1(1), 11– 21 . doi:10.1016/0361-3682(76)90004-0.
- Buyse, K., & Verbeke, A. (2003). Proactive environmental strategies: a stakeholder management perspective. *Strategic Management Journal*, 24 (5): 453- 470. doi:10.1002/smj.299
- Carreira, F., & Amaral, A. (2013). O Reconhecimento da Responsabilidade Social. Retrieved from <https://www.occ.pt/news/comcontabaudit/pdf/98.pdf>
- Carroll, A. (1979). A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *The Academy of Management Review*, 4(4), 497–505. doi:10.2307/257850

- Carroll, A. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. , 34(4), 0–48. doi:10.1016/0007-6813(91)90005-g
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.
doi:https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/000765039903800303
- Carroll, A. B. (2008). History of Corporate Social Responsibility: Concepts and Practices. *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*. Oxford: Oxford University Press .
doi:10.1093/oxfordhb/9780199211593.003.0002
- Carroll, A. B. (2015). Corporate social responsibility: The centerpiece of competing and complementary frameworks. *Organizational Dynamics*, 44(2), 87–96.
doi:https://doi.org/10.1016/j.orgdyn.2015.02.002.
- Carroll, A. B., & Shabana, K. M. (2010). The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice . *International Journal of Management Reviews*, 12 (1): 85-105 . doi:10.1111/j.1468-2370.2009.00275.x
- Caseirão, M. R. (2012). Responsabilidade Social Empresarial. Revista OTOC nº 147. Retrieved from <https://www.calameo.com/read/000324981d217b7006060>
- Chen, D. M., Tucker, B., Badami, M. G., Ramankutty, N., & Rhemtulla, J. M. (2016). A multi-dimensional metric for facilitating sustainable food choices in campus cafeterias. *Journal of cleaner production*, 135, 1351-1362. doi:10.1016/j.jclepro.2016.06.143
- Chih, H., Chih, H. H., & Chen, T. Y. (2010). On the determinants of corporate social responsibility: international evidence on the financial industry . *Journal of Business Ethics*, 93 (1), 115-135. doi:http://dx.doi.org/10.1007/ s10551-009-0186-x
- Comissão das Comunidades Europeias, (. (2001). *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas.*, (pp. 1-36). Bruxelas. Retrieved from https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/empl/20020416/doc05a_pt.pdf
- Comissão das Comunidades Europeias, (. (2002). Comunicação da Comissão relativa à Responsabilidade Social das Empresas: um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável., (pp. 1-26). Bruxelas. Retrieved from <https://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52002DC0347&fro>
- Comité para o Desenvolvimento Económico. (1971). Social responsibilities of business corporations. New York: Author. Retrieved from https://www.ced.org/pdf/Social_Responsibilities_of_Business_Corporations.pdf
- Dahlsrud, A. (2008). How Corporate Social Responsibility is Defined : an Analysis of 37 Definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1–13. doi:10.1002/csr.132
- Davis, K. (1973). The Case for and Against Business Assumption of Social Responsibilities. *Academy of Management Journal*, 16(2), 312–322. doi:doi:10.2307/255331
- Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de Setembro. *Diário da República*. (20 de março de 2023). Retrieved from https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=1&artigo_id=&nid=524&pagina=1&tabela=leis&nversao=&so_miolo=

- Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de Julho. Diário da República. (20 de março de 2023). Retrieved from https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2726&pagina=1&ficha=1*
- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *The Academy of Management Review, 20(1)*, 65–91. doi:<https://doi.org/10.2307/258887>
- Duarte, M., Jesus, T., Silva, J., & Pinheiro, P. (2012). O sistema de normalização contabilística (português) e a divulgação da responsabilidade social e ambiental das empresas (RSAE). *XV Encontro da AECA*, 1-20. Retrieved from <https://www.aeca1.org/xvencuentroaeca/cd/102h.pdf>
- Elkington, J. (1994). Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development. *California Management Review, 36(2)*, 90-100. doi:<http://dx.doi.org/10.2307/41165746>
- Etter, M. (2013). Reasons for low levels of interactivity (Non-) interactive CSR communication in twitter. *Public Relations Review 39(5)*, 606-608. doi:<https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.06.003>.
- Faria, M. (2015). Perspetivas sobre relato integrado. *Revista TOC, 182*, 66-70. Retrieved from <https://www.calameo.com/read/0003249819b1d7fc8448b>
- Faria, M. (2018a). O relato da informação financeira de responsabilidade social como contributo para a performance das empresas portuguesas. *Gestão & Produção, 25(4)*, 866–887. doi:[10.1590/0104-530x3342-18](https://doi.org/10.1590/0104-530x3342-18)
- Ferreira, A. M. (2017). Estratégias de legitimidade da tipologia de Suchman: Análise dos relatórios de sustentabilidade da Samarco. Universidade Federal de Goiás. pp. 1-31. Retrieved from https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviica/finais_site/285.pdf
- Frederick, W. C. (2008). Corporate social responsibility: deep roots, flourishing growth, promising future. (A. Crane, D. Matten, A. McWilliams, J. Moon, & D. S. Siegel, Eds.) *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility. Oxford University Press*, 522–531. doi:[10.1093/oxfordhb/9780199211593.003.0023](https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199211593.003.0023).
- Freeman, R. (2010). Strategic Management: A Stakeholder Approach. *Cambridge: Cambridge University Press*. doi:[10.1017/CBO9781139192675](https://doi.org/10.1017/CBO9781139192675)
- Friedman, M. (1982). Capitalism and Freedom. *The University of Chicago Press*. Retrieved from <http://pombo.free.fr/friedman2002.pdf>
- Garcia, R., Peleias, I. R., & Peters, M. S. (2014). A Teoria da Legitimidade e as Práticas de Evidenciação da Norma ISO 14001 por Empresas Brasileiras. XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade. Retrieved from <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos142014/255.pdf>
- Garriga, E., & Melé, D. (2004). Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics, 53(1/2)*, 51–71. doi:[10.1023/b:busi.0000039399.90587.34](https://doi.org/10.1023/b:busi.0000039399.90587.34)
- Geerts, M., & Dooms, M. (2020). Sustainability Reporting for Inland Port Managing Bodies: A Stakeholder-Based View on Materiality. *Sustainability, 12(5)*: 1726. doi:[10.3390/su12051726](https://doi.org/10.3390/su12051726)
- Geva, A. (2008). Three Models of Corporate Social Responsibility: Interrelationships between Theory, Research, and Practice. *Journal of Business Ethics, 113(1)*, 1–41. doi:[10.1111/j.1467-8594.2008.00311.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-8594.2008.00311.x)

- Global Reporting Initiative. (2021). GRI 1: Foundation 2021. Retrieved from <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>
- Global Reporting Initiative. (n.d.). GRI standards by language. Retrieved from <https://www.globalreporting.org/standards/download-the-standards/>
- Global Reporting Initiative. 101. (2016). GRI 101: Foundation. Retrieved from <https://www.globalreporting.org/standards/media/1036/gri-101-foundation-2016.pdf>
- Godfrey, P. Hatch, N. (2007). Researching corporate social responsibility: An agenda for the 21st Century. *Journal of Business Ethics*, 70, 87–98 . doi:<https://doi.org/10.1007/s10551-006-9080-y>
- Gray, R. O., & Maunders, K. (1988). Corporate Social Reporting: Emerging Trends in Accountability and the Social Contract. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 1(1), 6–20. doi:10.1108/EUM000000004617
- GRI - Global Reporting Initiative. (2023, março 27). Retrieved from <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>
- Hartmann, M., Heinen, S., Melis, S., & Simons, J. (2013). Consumers' awareness of CSR in the German pork industry. *British Food Journal*, 115(1), 124–141. doi:10.1108/00070701311289911
- He, M., Yu, W., & Han, X. (2022). Bibliometric Review on Corporate Social Responsibility of the Food Industry. *Journal of Food Quality*, 1–14. doi:<https://doi.org/10.1155/2022/7858396>
- Heikkurinen, P., & Forsman-Hugg, S. (2011). Strategic corporate responsibility in the food chain. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 18(5), 306–316. doi:10.1002/csr.257
- Heikkurinen, P., Jalkanen, L., Järvelä, K., Järvinen, M., Katajajuuri, J.-M., Koistinen, L., & Forsman-Hugg, S. (2012). Corporate Responsibility in the Food Chain: The Criteria and Indicators. *Proceedings in Food System Dynamics*. Retrieved from <http://centmapress.ilb.uni-bonn.de/ojs/index.php/proceedings/article/view/1247/247>
- Hemingway, C., & Maclagan, P. (2004). Managers' Personal Values as Drivers of Corporate Social Responsibility. , 50(1), 33–44. doi:10.1023/b:busi.0000020964.80208.c9
- IIRC - International Integrated Reporting Council. (2023, março 24). Retrieved from <https://www.integratedreporting.org/FAQS/>
- Inácio, M., Fonte, M., & Gouveia, T. (2012). Responsabilidade Social e as Empresas do futuro. *Revista Marketeer – Estratégia, Marketing e Negócio*, nº187. Retrieved from <https://marketeer.sapo.pt/responsabilidade-social-e-as-empresas-do-futuro/>
- INE - Instituto Nacional de Estatística, *Statistics Portugal*. (09 de junho de 2023). Retrieved from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=Com%C3%A9rcio+Internacional&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&
- International Federation of Accountants. (2018). Long term value creation through integrated reporting. *Questions and Answers for Professional Accountancy Organizations*, 1-19. Retrieved from <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/IFAC-IR-QA-February-2018.p>

- ISO - International Organization for Standardization. (2023, fevereiro 27). Retrieved from www.iso.org
- ISO26000. (2010). Discovering ISO 26000 International Organization for Standardization., (pp. 1-8). Retrieved from <https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/store/en/PUB100258.pdf>
- ISO26000. (2014). GRI G4 Guidelines and ISO 26000:2010 How to use the GRI G4 Guidelines and ISO 26000 in conjunction.Global Reporting; ISO., (pp. 1-44). Retrieved from https://www.iso.org/files/live/sites/isoorg/files/archive/pdf/en/iso-gri-26000_2014-01-28.pdf
- Jamali, D. (2008). A Stakeholder Approach to Corporate Social Responsibility: A Fresh Perspective into Theory and Practice. *Journal of Business Ethics*, 82 (1) , 213-231. doi:10.1007/s10551-007-9572-4
- Lázaro, L. L., & Gremaud, A. P. (2016). A responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na América Latina: Brasil e México. *Revista Administração UFSM*, 9 (1), 138-155. doi:10.5902/19834659.12279
- Lee, M. (2008). A review of the theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews*, 10(1): 53-73 . doi:10.1111/j.1468-2370.2007.00226.x
- Levitt, T. (1958). The dangers of social responsibility. *Harvard Business Review*, 36: 41- 50. Retrieved from <http://57ef850e78feaed47e423eada556f2c82b951c467be415f62411.r9.cf2.rackcdn.com/Levitt-1958-TheDangersofSR.pdf>
- Limberger, S., Heenmann, A., Vianna, W. B., & Ré, C. A. (2007). A liderança Globalmente Responsável Promovendo o Desenvolvimento Sustentável. Retrieved from <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/45769/35218>
- McGuire, J. A., Sundgren., & Schneeweis., T. (1988). Corporate Social Responsibility and Firm Financial Performance. *Academy of Management Journal*, 31 (4): 854-872. doi:http://dx.doi.org/10.2307/256342
- Ministério.dos.Negócios.Estrangeiros. (2017). Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Retrieved from https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf
- Moura Leite, R. C., & Padgett, R. C. (2011). Historical background of corporate social responsibility . *Social Responsibility Journal*, 7(4): 528-539 . doi:10.1108/17471111111117511
- Murray, L., & Hazlett, S. (2007). From quality management to socially responsible organisations: the case for CSR. *International Journal of Quality & Reliability Management*, 24(7), 669–682 . doi:10.1108/02656710710774665
- Okoye, A. (2009). Theorising Corporate Social Responsibility as an Essentially Contested Concept: Is a Definition Necessary? . *Journal of Business Ethics*, 89(4), 613–627. doi:10.1007/s10551-008-0021-9
- ONU. (2021). Objetivos de desenvolvimento sustentável. Retrieved from <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- Perrini, F. (2006). SMEs and CSR Theory: Evidence and Implications from an Italian Perspective. , 67(3), 305–316. doi:10.1007/s10551-006-9186-2

- Pwc. (2017). Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não financeiro. Retrieved from <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf>
- Ramalho, J. E., Patraquim, P., & Pinto, V. B. (2009). A Normalização na Responsabilidade Social das organizações. Perspetiva Internacional e o caso Português. *Responsabilidade Social das Organizações, cadernos da sociedade e trabalho*(11), 325-343. Retrieved from <http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/55251/cst11.pdf/49f01e57-6584-4464-84df-06856413cccc>
- Rego, A., Cunha, M. P., Costa, N. G., Gonçalves, H., & Cardoso, C. C. (2007). *Gestão Ética e Socialmente Responsável*. Lisboa: Editora RH.
- Santamaria, R., Paolone, F., Cucari, N., & Dezi, L. (2021). Non-financial strategy disclosure and environmental, social and governance score: Insight from a configurational approach. *Business Strategy and the Environment*, 30(4), 1993- 2007. doi:10.1002/bse.2728
- Sauerbronn, F., & Faria, A. (2008). A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *Revista de Administração Pública*, 42(1): 07-33. Retrieved from <https://www.scielo.br/j/rap/a/L8QTLtdJhKwzBgzPzBHv69h/?lang=pt&format=pdf>
- Schwartz, M., & Carroll, A. (2003). Corporate Social Responsibility: A ThreeDomain Approach. *Business Ethics Quarterly*, 13(4), 503-530. doi:10.2307/3857969.
- SGS - *Société Générale de Surveillance*. (2023, março 01). Retrieved from <https://www.sgs.pt/>
- Silva, E., Minciotti, S., & Gil, A. C. (2013, Abril/Junho). Resgatando o Conceito de Marketing Social. *APGS - Administração Pública e Gestão Social*, 5(2). doi:10.21118/apgs.v5i2.492
- Silva, S. (novembro de 2022) A materialidade na informação não financeira nas maiores PMEs portuguesas (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal) Obtido de: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/43376>
- SIRCA - *Sistema de Recolha de Cadáveres de Animais*. (09 de junho de 2023). Retrieved from <https://www.dgav.pt/animais/conteudo/animais-de-producao/bovinos/sirca-recolha-de-cadaveres/>
- Škare, M., & Golja, T. (2014). The impact of government CSR supporting policies on economic growth. *Journal of Policy Modeling*, 36(3), 562–577. doi:10.1016/j.jpolmod.2014.01.008
- Snider, J., Hill, R. P., & Martin, D. (2003). Corporate Social Responsibility in the 21st Century: A View from the World's Most Successful Firms. , 48(2), 175–187. doi:10.1023/b:busi.0000004606.29523.db
- Sobral, S., Passos, C., & Ribeiro, C. (2021). Responsabilidade social das organizações: uma revisão aos principais modelos. *Gestão e Desenvolvimento* (29), 261-290. doi:<https://doi.org/10.34632/gestaoedesenvolvimento.2021.10033>
- Social Accountability International (SAI). (2014). *Social Accountability 8000*, SAI, pp. 1-17. Retrieved from https://sa-intl.org/wp-content/uploads/2020/01/SA8000-2014_Portuguese.pdf
- Social, A. (2014). Social Accountability 8000. SAI, 1-17 . Retrieved from https://sa-intl.org/wp-content/uploads/2020/01/SA8000-2014_Portuguese.pdf
- Su, F., Song, N., Shang, H., & Fahad, S. (2022). The impact of economic policy uncertainty on corporate social responsibility: A new evidence from food industry in China. *PLOS ONE* 17(6): e0269165. doi:<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0269165>

- Suchman, M. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. doi:10.2307/258788
- Tavares, M., & Azevedo, G. (2018, julho). Relatório Integrado: o futuro? Uma oportunidade ou uma miragem? . *Revista Contabilista*, 220 , 33-38. Retrieved from <https://www.calameo.com/read/00032498123ef9afaa615>
- Valiente, J., Ayerbe, C., & Figueras, M. (2012). Social responsibility practices and evaluation of corporate social performance. *Journal of Cleaner Production*, 35, 25-38. doi:10.1016/j.jclepro.2012.05.002
- Viana, J. D. (2016). Disclosure Socioambiental Via Redes Sociais: Um Estudo nas Empresas Listadas no Ibrx-100 da BM&FBOVESPA. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 5(2), 19-33.
- Waddock, S. (2004). Parallel Universes: Companies, Academics, and the Progress of Corporate Citizenship. *Business and Society Review*, 109(1): 5-42 . doi:10.1111/j.0045-3609.2004.00002.x
- Wartick, S. L., & Cochran, P. L. (1985). The Evolution of the Corporate Social Performance Model. *Academy of Management Review*, 10 (4): 758-769. doi:<https://doi.org/10.2307/258044>
- Way.Carbon. (2017). Objetivos do desenvolvimento sustentável: No centro dos negócios. Retrieved from <https://blog.waycarbon.com/2017/10/objetivosdesenvolvimento-sustentavel-negocios/>
- Wood, D. J. (1991). Corporate Social Performance Revisited. *The Academy of Management Review*, 16(4), 691–718. doi:<https://doi.org/10.2307/258977>
- Zhang, D., Jiang, Q., Ma, X., & Morse, S. (2018). Motives for Corporate Social Responsibility in Chinese Food Companies. *Sustainability*, 10(2), 117 . doi:10.3390/su10010117
- Zimmerli, W. C., Holzinger, M., & Richter, K. (2007). Corporate Ethics and Corporate Governance Volume 3522. *The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits, (Chapter 14)*, 173–178. doi:<https://doi.org/10.1007/978-3-540-70818->

Apêndices

Apêndice 1 – Indicadores GRI

Tabela A 1. Indicadores GRI 102 - Conteúdo geral

Indicadores Universais GRI 102 - Conteúdo Geral	
1. Perfil da Organização	
102-1	Nome da organização
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços
102-3	Localização da sede
102-4	Localização das operações
102-5	Propriedade e natureza legal
102-6	Mercados servidos
102-7	Dimensão da organização
102-8	Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores
102-9	Cadeia de fornecedores
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores
102-11	Abordagem ao princípio de precaução
102-12	Iniciativas externas
102-13	Membro de associações
2. Estratégia	
102-14	Mensagem do Presidente
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades
3. Ética e Integridade	
102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta
102-17	Mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em
4. Governança	
102-18	Estrutura de governança
102-19	Delegação de autoridade
102-20	Responsabilidade no nível executivo de questões económicas, ambientais e sociais
102-21	Consulta a <i>stakeholders</i> sobre tópicos económicos, ambientais e sociais
102-22	Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês
102-23	Presidente do mais alto órgão de governança
102-24	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governança

102-25	Conflitos de interesse
102-26	Papel do mais alto órgão de governança na seleção de objetivos, valores e estratégia
102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de gestão
102-28	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governança
102-29	Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais
102-30	Eficácia dos processos de gerenciamento de riscos
102-31	Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais
102-32	Papel do mais alto órgão de gestão na preparação de relatórios de sustentabilidade
102-33	Comunicação de preocupações críticas
102-34	Natureza e número total de preocupações críticas
102-35	Políticas de remuneração
102-36	Processo para determinar a remuneração
102-37	Envolvimento de <i>stakeholders</i> na remuneração
102-38	Rácios de compensação anual
102-39	Rácios de aumentos percentuais de compensação anual
5. Envolvimento com os <i>stakeholders</i>	
102-40	Lista dos grupos de <i>stakeholders</i>
102-41	Acordos coletivos de trabalho
102-42	Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>
102-43	Abordagem de envolvimento com <i>stakeholders</i>
102-44	Principais questões e preocupações levantadas pelos <i>stakeholders</i>
6. Práticas de relato	
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos
102-47	Lista dos temas materiais
102-48	Reformulação de informação
102-49	Alterações no relatório
102-50	Período de reporte
102-51	Data do relatório mais recente
102-52	Ciclo de relatórios
102-53	Contacto para questões sobre o relatório
102-54	Opção “de acordo” com os GRI Standards
102-55	Índice de conteúdo GRI
102-56	Verificação externa

Fonte: GRI (2021)

Tabela A 2. Indicadores de desempenho económico - GRI 200

Indicadores de Desempenho Económico - GRI 200	
GRI 201- Performance Económica	
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às mudanças climáticas
201-3	Planos de benefícios e outros planos de pensão oferecidos pela organização
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo
GRI 202 - Presença no mercado	
202-1	Rácio entre o salário padrão por género em comparação com o salário mínimo local.
202-2	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente
GRI 203 - Impactos económicos indiretos	
203-1	Investimento em infraestruturas e mecenato
203-2	Impactos económicos indiretos significativos
GRI 204 – Práticas de compras	
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais
GRI 205 - Luta contra a corrupção	
205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção
205-2	Comunicação e formação sobre políticas anticorrupção e procedimentos
205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas
GRI 206 - Comportamentos anti concorrenciais	
206-1	Ações judiciais legais por comportamento anti concorrencial, anti <i>trust</i> e práticas de monopólio

Fonte: GRI (2021)

Tabela A 3. Indicadores de desempenho ambiental - GRI 300

Indicadores de Desempenho Ambiental - GRI 300	
GRI 301 - Materiais	
301-1	Consumo de materiais por peso ou volume
301-2	Materiais recicláveis utilizados
301-3	Produtos recuperados e as suas embalagens
GRI 302 – Energia	
302-1	Consumo de energia dentro da organização
302-2	Consumo de energia fora da organização
302-3	Intensidade energética

302-4	Redução do consumo de energia
302-5	Reduções nos requisitos energéticos produtos e serviços
GRI 303 – Água	
303-1	Captação de água por fonte
303-2	Gestão dos impactos relacionados com descarga de água
303-3	Água reciclada e reutilizada
303-4	Descarga de água
303-5	Consumo de água
GRI 304 – Biodiversidade	
304-1	Instalações operacionais (próprias ou arrendadas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade
304-3	Habitats protegidos ou restaurados
304-4	Espécies na lista vermelha da ICNF e na lista de conservação nacional de que os habitats são situados dentro das zonas afetadas pelas operações
GRI 305 – Emissões	
305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1)
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)
305-3	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)
305-4	Intensidade das emissões de GEE
305-5	Redução de emissões de GEE
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono
305-7	Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas
GRI 306 – Resíduos	
306-1	Descargas de água por qualidade e por destino
306-2	Resíduos por tipo e por destino
306-3	Derrames significativos
306-4	Transporte de lixos perigosos
306-5	Massas de água afetado pelos derrames e escoamento
GRI 307 - Conformidade ambiental	
307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais
GRI 308 - Avaliação dos fornecedores em termos ambientais	
308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais
308-2	Impactos ambientais negativos sobre a cadeia de aquisição e medidas tomadas

Fonte: GRI (2021)

Tabela A 4. Indicadores de desempenho social - GRI 400

Indicadores de Desempenho Social - GRI 400	
GRI 401 – Emprego	
401-1	Novas contratações e rotatividade de colaboradores
401-2	Benefícios para funcionários em período integral que não são concedidos a empregados de meio período ou temporários
401-3	Licença parental
GRI 402 – Relação entre empregados e direção	
402-1	Períodos mínimos de aviso prévio sobre mudanças operacionais
GRI 403 – Saúde e segurança no trabalho	
403-1	Representação de trabalhadores em comitês de saúde e segurança
403-2	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho
403-3	Colaboradores com elevada incidência ou risco de doenças relacionadas o trabalho
403-4	Participação de trabalhadores, consultas e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho
403-5	Formação dos trabalhadores em saúde e segurança no trabalho
403-6	Promoção da saúde dos trabalhadores
403-7	Prevenção e redução dos impactos na saúde e a segurança dos trabalhadores diretamente vinculados
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gerenciamento de saúde e segurança no trabalho
403-9	Acidente no trabalho
403-10	Doença profissional
GRI 404 – Formação e educação	
405-1	Diversidade dos órgãos de governação e dos colaboradores
405-2	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem
GRI 406 – Luta contra a discriminação	
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas
GRI 407 – Liberdade sindical e negociação coletiva	
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco
GRI 408 – Trabalho infantil	
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil
GRI 409 – Trabalho forçado ou obrigatório	
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos trabalho forçado ou obrigatório
GRI 410 – Práticas de segurança	
410-1	Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos
GRI 411 – Direito dos povos indígenas	
411-1	Casos de violações dos direitos dos povos indígenas

GRI 412 – Evolução dos direitos humanos	
412-1	Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos
412-2	Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos
412-3	Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos
GRI 413 – Comunidades locais	
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas
413-2	Operações com impactos negativos significativos - reais ou potencial - nas comunidades locais
GRI 414 – Evolução social dos fornecedores	
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de suprimentos e medidas tomadas
GRI 415 – Políticas públicas	
415-1	Contribuições para partidos e / ou representantes políticos
GRI 416 – Saúde e segurança dos consumidores	
416-1	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança
416-2	Casos de não conformidade relacionados a impactos na saúde e segurança das categorias de produtos e serviços
GRI 417 – Comercialização e rotulagem	
417-1	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços
417-2	Casos de não conformidade relacionados à informação e rotulagem de produtos e serviços
417-3	Casos de não conformidade relacionados a comunicações marketing
GRI 418 – Confidencialidade dos dados dos clientes	
418-1	Reclamações fundamentadas sobre violações da privacidade do cliente e perda de dados do cliente
GRI 419 - Conformidade socioeconómica	
419-1	Não-conformidades com as leis e regulamentos na área social e económica

Fonte: GRI (2021)

Apêndice 2 - Questionário

Este questionário foi elaborado no âmbito da concretização de um trabalho empírico do 2.º ano do mestrado em Contabilidade e Finanças, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança, sob orientação científica da Professora Doutora Ana Paula Monte. O presente questionário tem como objetivo conhecer e analisar a Responsabilidade Social das Empresas, mais especificamente, dos matadouros portugueses, assim como as exigências de relato de sustentabilidade e a importância que estes lhe atribuem. Trata-se de um questionário para fins académicos, única e exclusivamente, pelo que todas as respostas obtidas são confidenciais, sendo tratadas de forma agregada, respeitando assim o anonimato. A sua colaboração deve ser voluntária, embora a sua participação seja de grande importância e crucial para que se consiga atingir os objetivos do trabalho referido. A duração esperada para o seu preenchimento é de aproximadamente 5 minutos, pelo que pedimos que disponibilize um pouco do seu precioso tempo para que o seu preenchimento seja completo e sincero!

Agradece-se desde já, a sua disponibilidade e colaboração!

Link de acesso ao inquérito:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdUZwgVKFFCZHgJQHvtk80yY2nytLUunN5f16t5x-hv_uoSdw/viewform?usp=sf_link

Secção 1 – Informações de Relato:

1.1. A vossa empresa divulga relatórios de informação financeira?

Sim Não

1.2. A vossa empresa divulga relatórios de informação não financeira (relatório com informação de responsabilidade social)?

Sim Não

1.2.1. Resposta negativa: Tendo em conta a sua resposta anterior, indique o(s) motivo(s) da não apresentação de relatório: (Esta secção só deve ser respondida caso o inquirido na questão anterior tenha selecionado a opção “Não”)

() essa informação é divulgada por outra via alternativa.

() a empresa detém uma secção no website, onde explica o seu trabalho desenvolvido na área da sustentabilidade ou da responsabilidade social, bem como a importância que estas têm no desenvolvimento do seu trabalho.

não são apresentados relatórios não financeiros nem evidências inerentes às áreas da sustentabilidade ou da responsabilidade social no website.

está a ser preparado o 1.º relatório de sustentabilidade da empresa.

1.2.2. **Resposta afirmativa:** Que relatório(s) é que são elaborados?

Relatório Anual

Relatório Único

Relatório Financeiro

Relatório Anual que inclui o Relatório de Sustentabilidade

Relatório de Sustentabilidade

Relatório de Desenvolvimento Sustentável

Relatório de Responsabilidade Empresarial

Relatório Integrado

Outro: _____

1.2.3. Relativamente aos relatórios de informação não financeira, qual ou quais o(s) modelo(s) mais utilizado(s) pela empresa para fazer essa divulgação?

Objetivos da Agenda 2030/ Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Modelo *Triple Bottom Line* (TBL)

Modelo Internacional das Diretivas *Global Reporting Initiative* (GRI)

Modelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC)

Nenhum modelo específico

Outro: _____

1.2.4, Tendo em consideração os relatórios de informação não financeira que a vossa empresa apresenta, que sistema normativo utilizam como linha orientadora para a elaboração dos mesmos?

Normas da GRI

Norma SA8000 - *Social Accountability 8000*

Norma Portuguesa 26000

Não utilizamos

Outro: _____

1.2.5. Os relatórios de sustentabilidade que a empresa possa apresentar, são alvo de alguma verificação externa (auditoria externa)?

Sim

Não

1.2.6. Os relatórios são elaborados:

- por um colaborador com formação em qualidade e normas GRI
- por um colaborador com formação em qualidade
- por um colaborador com habilitações académicas (H. A.) em contabilidade (mestrado) e formação em Qualidade e/ou normas de sustentabilidade e responsabilidade social
- por um colaborador com H.A. em contabilidade (licenciatura/bacharel) e formação em Qualidade e/ou normas de sustentabilidade e responsabilidade social
- por um colaborador com H.A. em gestão/economia (mestrado) e formação em Qualidade e/ou normas de sustentabilidade e responsabilidade social
- por um colaborador com H.A. em gestão/economia (licenciatura/bacharel)
- por um colaborador com outras H.A. (licenciatura ou mestrado), mas com experiência e formação em Qualidade e/ou normas de sustentabilidade e responsabilidade social
- por um colaborador com H.A. (licenciatura e/ou mestrado em contabilidade), mas sem formação em qualidade e normas GRI
- por um colaborador sem H.A.(licenciatura/Mestrado) com formação em qualidade e normas GRI
- Não sei. O serviço de contabilidade está contratualizado em *outsourcing* (serviço prestado por terceiros)
- Outro:_____

Secção 2 – Indicadores de Desempenho

2.1. Classifique a importância que atribui relativamente aos seguintes tópicos, usando a seguinte escala: 1- Sem importância, 2- Pouco importante, 3-Importante, 4- Muito importante

2.1.1. Indicadores de desempenho económico

	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante
Performance Económica (valor económico direto gerado e distribuído, implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às mudanças climáticas...)				
Presença no mercado				
Impactos económicos indiretos (investimento em infraestruturas)				
Práticas de compras (Escoamento entre produtos comprados e vendidos)				
Valorização de críticas/considerações recebidas por parte de clientes/fornecedores				

2.1.2. Indicadores de desempenho ambiental:

	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante
Materiais (preocupação com os produtos/ materiais/ embalagens utilizadas na atividade laboral e respetivo descarte)				
Energia (consumo e recurso a fontes de energia alternativas sustentáveis – Painéis solares, energia hidráulica, eólica...)				
Águas (captação, gestão, utilização/consumo e descarga, ETAR e ETA)				
Biodiversidade (preocupação com os impactos que as atividades de abate e serviços desenvolvidos possam ter sobre a biodiversidade e respetivas consequências)				
Emissões (controlo e intensidade da emissão direta ou indireta de gases com efeito de estufa que as atividades laborais possam implicar)				
Resíduos (quantidade e descarte dos resíduos/lixos laborais consoante a sua natureza, qualidade, destino, e o seu impacto no meio ambiente)				

2.1.3. Indicadores de desempenho social:

	Sem importância	Pouco importante	Importante	Muito importante
Empregabilidade (novos recrutamentos, benefícios para funcionários em período integral que não são concedidos a empregados de meio período ou temporários...)				
Saúde e segurança no trabalho (colaboradores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança em caso de acidente/ doença no trabalho, promoção e participação de ações de formação, acesso e uso de equipamentos de segurança...)				
Formação, educação e luta contra a discriminação				

(igualdade de acesso tendo em conta o género, raça, etnia, nacionalidade...)

Saúde e segurança dos clientes

(fiscalização e avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança)

Comercialização e rotulagem

(requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços)

Políticas de confidencialidade de dados dos colaboradores, clientes e fornecedores

2.2. De modo global, classifique a importância que atribui aos três indicadores (económicos, ambientais e sociais) num matadouro, na escala de 1 a 4 (em que 1 é sem importância e 4 é muito importante):

	Avaliação Global			
Dimensões	1	2	3	4
Económica				
Ambiental				
Social				
Todas as dimensões				

Sendo: 1- Sem importância, 2- Pouco importante, 3- Importante, 4- Muito importante

2.3. Tendo em consideração a importância crescente atribuída pelas empresas a temáticas como a sustentabilidade e políticas/práticas de responsabilidade social, classifique de modo global, na escala de 1 a 4 (em que 1 é sem importância e 4 é muito importante) a relevância que atribui a estes assuntos na vossa empresa:

	Avaliação Global da Relevância			
Itens	1	2	3	4
Sustentabilidade				
Políticas/práticas de responsabilidade social				
Ambos				

Sendo: 1- Sem importância, 2- Pouco importante, 3- Importante, 4- Muito importante

Secção3 - Dados sociodemográficos da empresa:

3.1. Localização geográfica da empresa de acordo com a região:

- Norte
- Centro
- Alentejo
- Lisboa e Vale do Tejo
- Arquipélago da Madeira
- Arquipélago dos Açores

3.2. Espécie(s) animal (is) que é/são abatido/os nas vossas instalações:

- Bovinos
- Ovinos e/ou caprinos
- Suínos e/ou leitões
- Aves
- Coelhos
- Equídeos

3.3. Número de colaboradores da empresa:

- 10 a 30 colaboradores
- 30 a 50 colaboradores
- 50 a 70 colaboradores
- 70 a 90 colaboradores
- 90 a 110 colaboradores
- Mais de 110 colaboradores

Fonte: Elaboração própria